



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E  
CULTURA**



**EVANICE RAMOS LIMA BARRETO**

**ARTES DE PESCA NA ILHA DE ITAPARICA:  
ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO E SOCIODIALETAL**

Salvador  
2015

**EVANICE RAMOS LIMA BARRETO**

**ARTES DE PESCA NA ILHA DE ITAPARICA:  
ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO E SOCIODIALETAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Língua e Cultura.

Área de concentração: Linguística Histórica

Orientador: Prof. Dr. Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Salvador  
2015

## TERMO DE APROVAÇÃO

EVANICE RAMOS LIMA BARRETO

### **ARTES DE PESCA NA ILHA DE ITAPARICA: ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO E SOCIODIALETAL**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Américo Venâncio Lopes Machado Filho - Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Universidade Federal da Bahia

Jacyra Andrade Mota \_\_\_\_\_  
Doutora em Língua Portuguesa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Universidade Federal da Bahia

Mariana Fagundes de Oliveira \_\_\_\_\_  
Doutora em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Rita de Cássia Ribeiro Queiroz \_\_\_\_\_  
Doutora em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo (USP). Universidade  
Estadual de Feira de Santana

Silvana Ribeiro Costa Soares \_\_\_\_\_  
Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 03 de março de 2015

Aos meus pais, meus primeiros orientadores, amigos e companheiros inseparáveis nesta caminhada.

Ao meu marido, Jorge Barreto, que sempre me apoiou e soube compreender as minhas ausências para que este trabalho fosse realizado.

A Emanuele, sobrinha querida, que muitas vezes me descontraíu com sua alegria e sorriso contagiantes, fazendo-me esquecer das minhas ansiedades e angústias.

## AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada, várias foram as pessoas que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização deste trabalho. Sou profundamente grata a todas elas.

Em especial, agradeço:

A Deus, único e soberano, por ter me sustentado e por ter me agraciado com tantas vitórias.

Aos meus pais, companheiros fiéis, por terem me auxiliado em todas as incursões na Ilha de Itaparica durante a realização dos inquéritos linguísticos.

Ao meu orientador, Prof. Américo Venâncio, pela compreensão, pelo profissionalismo, pelo incentivo constante, pelos ensinamentos em Lexicografia e, principalmente, por ter me conduzido na elaboração deste trabalho, mostrando-me o melhor caminho a ser percorrido para alcançar os objetivos traçados.

À Prof.<sup>a</sup> Jacyra Mota, pelos valiosos ensinamentos em Dialectologia, pelo apoio e incentivo à realização do estágio doutoral no exterior, pela atenção e interesse sempre dispensados quando necessitei de suas orientações.

À Prof.<sup>a</sup> Sônia Borba Costa, pela atenção e pelo interesse com que se dispôs a ler o meu anteprojeto de pesquisa, apresentando valiosa contribuição para o seu rearranjo.

Aos professores da Área Linguística Histórica do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, pelas discussões e reflexões que permitiram aprimorar os meus conhecimentos.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, especialmente a Ricardo Luiz, pela dedicação, pela presteza e pela qualidade dispensadas no atendimento sempre que precisei.

Ao Prof. Salah Mejri, pela oportunidade de realização do meu estágio doutoral no Laboratório LDI (Lexique, Dictionnaire, Informatique), na Université Paris 13.

À Prof.<sup>a</sup> Silvana Ribeiro, pelas preciosas informações que contribuíram para o meu estágio no LDI, bem como pelas valiosas intervenções no Exame de Qualificação, que me permitiram aperfeiçoar este trabalho.

Aos colegas Pablo Lacoste e Aparecida Marques, pela receptividade, pelo suporte e pela companhia durante o estágio no LDI.

À Prof.<sup>a</sup> Cibele Oliveira, pelas contribuições no Exame de Qualificação, as quais foram de fundamental importância para este trabalho.

Ao Programa CAPES/COFECUB, pelo incentivo financeiro que me possibilitou a realização do estágio doutoral no exterior.

Aos presidentes e funcionários das Colônias de Pescadores Z-10, Z-11 e Z-12, pela atenção, pelo apoio e pela intermediação durante a abordagem dos informantes.

Aos informantes, pescadores e pescadoras da Ilha de Itaparica, pela atenção, pela confiança e, principalmente, por disponibilizarem o seu tempo e o seu espaço para a realização dos inquéritos.

*Pescaria*

*Ô canoeiro  
bota rede,  
bota rede no mar  
ô canoeiro  
bota rede no mar.*

*Cerca o peixe,  
bate o remo,  
puxa corda,  
colhe a rede,  
ô canoeiro  
puxa rede do mar.*

*Vai ter presente pra Chiquinha  
ter presente pra Iaiá  
ô canoeiro puxa rede do mar.*

*Cerca o peixe,  
bate o remo,  
puxa corda,  
colhe a rede,  
ô canoeiro  
puxa rede do mar.*

*Louvado seja Deus  
Ó meu pai.*

*Vai ter presente pra Chiquinha  
ter presente pra Iaiá  
ô canoeiro puxa rede do mar.*

*Dorival Caymmi*

## RESUMO

Esta tese apresenta um estudo de caráter descritivo que tem como objetivo registrar e analisar o léxico empregado na pesca artesanal na Ilha de Itaparica, fundamentando-se nos pressupostos da Dialetoлогия, da Sociolinguística, da Lexicologia e da Lexicografia. Para a constituição do *corpus*, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: seleção de trinta e seis informantes, de ambos os sexos, naturais de Itaparica e Vera Cruz (municípios que compõem a Ilha de Itaparica) ou residentes neles há, pelo menos, um terço de sua vida, distribuídos em três faixas etárias: 20 a 30, 35 a 55 e mais de 60 anos; aplicação de um questionário linguístico com perguntas que contemplam os diferentes aspectos da atividade pesqueira, desde a preparação dos apetrechos até a venda do pescado; identificação das lexias peculiares à pesca através do programa WordSmith Tools 4.0, a partir da fragmentação dos dados. Os itens levantados foram organizados em seus respectivos campos lexicais, a fim de proceder à análise léxico-semântica e sociodialetal, bem como à elaboração do vocabulário. O estudo revelou que o léxico da pesca na Ilha de Itaparica se constitui de formas já consagradas no uso geral da língua; de lexias já existentes, cujos significados foram ampliados no processo de reelaboração lexical; de formas dicionarizadas com o mesmo sentido; e de formas dicionarizadas com acepção diferente daquela documentada na comunidade. Compõe-se de lexias simples, compostas e complexas e apresenta variações em nível fonético, lexical e morfossintático. Os resultados evidenciaram aspectos históricos, culturais e sociais da localidade, demonstrando a importância da pesca para a construção de um léxico específico e para a identidade dos indivíduos envolvidos nessa atividade.

**Palavras-chave:** Léxico. Dialetoлогия. Sociolinguística. Lexicologia. Lexicografia. Campos lexicais. Pesca. Ilha de Itaparica.



## ABSTRACT

This thesis presents a descriptive study that aims to register and to analyze the lexicon used in the artisanal fishery in the Island of Itaparica, basing on the principles of Dialectology, Sociolinguistics, Lexicology and Lexicography. To collect the oral *corpus*, the following methodological procedures were adopted: selection of thirty-six informants of both genders, who were born in Itaparica and Vera Cruz (cities that compose the Island of Itaparica) or who were living there for at least on third of their age, divided into three age groups, according to the following ages: 20 to 30, 35 to 55 and more than 60 years; application of a linguistic questionnaire with questions that include different aspects of fishing activity. The peculiar lexies were identified through the WordSmith Tools 4.0, with data fragmentation. The items collected were organized in their respective lexical fields, in order to proceed to the lexical-semantic and sociodialectal analysis as well as to the preparation of the vocabulary. The study revealed that the lexicon used by the fishers in the Island of Itaparica is constituted by lexical forms that already were established in the general language; by the lexies that already exist in the language and whose the meanings were extended in the lexical reworking; by forms registred with the same meaning; and by forms registred with different meaning in the community. It is composed by simple, compound and complex lexis and varieties in phonetic, lexical and morphological level. The results showed historical, cultural and social aspects of the locality, demonstrating the importance of fishing to build a specific lexicon and the identity of the individuals involved in this activity.

**Keywords:** Lexicon. Dialectology. Sociolinguistics. Lexicology. Lexicography. Lexical fields. Fishing. Ilha de Itaparica.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Pesca de anzol	59
Figura 2	Mapa da região do Crescente Fértil	59
Figura 3	Quadro considerado mais antigo que representa a pesca com cana e linha, em 2.000 a.C.	60
Figura 4	Pintura retratando pescadores na tumba de Mereruka em Sacará, Egito	60
Figura 5	Pescador com arpão de duas cabeças	62
Figura 6	Confecção de rede por pescador da comunidade de Jiribatuba, em Vera Cruz, Ilha de Itaparica – BA	71
Figura 7	Confecção de rede por pescador da comunidade de Cacha Pregos, em Vera Cruz, Ilha de Itaparica – BA	71
Figura 8	Embarcações utilizadas pelos pescadores da Ilha de Itaparica	72
Figura 9	Localização da Ilha de Itaparica em relação a Salvador	76
Figura 10	Ilha de Itaparica destacada em seu entorno	77
Figura 11	Mapa da Terra de Santa Cruz extraído das cartas de João Teixeira Albernaz	80
Figura 12	Colônia de Pescadores Z – 11	88
Figura 13	Fonte da Bica, em Itaparica – BA	90
Figura 14	Forte de São Lourenço, em Itaparica – BA	91
Figura 15	Forte de São Lourenço, em Itaparica – BA (vista da praia)	91
Figura 16	Comércio de peixes frescos na orla de Amoreiras, em Itaparica – BA	92
Figura 17	Quantitativo de informantes conforme a profissão que exerce além da pesca	100
Figura 18	Distribuição percentual conforme a classificação gramatical das lexias	101
Figura 19	Distribuição percentual dos tipos de lexias que compõem o léxico da pesca na Ilha de Itaparica – BA	102
Figura 20	Distribuição percentual dos lexemas e arquilexemas que compõem o <i>corpus</i>	102
Figura 21	Mangue/ manguezal	110
Figura 22	Pesqueiro/ peixeiro	111
Figura 23	Canoas	114
Figura 24	Catraia	115
Figura 25	Pescadores no batelão	116
Figura 26	Saveiro	118

Figura 27	Poita	121
Figura 28	Espadela	123
Figura 29	Pesca de camarão com puçá	133
Figura 30	Pescadores recolhendo camarão no puçá	134
Figura 31	Puçá	142
Figura 32	Rapichel	143
Figura 33	Bicheiro/ fisga	149
Figura 34	Gaiola	151
Figura 35	Baldes usados para transporte de mariscos	156
Figura 36	Carta 99 – Carrinho que se empurra manualmente para transporte de pequena quantidade de material	157
Figura 37	Cofó	159
Figura 38	Arco	162
Figura 39	Boias de isopor na rede de pesca	163
Figura 40	Boias de garrafa “pet”	163
Figura 41	Pescador segurando o calão no “paieiro”	164
Figura 42	Chumbo/ chumbada	166
Figura 43	Cortiça	167
Figura 44	Destorcedor	167
Figura 45	Molinete	169
Figura 46	Pescador artesanal	172
Figura 47	Pescadores artesanais	173
Figura 48	Pescadores realizando o cerco	183
Figura 49	Ação de remar	189
Figura 50	Carta 105 - Lançar, jogar	193
Figura 51	Ação de mariscar	201
Figura 52	Ação de catar marisco	203
Figura 53	Caramuru/ moreia	210
Figura 54	Baiacu ou porco-espinho	215
Figura 55	Cação-viola	222
Figura 56	Guaricemas	227
Figura 57	Peixe-galo	234
Figura 58	Rala-coco	245
Figura 59	Ostra	246

Figura 60	Salpiro	246
Figura 61	Maria-preta	248
Figura 62	Peguari	259
Figura 63	Pinaúna	251
Figura 64	Siris	254
Figura 65	Siri-boia	255
Figura 66	Candeeiro	260
Figura 67	Carta 58 – Tipos de candeeiro	262
Figura 68	Carta 59 – Tipos de candeeiro (II)	263
Figura 69	Carta 16 – Onda de rio	273
Figura 70	Distribuição percentual de lexias por campos lexicais	281
Figura 71	Distribuição percentual das lexias conforme o registro em dicionários gerais e etimológicos	282
Figura 72	Distribuição percentual das lexias conforme a origem	282
Figura 73	Distribuição de uso das formas padrão e não padrão conforme a localidade.	305
Figura 74	Distribuição de uso das formas padrão e não padrão conforme a variável sexo.	306
Figura 75	Distribuição de uso das formas padrão e não padrão conforme a variável faixa etária	307

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição dos informantes residentes em Vera Cruz conforme faixa etária e sexo	96
Quadro 2	Distribuição dos informantes residentes em Itaparica (sede) conforme faixa etária e sexo	97
Quadro 3	Identificação dos informantes de Vera Cruz	98
Quadro 4	Identificação dos informantes de Itaparica	99
Quadro 5	Campo lexical dos pontos de pesca	105
Quadro 6	Campo lexical das embarcações	113
Quadro 7	Campo lexical das partes e componentes das embarcações	119
Quadro 8	Campo lexical das modalidades de pesca	127
Quadro 9	Campo lexical dos apetrechos de pesca	138
Quadro 10	Campo lexical das partes e componentes dos apetrechos	160
Quadro 11	Campo lexical das funções	171
Quadro 12	Campo lexical das etapas da pesca	182
Quadro 13	Campo lexical das ações	186
Quadro 14	Campo lexical dos peixes	206
Quadro 15	Campo lexical dos mariscos	242
Quadro 16	Campo lexical das iscas	255
Quadro 17	Campo lexical dos instrumentos de iluminação	260
Quadro 18	Campo lexical das frações e medidas	264
Quadro 19	Campo lexical dos fenômenos da natureza	267
Quadro 20	Campo lexical das características	275
Quadro 21	Campo lexical das associações	279
Quadro 22	Distribuição das variantes conforme os campos lexicais e os níveis da língua	283
Quadro 23	Distribuição das variantes fonéticas conforme os fenômenos linguísticos	283
Quadro 24	Variantes documentadas no campo lexical dos pontos de pesca, distribuídas por localidade	285
Quadro 25	Variantes documentadas no campo lexical das embarcações, distribuídas por localidade	286
Quadro 26	Variantes documentadas no campo lexical das partes e componentes das embarcações, distribuídas por localidade	287
Quadro 27	Variantes documentadas no campo lexical dos apetrechos, distribuídas por localidade	287
Quadro 28	Variantes documentadas no campo lexical das partes e componentes dos apetrechos, distribuídas por localidade	289
Quadro 29	Variantes documentadas no campo lexical das modalidades de pesca, distribuídas por localidade	289

Quadro 30	Variantes documentadas no campo lexical das funções, distribuídas por localidade	291
Quadro 31	Variantes documentadas no campo lexical das ações, distribuídas por localidade	294
Quadro 32	Variantes documentadas no campo lexical das etapas da pesca, distribuídas por localidade	296
Quadro 33	Variantes documentadas no campo lexical dos peixes, distribuídas por localidade	297
Quadro 34	Variantes documentadas no campo lexical mariscos, distribuídas por localidade	302
Quadro 35	Variantes documentadas no campo lexical fenômenos da natureza, distribuídas por localidade	303
Quadro 36	Variantes documentadas no campo lexical das medidas, distribuídas por localidade	304
Quadro 37	Variantes que não integram os campos lexicais estabelecidos, distribuídas por localidade	304

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Arqueação Bruta
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALECE	Atlas Linguístico do Ceará
ALS II	Atlas Linguístico de Sergipe – II
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
BA	Bahia
Cf.	Confira
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Id.	<i>Idem</i>
Ibid.	<i>Ibidem</i>
Inf.	Informante
Inq.	Inquiridor
MPA	Ministério da Pesca e Agricultura
Km	Quilômetro
P.	Página
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
Séc.	Século
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

## SUMÁRIO

<b>“MINHA JANGADA VAI SAIR PRO MAR”: CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>1 FUNDEANDO A EMBARCAÇÃO: AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA .....</b>	<b>21</b>
1.1 VARIAÇÃO E IDENTIDADE .....	21
1.1.1 As ciências da variação linguística .....	25
1.2 LÉXICO, CULTURA E TRABALHO .....	30
1.2.1 Estudos lexicais e atividades laborativas .....	34
1.2.2 As ciências do léxico .....	36
1.2.3 Os estudos lexicológicos .....	38
1.2.4 Os estudos lexicográficos .....	49
<b>2 OS CAMINHOS DA ARTE: BREVE HISTÓRICO DA PESCA .....</b>	<b>58</b>
2.1 A PESCA NO BRASIL .....	63
2.2 A PESCA NA BAHIA .....	66
2.3 A PESCA NA ILHA DE ITAPARICA .....	68
<b>3 PREPARANDO AS ARTES DE PESCA: DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>75</b>
3.1 A LOCALIDADE .....	75
3.1.1 Os pontos da pesquisa .....	86
3.1.1.1 O município de Vera Cruz .....	87
3.1.1.2 O município de Itaparica .....	90
3.2 QUESTIONÁRIO: ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	92
3.3 OS INFORMANTES .....	95
3.3.1 Perfil dos informantes .....	97
<b>4 NAS MALHAS DA REDE: O LÉXICO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA DE ITAPARICA .....</b>	<b>101</b>
4.1 ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA .....	103
4.1.1 Macrocampo lexical da pesca .....	103
4.1.1.1 Campo lexical dos pontos de pesca .....	104



4.1.1.2	Campo lexical das embarcações .....	113
4.1.1.3	Campo lexical das partes e componentes das embarcações .....	118
4.1.1.4	Campo lexical das modalidades de pesca .....	126
4.1.1.5	Campo lexical dos apetrechos de pesca .....	136
4.1.1.6	Campo lexical das partes e componentes dos apetrechos .....	160
4.1.1.7	Campo lexical das funções .....	170
4.1.1.8	Campo lexical das etapas de pesca .....	182
4.1.1.9	Campo lexical das ações .....	185
4.1.1.10	Campo lexical dos peixes .....	205
4.1.1.11	Campo lexical dos mariscos .....	241
4.1.1.12	Campo lexical das iscas .....	255
4.1.1.13	Campo lexical dos instrumentos de iluminação .....	259
4.1.1.14	Campo lexical das frações e medidas .....	264
4.1.1.15	Campo lexical dos fenômenos da natureza .....	266
4.1.1.16	Campo lexical das características .....	274
4.1.1.17	Campo lexical das associações .....	279
4.1.2	Considerações gerais sobre os campos lexicais .....	281
4.2	VARIAÇÃO NO LÉXICO DA PESCA .....	283
4.2.1	Análise sociodialetoal .....	283
 <b>5 “OS NOMES É BASEADO COMO A HENTE CONHECE”: VOCABULÁRIO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA DE ITAPARICA .....</b>		<b>308</b>
5.1	APRESENTAÇÃO .....	308
5.2	ESTRUTURA DOS VERBETES .....	308
5.2.1	Entradas .....	308
5.2.2	Variantes .....	308
5.2.3	Remissivas .....	309
5.2.4	Categorias gramaticais .....	309
5.2.5	Étimo, origem ou formação .....	309
5.2.6	Definições .....	309
5.2.7	Identificação dos informantes .....	309
5.2.8	Abonações .....	310
5.3	ABREVIATURAS .....	310
5.4	VOCABULÁRIO .....	313

<b>6 ARRUMANDO OS APETRECHOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>345</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>349</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário linguístico .....</b>	<b>357</b>
<b>APÊNDICE B – Ficha lexicográfica .....</b>	<b>359</b>
<b>ANEXO – Ficha do informante .....</b>	<b>360</b>

## “MINHA JANGADA VAI SAIR PRO MAR”: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Saussure (1916), ao afirmar que a língua é a “parte social da linguagem, exterior ao indivíduo”, que só existe em virtude de um tipo de “contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade”, não apenas apresenta uma caracterização fundamental da língua enquanto instituição social, como também suscita diversas discussões em torno de seu conceito, fomentando o estudo de suas particularidades, de seu modo de funcionamento, de sua diversidade, bem como sua de relação com o meio e a cultura.

Como se sabe, a língua é um elemento de interação entre o indivíduo e o meio em que ele vive. Por meio da língua, a realidade se transforma em signos, mediante a associação de significantes sonoros a significados arbitrários. Assim, conforme as diferentes realidades vividas pelos distintos grupos sociais, surgem as diferentes formas de manifestação linguística. No que tange ao léxico, por exemplo, todo grupo socioprofissional se caracteriza por uma especificidade que o distingue dos demais. De acordo com as atividades que executam, os instrumentos que utilizam, os processos e as funções que envolvem o trabalho, engendram-se itens lexicais<sup>1</sup> peculiares, os quais se configuram como elementos representativos da realidade que os cerca, tornando-se recortes de suas experiências laborativas cotidianas.

A pesca artesanal é uma atividade econômica tradicionalmente desenvolvida nas comunidades costeiras do Brasil. Em decorrência do baixo nível de escolaridade de seus membros, bem como o elevado nível de pobreza, a atividade pesqueira se constitui em sua principal fonte de renda, tornando-se uma atividade relevante no contexto socioeconômico. Na Ilha de Itaparica, situada na Baía de Todos os Santos, a pesca artesanal é de suma importância para a economia local, sendo um dos principais elementos propulsores do desenvolvimento social e, embora se encontre em decadência devido à escassez do pescado, revela-se de grande importância na constituição de um léxico característico das comunidades que compõem a região, abarcando desde as designações das etapas que envolvem a preparação para a pesca até a venda do pescado.

Os inquéritos realizados para um estudo-piloto sobre a linguagem da pesca no município de Itaparica revelaram a existência de lexias peculiares, como *tarrafa*, *catueiro*, *bicheiro* e *chumbada*. Esse estudo, de caráter sociolinguístico, objetivou apresentar uma amostra de algumas variantes do léxico, a partir da identificação, descrição e análise de itens lexicais, confrontando as formas registradas entre os informantes com as formas apresentadas

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, para o termo lexia também serão usadas as denominações forma lexical, item lexical, unidade lexical.

no dicionário Houaiss (2001). As lexias presentes nos inquiridos apontam para uma diversidade lexical nesse campo, incluindo variações fonéticas, como *malha ~ maia, corvina ~ curuvina*, e morfológicas, como *marisqueiro(a) ~ mariscadeira ~ mariscador(a)*. Essa constatação despertou o interesse por investigar a modalidade linguística característica da atividade pesqueira nas comunidades da Ilha de Itaparica.

Conforme Sapir (1961, p. 49),

o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam; e, ainda mais, que o aspecto relativamente transparente ou não-transparente do próprio léxico nos permite deduzir o grau de familiaridade que se tem adquirido com os vários elementos do ambiente.

Nessa perspectiva, foram levantadas as seguintes hipóteses: a) atividade pesqueira na Ilha de Itaparica, embora esteja passando por um declínio, contribuiu significativamente para a construção de um léxico específico e para a identidade da população dessa localidade; b) a pesca determina a identidade dos indivíduos envolvidos nessa atividade, refletindo seu modo de agir, pensar e se organizar; c) as diferentes gerações de pescadores apresentam comportamentos distintos no que tange às escolhas lexicais; d) a linguagem dos pescadores apresenta variações lexicais, conforme as diferentes localidades da Ilha de Itaparica; e) a linguagem dos pescadores apresenta variações lexicais conforme o sexo dos indivíduos.

Considerando essas proposições e com base nos pressupostos da Dialetoologia, da Sociolinguística, da Lexicologia e da Lexicografia, objetivou-se verificar como o léxico empregado pelos pescadores reflete a atividade pesqueira na Ilha de Itaparica, Bahia. Para isso, busca-se registrar o léxico das diferentes comunidades pesqueiras da localidade estudada; descrever a variação lexical relativa à atividade pesqueira nas localidades que a compõem; analisar as variações lexicais presentes na fala dos pescadores, considerando as variáveis diageracional, diasssexual e diatópica; investigar até que ponto a identidade interfere na variação lexical e, por fim, construir um vocabulário da pesca na Ilha de Itaparica. Assim, este estudo, que se define na articulação dos modelos teóricos sociodialetais e lexicográficos, reveste-se de grande importância na medida em que, através dessa perspectiva, intenta-se chegar a uma descrição de um léxico específico que, embora já se encontre cristalizado na norma regional, ainda não se encontra, em sua totalidade, registrado nos dicionários. Além disso, o campo da atividade pesqueira apresenta características importantes que poderão fornecer elementos reveladores da forma como, em um determinado recorte sincrônico, um grupo socioprofissional pode influenciar na constituição do léxico de uma determinada região, bem como na identidade dos indivíduos envolvidos nessa atividade.

Os procedimentos teóricos e metodológicos adotados para esta pesquisa se encontram delineados em cada capítulo que compõe esta tese. As linhas teóricas em que se baseia este trabalho estão explícitas no capítulo 1, no qual se aborda a relação entre língua, cultura e identidade social, bem como os conceitos teóricos inerentes às ciências da variação linguística e do léxico. O capítulo 2 trata sucintamente da história da pesca no mundo, no Brasil, na Bahia e na Ilha de Itaparica. Além disso, apresenta as principais modalidades de pesca praticadas na Antiguidade e mostra as características da atividade pesqueira na localidade em estudo. Todo o percurso realizado antes e durante a pesquisa de campo, as informações sobre a constituição do *corpus* e a análise dos dados se encontram detalhados no capítulo 3. Assim, são tratados aspectos como: seleção da localidade e dos informantes; descrição da localidade e perfil dos informantes; instrumentos de pesquisa; levantamento e registro dos dados; e procedimentos para a análise dos dados. No capítulo 4, são apresentadas as formas lexicais registradas, as quais foram organizadas em campos lexicais, com vistas às análises léxico-semântica e sociodialetoal, bem como à elaboração do vocabulário. Verifica-se, nesse capítulo, o registro das unidades lexicais nos dicionários gerais, sua etimologia, o sentido que apresenta na localidade e sua motivação. Analisam-se também as variações registradas no *corpus*. O capítulo 5 apresenta o *vocabulário da pesca na Ilha de Itaparica*, em que constam 445 itens lexicais inerentes à atividade pesqueira, os quais foram levantados através da aplicação do questionário com os pescadores e registrados em fichas lexicográficas. Por fim, no capítulo 6, *Considerações finais*, são retomadas algumas questões discutidas nos capítulos anteriores e apresentados os resultados obtidos a partir da análise dos dados.

Constituem ainda este trabalho os apêndices, em que constam o questionário linguístico aplicado para levantamento dos dados e a ficha lexicográfica. Em anexo, encontra-se a ficha do informante.

## 1 FUNDEANDO A EMBARCAÇÃO: AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

Este trabalho tem como objeto de estudo o léxico de um grupo socioprofissional sob a perspectiva da variabilidade em um determinado espaço geográfico, buscando investigar a relação entre língua e sociedade. Por isso, para a realização desta pesquisa, tomou-se como base os princípios teóricos da Dialetoлогия e da Sociolinguística. Além disso, procurou-se embasamento nos pressupostos teóricos da Lexicologia, no que se refere à estruturação e categorização do léxico, bem como a sua dimensão semântica. Como se trata de um estudo que traz como produto final um vocabulário, buscou-se embasamento também na Lexicografia, cujos princípios nortearam a compilação, classificação e organização das lexias, bem como a descrição dos seus significados.

Para melhor entendimento do campo de atuação desta pesquisa, no presente capítulo, apresentam-se alguns conceitos básicos inerentes a essas áreas interdisciplinares.

### 1.1 VARIAÇÃO E IDENTIDADE

A linguagem sempre exerceu fascínio sobre os homens que, desde a Antiguidade, já empreendiam sérias discussões a respeito desse fenômeno. Por volta de 1500 a.C., por exemplo, os indianos se dedicaram aos estudos sobre a linguagem a partir das gramáticas dos Vedas. Posteriormente, Yaska, que viveu entre os séculos VI e V a.C., debruçou-se sobre o estudo da etimologia, das categorias lexicais e da semântica das palavras do sânscrito. Sua obra, *Nirukta*, que significa *Explicação*, é o “mais antigo tratado sobre a linguagem preservado até hoje na Índia” (CÂMARA JR., 1990, p. 15). Nesse trabalho, buscou explicar como as palavras adquirem o seu significado. Para o autor, as palavras eram os menores portadores de sentido na linguagem. Com essa proposição, Yaska deu origem a uma ampla discussão sobre os princípios da semântica.

Embora despertasse muito interesse e tenha sido objeto de vários estudos, durante muito tempo, o tratamento dado à linguagem não levou em consideração as diferenças entre a língua escrita e a língua falada, bem como não revelou interesse pelos estudos da variedade não padrão da língua. Mesmo no século XX, a partir da instituição da Linguística como ciência, com metodologia e objeto de estudo próprios, ainda a língua era, muitas vezes, investigada como um fenômeno que não sofria interferência do meio social. Embora reconhecesse que a língua é a parte social da linguagem, Saussure (1916), que deu à Linguística o *status* de ciência, considerava a língua um sistema fechado, abstrato e

homogêneo, no qual o indivíduo está inserido e ao qual obedece. Para ele, o indivíduo não deveria ser observado, mas, sim, a parte social em que estava inserido, isto é, o sistema.

Com os estudos de Bright, precursor da Sociolinguística, a língua passou a ser estudada levando-se em conta os fatores extralinguísticos que determinam a mudança. Bright (*apud* ALCKMIM, 2000, p. 28) apresenta um conjunto de fatores com os quais se relaciona a diversidade linguística: a identidade social do emissor, que diz respeito aos estudos dos dialetos de classe e das diferenças entre falas masculinas e femininas; a identidade social do receptor, que se refere aos estudos das formas de tratamento; o contexto social, que corresponde ao estudo das diferenças entre a forma e a função do estilo formal e informal; o julgamento social que os falantes fazem do seu próprio comportamento linguístico e dos outros, ou seja, as atitudes linguísticas. Foi a partir de Labov (1972), representante mais importante da teoria variacionista, que se intensificou e ganhou notoriedade essa perspectiva de estudo. Para o autor, a língua recebe influências do meio e não serve apenas para comunicação, é também forma de interação, relação com outras pessoas e varia de acordo com a comunidade que a utiliza. Por isso, considera impossível compreender os fenômenos da variação e mudança linguística fora do contexto social da comunidade onde se produzem.

Como se observa, identidade e diversidade linguística estão estritamente relacionadas e, para compreender essa relação, é preciso entender o que é identidade. A questão da identidade tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, tais como a filosofia, a psicanálise, a antropologia, a linguística etc., o que tem permitido diferentes conceitos a si atrelados. Sob a perspectiva da Sociologia, de acordo com Dubar (1997), a identidade é o resultado do processo de atribuição de identidades pelas instituições e pelos agentes em interação com o indivíduo. Tal processo só pode ser compreendido dentro dos sistemas de ação em que os indivíduos estão inseridos. Assim, a noção de identidade está diretamente relacionada com o contexto social no qual o indivíduo está inserido. A identidade, para si mesmo, então, diz respeito ao trabalho de interiorização de traços de identidade pelos próprios indivíduos. As identificações externas e a trajetória do indivíduo concorrem para esse processo de seleção ou rejeição.

A noção de identidade proposta por Dubar (1997) corresponde ao conceito de papéis sociais instituído por Castells (1999). Conforme o autor, papéis “são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”, enquanto identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 22-23). Nesse sentido, no que tange aos atores sociais, Castells (1999) concebe a identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de

atributos culturais inter-relacionados” (*id.* p. 22).

Coadunando com essa concepção de identidade, Bauman (2005) a compreende como um fenômeno construído pelos indivíduos, o qual pode ocultar a condição precária e inconclusa das relações sociais. Para o autor,

identidade significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e depois disso, realizar ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos.” (BAUMAN, 2003, p. 21).

Nesse sentido, a identidade se constrói com base no liame que se estabelece entre um indivíduo e outro, a partir de relações estáveis. Compartilhando das mesmas ideias de Bauman, Hall (2006) fala de “identidades culturais”. Segundo ele, as identidades emanam do “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, sobretudo, nacionais. A identidade, então, está suscetível a mudanças de acordo com a forma como o sujeito é representado. Conforme Hall (*id.*), há três concepções de identidade relacionadas às diferentes visões de sujeito ao longo da história. Assim, tem-se o *sujeito do iluminismo*, que apresenta o ser humano centrado, racional, unificado e consciente, cuja identidade surge no seu nascimento e se desenvolve ao longo da vida num processo contínuo; o *sujeito sociológico*, o qual está envolvido na complexidade do mundo moderno e cuja identidade se constitui a partir da interação entre o “eu” e a sociedade; e o *sujeito pós-moderno*, o qual não possui uma identidade fixa, o que permite ao sujeito apropriar-se de diversas identidades em si, as quais são utilizadas conforme os sistemas culturais que o rodeia.

De acordo com Hall (2006), no mundo pós-moderno, a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (*id.*, p. 13). Nessa perspectiva, de acordo com Rajagopalan (2003), a identidade se constrói a partir de um esforço produtivo que se realiza no diálogo que se institui com valores que circulam no meio sociocultural. Para o autor, “a identidade do indivíduo se constrói na língua e através dela” (*id.*, p. 41). Certo é que a língua reflete o meio social onde é produzida, bem como através dos processos de aculturação e socialização, o indivíduo constrói sua identidade desde cedo. Assim, além da língua, a cultura também exerce papel fundamental na formação da identidade.

A forma como um indivíduo vê o outro dentro do grupo social no qual está inserido e pela qual vê os outros em relação a si mesmo é a identidade social. Segundo Bradley (1996, p. 14), a identidade social diz respeito ao modo como os indivíduos se posicionam na sociedade



em que vivem e ao modo como percebem os outros. Ela tem origem nas diversas relações sociais que os indivíduos mantêm e nas quais se engajam. Constitui-se num processo contínuo e, embora não seja construída de uma forma única, conforme Sarup (1996, p. 48), é sempre construída no simbólico, ou seja, na linguagem. Dessa forma, sendo o discurso a instância da linguagem por meio da qual se dá a interação social (BAKHTIN, 2002), é através dele que as pessoas constroem suas identidades sociais.

A questão da identidade social dos falantes tem sido tratada sob diversas perspectivas sociolinguísticas, nas quais sua noção é usada para explicar os fenômenos de variação linguística. Em seus estudos na comunidade de Martha's Vineyard, Labov (1972) evidenciou que a identidade local dos falantes atua fortemente na manutenção do uso de certas variantes próprias daquela localidade. Para Labov, uma comunidade de fala pode ser definida como “um grupo que partilha as mesmas normas em relação à língua” (1972, p. 158), as quais correspondem a juízos de valor atribuídos a certos usos linguísticos pelos falantes. Dessa forma, a variação linguística se constitui uma característica identitária.

Muito se discute sobre a relação entre língua e identidade. Considerando a língua como fator de identificação cultural, questiona-se principalmente como pode uma só língua identificar diferentes culturas. Sobre essa questão, Mira Mateus (2000) esclarece que a atividade linguística de cada indivíduo contribui significativamente para que este se reconheça e seja reconhecido pelo outro. Assim, afirma que esta é “na realidade um *fator de identificação cultural*, mas no uso, e pelo uso, que dela faz o indivíduo e não apenas por pertencer a uma das várias comunidades que a utilizam”. Como se sabe, a fala, concretização da língua, pode revelar muito do indivíduo, não apenas o domínio que tem sobre a língua, como também o gênero e a idade do falante, sua etnia, classe social, profissional etc. Para Le Page (*apud* BORTONI-RICARDO, 2005, p. 176) “todo ato de fala é um ato de identidade”, sendo a linguagem, por excelência, o índice da identidade. No entanto, o uso desse recurso está condicionado a determinados fatores. Para Le Page (*apud* LABOV, 2001, p. 27):

Each individual creates the system for his verbal behavior so that they shall resemble those of the group or groups with which time to time he may wish to be identified, to the extent that: (a) he can identify the groups; (b) he has both opportunity and ability to observe and analyse their behavioral systems; (c) his motivation is sufficiently strong to impel him to choose, and to adapt his behavior accordingly; (d) he is able to adapt his behavior.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> “Cada indivíduo cria o sistema para seu comportamento verbal de forma que ele possa se parecer com aqueles do grupo ou grupos com o(s) qual (quais), de tempos em tempos, ele possa querer se identificar, na extensão em que: (a) ele possa identificar os grupos; (b) ele tenha tanto oportunidade como habilidade em observar e analisar seus sistemas comportamentais; (c) sua motivação é suficientemente forte para impeli-lo à escolha e para adaptar seu comportamento de acordo; (d) ele seja capaz de adaptar seu comportamento.”

As escolhas linguísticas do falante são processos que se relacionam às dimensões constitutivas da identidade social e aos múltiplos papéis sociais que o falante assume na comunidade. Sobre essa questão, Guy (2001) afirma que são os traços linguísticos compartilhados que distinguem os membros de uma comunidade de fala, atribuindo-lhes uma identidade social, caracterizando-se também como marcadores de identidade local, visto que os membros da comunidade se comunicam mais entre si do que com outros, o que favorece a preservação de suas particularidades linguísticas.

Em *Variação lexical e prestígio social das palavras*, Preti (2003), ao tratar da introdução de lexis oriundas de grupos socialmente desprestigiados em certos gêneros escritos e em gêneros orais mais cultos, evidencia a mudança na expectativa linguística dos usuários na contemporaneidade. Ele afirma que a fala se incorpora à identidade das pessoas, concedendo-lhes maior ou menor prestígio no contexto social e demonstrando, assim, a identidade real ou a identidade pretendida do falante. Conforme Preti (2003, p. 51), a fala,

bem como outras fontes de informação, tanto pode conduzir-nos à identidade real do falante, quanto à sua identidade pretendida. No momento em que se tornam conhecidas, na sociedade, as características de uma fala tida como de maior prestígio dentro de um grupo social, os falantes podem incorporá-las a seu uso, pelo menos no que se refere a seu léxico, com o objetivo de criar uma identidade que almejam, mas não possuem.

### 1.1.1 As ciências da variação linguística

Como se sabe, nenhuma língua se apresenta como entidade homogênea. Toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades, e estudar essas variedades tem sido tarefa de diversas disciplinas, dentre elas, a Dialetoлогия e a Sociolinguística. De um modo geral, atribui-se o estudo das variedades geográficas, ou seja, da variação diatópica, à Dialetoлогия, e o estudo das variedades sociais e estilísticas, isto é, das variações diastrática e diafásica, à Sociolinguística. No entanto, não há um consenso entre os estudiosos quanto à área de atuação dessas duas disciplinas. Para alguns linguistas, cabe à Dialetoлогия tanto o estudo das variantes regionais quanto das sociais, haja vista que a sua finalidade geral é o estudo das falas.

Até certo ponto consideradas sinônimas por partilharem do mesmo objeto de investigação (SILVA-CORVALÁN, 1988, p. 8), tais disciplinas, “ao se ocuparem da diversidade de usos da língua, atribuem um caráter particular e individualizante ao tratamento de seu objeto de estudo” (CARDOSO, 2010, p. 26). O que as diferencia, portanto, é a

abordagem metodológica. Dessa forma, enquanto a Dialetoлогия busca diferenças entre áreas dialetais a partir de um fenômeno linguístico específico, a Sociolinguística analisa o comportamento desse fenômeno na comunidade linguística, considerando os fatores extralinguísticos que o condicionam.

A Dialetoлогия, ciência mais antiga que a Sociolinguística, fundamenta-se no princípio de que “a distribuição de uma comunidade numa certa área geográfica é fator de diferenciação linguística: cada ponto dessa área tem experiências sociais, históricas, culturais diferenciadas e isso tem repercussão na sua linguagem” (FARACO, 1998, p. 112). Trata-se de um ramo da linguística que pode ser compreendido tanto em sentido amplo quanto em sentido restrito. No primeiro caso, é a ciência que estuda a variedade regional de uma língua; no segundo, é a disciplina que propõe inventariar, sistematizar e interpretar variantes de uma língua ou de grupos de línguas, segundo uma perspectiva distributiva (distribuição espacial, cronológica ou social). Para tanto, realizam-se pesquisas *in loco*.

Para melhor compreensão da Dialetoлогия, faz-se necessário entender os conceitos de isoglossa e dialeto. Chama-se isoglossa a linha virtual que demarca a fronteira de um determinado traço linguístico. As isoglossas esboçam os contrastes e indicam as semelhanças linguísticas socioculturais. Podem ter influências diatópicas (horizontais), quando apresentam diferenças relacionadas aos fatores geográficos, ou diastráticas (verticais), quando apresentam diferenças relacionadas aos fatores sociais. Conforme o nível linguístico em que ocorre o fenômeno, podem ser isofônicas, isoléxicas, isomorfas ou isoglossa sintática. O feixe de isoglossas que possuem relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras constitui o que se denomina dialeto.

Os primeiros estudos dialetais datam do final do século XIX, quando os neogramáticos, na tentativa de confirmar as *leis fonéticas*, desenvolveram pesquisas a partir de dados extraídos dos falares locais na Alemanha, bem como Abade Rousselot e Gaston Paris empreenderam pesquisas a partir dos falares locais na França, por acreditarem que estes poderiam fornecer dados fundamentais para o conhecimento da história linguística romana. Nesse período, segundo Chambers e Trudgill (1994, p. 37), as descrições de áreas dialetais eram realizadas de forma intuitiva e fortuita, portanto não faziam jus aos grandes avanços da filologia e de outros estudos linguísticos. Posteriormente os estudos realizados pelo linguista alemão George Wenker e pelo suíço Jules Gilliéron promoveram um grande avanço para a Dialetoлогия. Em 1876, Wenker desenvolveu o primeiro estudo dialetológico moderno ao investigar os fenômenos fonéticos com base em um questionário com 40 frases pequenas, o qual foi enviado a 40.736 localidades por correspondência. Tais frases deveriam ser “traduzidas” pelos professores primários do norte da Alemanha para os seus respectivos

dialetos. Assim, com os dados coletados, em 1881, publicou o primeiro atlas linguístico alemão, intitulado *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, consagrando-se como pioneiro nos estudos sistemáticos das variações da fala. Embora não se tenha estabelecido o controle das variáveis sociais, este trabalho foi de grande relevância para os estudos linguísticos, pois o resultado demonstrou que, ao contrário do que pressupunham os neogramáticos, uma mudança fonética não afeta todas as palavras do mesmo modo.

O *Atlas Linguistique de la France* (ALF), de Jules Gillierón, constitui um marco na história da Dialectologia. Com ele, instauram-se as bases da Geografia Linguística. Em colaboração com Edmond Edmont, Gillierón desenvolveu um estudo cujo objeto era o vocabulário dos camponeses, tendo como foco lexias restritas a uma determinada região, as quais foram coletadas *in loco*, mediante a aplicação de um questionário de palavras isoladas e algumas frases. Nesse estudo, considerou-se a distribuição espacial dos fatos linguísticos, por isso os pontos dos inquiridos foram determinados de acordo com a equidistância geográfica. A partir desse trabalho, que trouxe grande contribuição à Dialectologia, ficou evidente que os falares de uma língua não são isolados por fronteiras definidas e que fatores históricos, socioeconômicos e geográficos concorrem para o processo de dialeção. Com isso, questões culturais e materiais das comunidades passaram a ser consideradas, bem como outras dimensões foram acrescentadas aos estudos linguísticos. Elaborado entre os anos 1928 e 1940, o *Sprach-und Sachatlas Italiens und der Südschweiz* (AIS), de Jaberg e Jud, por exemplo, contemplou informantes de faixas etárias diferentes, três níveis sociais e dois sexos. Além disso, analisou a relação entre a “coisa” e o objeto por ela designado, imprimindo um cunho etnográfico aos estudos dialetais. Também, entre os anos de 1939 e 1943, ao elaborar o *Linguistic Atlas of New England* (LANE), Hans Kurath estabeleceu critérios para a seleção dos informantes, correlacionando o fator geográfico, o social e o etário. Seu trabalho concorreu efetivamente para a divulgação da metodologia da Geografia Linguística.

O método da Geografia Linguística tem origem nos *Saggi Ladini* (*Ensaio Ladinos*), do linguista italiano Graziadio Isaia Ascoli (1873), que apresenta um estudo sobre os dialetos da antiga Récia, sob a perspectiva histórico-geográfica. Com os trabalhos de Wenker, o método foi sendo aprimorado, resultando, dessa forma, numa definição mais precisa das etapas necessárias para a produção de uma atlas, quais sejam: elaboração do questionário, aplicação do questionário, seleção das regiões ou localidades a serem pesquisadas, definição do tipo ideal e do número de informantes, bem como outras variáveis. Para Gillierón, no entanto, os estudos dialetológicos até então realizados revelavam apenas

mots ou forms peu sûrs, sans précision de lieux, de temps, de circonstances, de valeur,

recueillis dans des conditions si diverses qu'ils son rarement comparables entre eux. Au mieux, ce sont de matériaux de dictionnaire que viennent compléter les dictionnaires de langue literaire: dictionnaires, cimetière: on ne fait pas un tableau de vie avec les noms des épitaphie.<sup>3</sup> (GILLIÉRON, 1926 *apud* TAGLIAVINI, 1959).

Evitando cometer as falhas verificadas nesses estudos, ao elaborar o ALF, Gilliéron deu mais sistematicidade ao método, o que conferiu um caráter científico à Geografia Linguística, cuja atividade pode ser resumida, conforme Castilho (1963, p. 106), em três etapas:

- 1) Aplicação do inquérito lingüístico por pessoas de apurada audição e sólida formação lingüística. Fixaram-se, neste particular, critérios para a seleção da área a ser percorrida e do informador, que deve ser pessoa de certa idade, pouco viajada e natural da região. Uma análise etnográfica da área a ser pesquisada deve preceder a aplicação do inquérito, uma vez que as perguntas serão organizadas segundo as peculiaridades culturais da região. Através dessas perguntas, ficará o inquiridor de posse de uma série de dados sobre o falar regional, relativos a flexões, fenômenos fonéticos, vocabulário, etc.
- 2) Os traços lingüísticos assim levantados serão passados para o mapa, havendo um para cada problema estudado. O conjunto dos mapas constituirá o atlas lingüístico. Unindo-se os pontos reveladores de traços comuns, obtém-se a isoglossa, que indica objetivamente a área dialetal.
- 3) O estudo e a interpretação dos mapas. O exame dos mapas pode revelar-nos os limites dialetais e a configuração de antigas camadas da língua, seu aspecto social e psicológico, a história das palavras, as colisões homonímicas, etc.

Considerada o “método por excelência da Dialectologia”, a Geografia Linguística tem como tarefa “recolher de forma sistemática o testemunho das diferentes realidades dialetais refletidas nos espaços considerados” (CARDOSO 2002, p. 2). Ocupa-se, portanto, do estudo da língua falada em localidades ou regiões previamente selecionadas.

Como se verifica, os recursos interpretativos hoje empregados pela Sociolinguística já eram usados pela Dialectologia há muito tempo, antes mesmo de a Sociolinguística ter se consolidado como um ramo da ciência da linguagem. Assim, pode-se afirmar que a Dialectologia, com sua larga tradição e metodologia bem definida, trouxe valiosa contribuição à Sociolinguística, disciplina que surgiu nos anos 60 e se estabeleceu principalmente a partir das pesquisas do linguista americano William Labov.

Com o objetivo de comprovar que a língua é heterogênea e está condicionada a fatores extralingüísticos, Labov (2008) se dedicou ao estudo dos fatores sociais no processo de mudança lingüística. De acordo com o autor, as variações na língua falada deveriam ser examinadas levando-se em consideração o componente social, por isso propõe que esta seja

---

<sup>3</sup> Palavras ou formas pouco seguras, sem exatidão de lugares, de tempo, de circunstâncias, de valor, recolhidas em condições tão diferentes que dificilmente são comparáveis entre si. Na melhor das hipóteses, são materiais de dicionários que vêm completar os dicionários de língua literária: dicionário, cemitério: não se faz um quadro de vida com os nomes dos epitáfios. (Tradução da autora).

analisada em situações reais de uso. No artigo *Empirical Foundations for a theory of language change*, apresentado em uma conferência na Universidade do Texas, em 1966, e publicado em 1968, Labov, Weinreich e Herzog expõem uma teoria de mudança linguística capaz de explicar como ocorre o processo de transição de uma língua, de um estado para o outro. No referido artigo, procuram responder à seguinte questão: “se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade?” (LABOV, 2008, p. 16). Para os autores, a solução se encontra no “rompimento da identificação de estruturalidade com homogeneidade” (*id. ibid.*). Por isso, propõem um modelo linguístico que acomoda sistematicidade e heterogeneidade sincrônica, separando sistema de homogeneidade.

Os resultados de pesquisas feitas por Labov em comunidades negras dos Estados Unidos revelaram a estreita relação entre os fenômenos linguísticos e os fatores sociais. De acordo com o autor, “estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos” (LABOV, 2008, p. 40). Para o linguista americano, variação e mudança linguísticas são inerentes à natureza heterogênea do sistema linguístico e, por isso, o processo de mudança linguística só pode ser compreendido a partir do estudo da heterogeneidade linguística. Nessa perspectiva, voltando-se para a identificação dos processos de mudança linguística em desenvolvimento, os estudos de Labov evidenciaram que as formas linguísticas estão estritamente ligadas aos fatores sociais, revelando a intrínseca relação entre língua e sociedade, em que fatores geográficos, sociais, culturais etc. concorrem para a variação linguística.

A partir das proposições de Labov, a Sociolinguística se fixa como área da linguística que estuda a língua tomando como parâmetros os fatores externos, ou melhor, conforme afirma Silva-Corvalán (1988, p. 1), como

una disciplina independiente, con una metodología propia (...), que estudia la lengua em su contexto social y se preocupa esencialmente de explicar la variabilidad lingüística, de sua interrelación con factores sociales y del papel que esta variabilidad desempeña em los procesos de cambio lingüístico.<sup>4</sup>

De acordo com Mollica (2008, p.11), compete à Sociolinguística: “investigar o grau de

---

<sup>4</sup> “uma disciplina independente, com uma metodologia própria, (...) que estuda a língua em seu contexto social e se preocupa essencialmente em explicar a variabilidade linguística, sua inter-relação com fatores sociais e o papel que esta variabilidade desempenha nos processos de mudança linguística”. (Tradução da autora)

estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático”. Tais variáveis podem ser internas ou externas à língua. As primeiras dizem respeito aos fatores de ordem fonética, morfológica, sintática, semântica, discursiva e lexical; as segundas, aos fatores próprios do indivíduo, como etnia e sexo; aos sociais, como escolaridade, nível de renda, profissão e classe social; e os contextuais, como grau de formalidade e tensão discursiva.

Os estudos que correlacionam variação linguística e fatores extralinguísticos têm revelado que as variáveis externas podem inibir ou favorecer o uso de determinadas formas linguísticas. Como se sabe, por desempenharem papéis distintos na sociedade, homens e mulheres são socialmente diferentes e, em consequência disso, apresentam comportamentos linguísticos diferentes. As mulheres, por exemplo, tendem a usar a forma linguística mais prestigiada (LABOV, 2006). Isso decorre principalmente da forma como as mulheres se inserem na sociedade e como constroem a sua identidade social.

A idade também é um dos fatores condicionantes da heterogeneidade linguística. Ao analisar a estratificação do /r/ nas lojas de departamento em Nova Iorque, Labov (2008) constatou que o fator idade estava fortemente relacionado ao fenômeno linguístico em estudo. Alguns estudiosos consideram este o fator que mais concorre para a variação linguística. De acordo com Moreno Fernández (1998, p. 40), “conforme o tempo passa, determina e modifica as características e os hábitos sociais dos indivíduos, incluindo os comunicativos e os puramente linguísticos”. Portanto, “de certa forma a idade condiciona a variação linguística com mais intensidade que outros fatores como sexo ou classe social”.

Estudar a língua considerando tais variáveis se reveste de grande importância para o conhecimento da realidade linguística de uma comunidade. Por isso, neste estudo, as variáveis sociais sexo e idade serão consideradas.

## 1.2 LÉXICO, CULTURA E TRABALHO

Duranti (1997, p. 26) afirma que “a língua é parte da cultura” e, nesta, sempre exerce um papel relevante. Assim, é impossível conceber um estudo linguístico dissociado da cultura.

Por muito tempo, a noção de cultura esteve associada ao saber adquirido através dos estudos, das ciências e da literatura. Nessa perspectiva, o conceito de cultura estaria restrito a criações artísticas e acadêmicas, excluindo os aspectos comuns da vida cotidiana de diversos

grupos sociais. Por esse prisma, muitos indivíduos não seriam dotados de cultura ou alguns teriam mais cultura do que os outros. Em 1871, Edward Tylor propôs uma definição de cultura, sob uma perspectiva antropológica, que superou essa concepção. De acordo com Tylor (1871 *apud* LARAIA, 1992), a cultura é “um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (*id. ibid.*, p. 25). A proposta de Tylor, no entanto, tinha princípios evolucionistas. Para ele, havia uma escala evolutiva de progresso cultural e, para alcançar o nível das sociedades civilizadas, as sociedades primitivas deveriam percorrer tal escala.

A partir da abordagem apresentada por Tylor, muitas outras concepções de cultura foram propostas. Segundo Duranti (1997, p. 24), a cultura é geralmente entendida como “algo que é apreendido, transmitido e legado de uma geração a outra através das ações humanas”, mas, no que tange ao seu conceito, há divergências entre os estudiosos. Sobre esse aspecto, Laraia (1992), afirma que alguns antropólogos concordam com a seguinte definição: “culturas são sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (*id. ibid.*, p. 59). Em *Cultura: um conceito antropológico*, o referido autor informa que as teorias idealistas de cultura se dividem em três abordagens: a) cultura como um *sistema cognitivo*, concepção defendida por Goodenough, o qual considera a cultura como um sistema de conhecimento que “consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade” (LARAIA, 1992, p. 61); b) cultura como *sistemas estruturais*, conforme a perspectiva de Lévi-Strauss, que considera cultura como “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (*id. ibid.*); c) cultura como *sistemas simbólicos*, ideia defendida por Geertz e Schneider, os quais consideram a “cultura não um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle (...) para governar o comportamento” (*id. p. 62*). Note-se que diversas são as propostas para definição do conceito de cultura. No entanto, embora apresentem diferenças, as ideias não se contrapõem.

Goodenough (1971) distingue cultura *visível* e cultura *invisível*. A primeira compreende os aspectos facilmente identificáveis como pertencentes a um grupo social, a exemplo da arte, da culinária, da língua, da vestimenta, da religião. A segunda diz respeito aos comportamentos, aos valores, às crenças, aos modos de interagir, ou seja, ao que se assimila inconscientemente e que dificilmente é percebido pelos membros de outros grupos. Para ilustrar, o autor utiliza a metáfora do *iceberg*: a ponta do *iceberg* seria a cultura *visível*; a sua base, submersa, seria a cultura *invisível*. O conceito de cultura que se adota neste trabalho está em consonância com a proposição de Goodenough.



Enquanto instrumento de comunicação social, a língua mantém uma estreita relação com a cultura de um povo e é, ao mesmo tempo, instrumento e elemento dessa cultura. A esse respeito, parecem oportunas as palavras de Câmara Jr. (1965, p. 18-20), ao dizer que a

língua se apresenta, pois, como um microcosmo da cultura. Tudo que esta última possui, se expressa através da língua; mas também a língua em si mesma é um dado cultural. Quando um etnólogo vai estudar uma cultura, vê com razão na língua um aspecto dessa cultura. Nesse sentido, é o fragmento da cultura de um grupo humano a sua língua. Mas, como ao mesmo tempo a língua integra em si toda a cultura ela deixa de ser esse fragmento para ascender à representação em miniatura de toda a cultura. E mais ainda: como elemento da cultura, a língua apresenta o aspecto curioso de não ser em si uma coisa cultural de per si, à maneira da religião, da organização da família, da arte da pesca etc.; ela apenas serve dentro da cultura como seu meio de representação e comunicação.

Através de um diagrama, cultura e língua são representadas por Câmara Jr., esquematicamente:



Dessa forma, o autor conclui:

Fica assim a língua como a representação em miniatura de toda a cultura de um povo. Essa sua qualidade de representar a cultura e de todo um mundo cultural ser visto e expresso através dela cria na língua um elo com a cultura, muito mais amplo e muito profundo.

Como se sabe, a totalidade de palavras de uma língua constitui o seu acervo lexical. É através dele que o homem exprime parte de suas ideias, alguns de seus conceitos e nomeia a realidade que o cerca. Conforme Sapir, (1961, p. 45) o “léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção de uma comunidade.” Por isso o léxico é o nível da língua que mais revela as especificidades de um determinado grupo social, pois qualquer sistema léxico, de acordo com Biderman (1978, p. 139) resulta da experiência acumulada pela sociedade e do seu acervo cultural ao longo dos anos. Assim, através de seu estudo, é possível compreender a forma como os membros dessa sociedade concebem a realidade que os rodeia.

Embora regido por regras, como é próprio a qualquer nível de análise, o léxico de uma língua é altamente dinâmico e criativo, por isso se encontra em constante reelaboração.

Devido às necessidades comunicativas de cada grupo, em função do progresso intelectual, social e econômico, as mudanças linguísticas ocorrem frequentemente e o léxico é o nível da língua que mais revela esse aspecto. Com o avanço científico e tecnológico, muitas lexias surgem para denominar as novas funções, as técnicas e os produtos introduzidos em cada grupo social. Em consequência, muitas lexias também podem entrar em desuso ou até mesmo serem substituídas por outras. Nesse processo de rearranjo, devido às constantes transformações sociais e culturais, muitas lexias podem chegar ao desaparecimento, mas, em contrapartida, podem reaparecer em outro momento apresentando uma nova conotação.

Embora o léxico seja o nível da língua mais sensível às transformações sociais, históricas e culturais e, portanto, mais passível de mutações, ele não é afetado em sua totalidade. O léxico se conserva, segundo Fiorin (2000, p. 39) porque ele

possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto a gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. O resto do vocabulário pode modificar-se mais ou menos rapidamente, porque reflete a vida sócio-econômica de um povo.

O léxico tem sua origem na própria ação dos falantes sobre a sua estrutura semântica porque, ao atribuírem sentidos peculiares às lexias, os falantes tornam possíveis a sua criação e conservação. A sua aprendizagem se dá de forma gradual e contínua, pois é através dos atos cognitivos da realidade e de categorização da experiência dos falantes que o léxico vai se incorporando à língua. Em função disso, Ullmann (1973) sugere que a investigação do significado do léxico tenha como ponto de partida o uso que os falantes fazem dessas lexias, primando sempre pela seleção de um número adequado de contextos, dos quais deverão surgir os significados.

Como bem afirma Fiorin (2000, p. 41), o léxico “forma-se na História de um povo”. Mas, ao se investigar o léxico de uma língua é possível não apenas conhecer as transformações pelas quais um grupo social passou, como também conhecer a sua organização hierárquica, suas atividades socioprofissionais, a evolução nos processos e técnicas empregados por ele, os seus valores, suas crenças, suas práticas. Ainda assinala Fiorin (*id.*, *ibid.*, p. 39) que o léxico

permite verificar o grau de desenvolvimento social de um povo, porque nos mostra a quantidade e o tipo de conhecimentos que ele detém. É reflexo da vida sócio-econômico-cultural de um povo e, portanto, contém a cristalização de sua vida material e espiritual.

Nessa perspectiva, no que tange ao léxico característico de determinados grupos profissionais, sua investigação permite compreender a forma como cada membro desse grupo capta e se relaciona com o meio em que sua atividade se encontra inserida, visto que tudo isso está impresso em sua linguagem, através das suas escolhas lexicais. Logo, considerando que a linguagem, além de viabilizar a interação entre os membros desse grupo, caracterizando-o, possibilita a consolidação das funções e equilíbrio entre os seus membros, torna-se bastante profícuo verificar de que forma o léxico influencia na estruturação de tais grupos, bem como investigar de que forma contribuíram para a formação desse léxico.

### 1.2.1 Estudos lexicais e atividades laborativas

Muitos estudos que tratam da relação entre léxico e atividades socioprofissionais de determinados grupos têm demonstrado como o reflexo das transformações na cultura material se imprime no léxico empregado por seus membros. Barreto (2006), por exemplo, ao analisar o léxico empregado pelos trabalhadores na confecção artesanal de fogos em Muniz Ferreira, na Bahia, verificou que a introdução de novas técnicas e instrumentos nessa atividade, ao longo dos anos, provocou o aparecimento de novas lexias para designar ações e instrumentos utilizados na execução desse trabalho, como os itens *roda*, *raque*, *encosto*, *tabela*. Em contrapartida, entraram em desuso as formas cujos referentes desapareceram, como *enchadeira de bomba*, *esponja*, *banguço*, *tabuleiro* etc. Além disso, a autora constatou também que as lexias empregadas para designar os elementos humanos envolvidos na atividade estão condicionadas à divisão hierárquica do trabalho, a qual suscita formas diversas para denominar o artesão conforme a tarefa por ele executada, como as lexias *enfiadeira de palito*, *enroladeira*, *amarrador*, *encaixadeira*, *cortador*, *escorvador* etc.

Santos (1996), ao estudar o léxico utilizado pelos trabalhadores artesanais das casas de farinha no distrito de Vila Guai, na Bahia, verificou que as atitudes dos informantes no que se refere ao trabalho que executavam, bem como o sentido que atribuíam às suas tarefas se refletiam nas designações e nos novos sentidos que elas assumiam no contexto social em que estão inseridos. A autora comprovou ainda que as transformações pelas quais o grupo passou ao longo do tempo também deixaram seus vestígios no léxico em questão. Em outro estudo, Santos (2004), ao analisar as denominações para os níveis hierárquicos em estaleiros da construção naval na cidade de Valença e no povoado de Cajaíba, em Camamu, na Bahia, constatou que o léxico empregado pelos profissionais tem sua estrutura na experiência e no

conhecimento da realidade, bem como nas relações semânticas que se estabelecem entre as palavras que nomeiam os diferentes níveis hierárquicos. Assim, tem-se as formas lexicais *mestre*, para nomear aquele que acompanha todo o processo de construção da embarcação, que entende e administra todas as etapas, delegando as tarefas; *oficial*, para designar o carpinteiro naval especializado, o qual trabalha sob a supervisão do mestre; *discípulo*, para se referir ao aprendiz de carpinteiro naval; e *ajudante*, que nomeia o auxiliar do carpinteiro, mão-de-obra não especializada.

De acordo com Isquierdo (2001), a análise de um léxico regional evidencia não somente as características da língua, como também o fato cultural que se revela através dela, o que torna possível compreender melhor o homem e sua forma de enxergar e expressar a realidade que o cerca. Ao investigar o léxico do seringueiro do Acre, verificou como o contexto extralinguístico tem forte influência no processo de nomeação de um novo elemento da realidade. Dessa forma, constatou que os seringueiros se utilizam, por exemplo, de verbos que indicam ações próprias do ser humano como *vadiar*, *judiar*, *sangrar* e *sarar* para designar fenômenos relacionados ao processo de coleta.

É evidente a importância da cultura dentro dos estudos linguísticos, pois, com bem afirmam Odgen e Richards em *O significado de Significado* (1972, p. 303),

linguagem está essencialmente enraizada na realidade da cultura, da vida tribal e dos costumes de um povo, e que não pode ser explicitada sem uma constante referência a esses contextos mais amplos da expressão verbal.

Assim, os trabalhos que tratam do acervo lexical relativo a atividades profissionais específicas se revestem de grande valor na medida em que permitem o registro e o resgate de itens lexicais que caminham para o desuso em decorrência de transformações no processo laborativo, bem como do desaparecimento de fatos culturais aos quais estão relacionados.

O léxico da pesca tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, sob diversas perspectivas teórico-metodológicas e em diferentes comunidades de pescadores do país. Sob a perspectiva da Lexicologia, da Lexicografia, da Semântica, da Dialectologia, da Sociolinguística e da Etnolinguística, Santos (2010) investigou o léxico dos pescadores da comunidade do Canto do Mangue, em Natal, Rio Grande do Norte. Nesse trabalho, evidenciou a relação entre língua e sociedade e entre língua e cultura. Como resultado, apresentou um glossário geral (profissional e cultural).

A partir de uma abordagem sócio-etnolinguística, Costa (2012) estudou o léxico e a cultura dos pescadores de Raposa, no Maranhão. Com o objetivo de mostrar que os estudos lexicológicos indicam estreita relação entre o homem, a cultura e o ambiente em que estão

inseridos, registrou e descreveu o léxico dos pescadores da referida comunidade, buscando verificar em que medida o léxico retrata a realidade sociocultural desse grupo. De acordo com a autora, o léxico registrado em Raposa, comunidade formada basicamente por famílias de pescadores que migraram de Acaraú, Ceará, reflete o ambiente rural nordestino, principalmente o cearense, revelando seus costumes e suas tradições, tanto através das lexias, quanto da forma como se encontra organizada a atividade pesqueira na comunidade.

Um estudo dialetal sobre o léxico da pesca nas comunidades baianas de Siribinha e Bom Jesus dos Passos foi empreendido por Pereira (2011). Com um *corpus* constituído mediante inquéritos realizados *in loco*, sob uma perspectiva pluridimensional, buscou comparar a linguagem da pesca nas duas comunidades, verificando de que forma os fatores extralinguísticos, como sexo, idade, escolaridade, classe social e o contexto histórico-social, revelam-se nessa linguagem. Através da análise, constatou que, com a modernização dos meios de produção e o crescente movimento de unificação cultural, itens lexicais mais específicos foram substituídos por lexias mais genéricas e abrangentes, em decorrência do uso de novas tecnologias. Com esse trabalho, a autora intentou contribuir para o conhecimento da realidade sociolinguística do falar baiano no que tange à atividade pesqueira.

Especificamente sobre o léxico de pescadores na Ilha de Itaparica, destaca-se o trabalho de Moreira (2010), realizado na comunidade de Baiacu, em Vera Cruz. Baseando-se na Onomasiologia e na Semasiologia, sob a perspectiva da Semântica Estrutural Europeia e da Lexicologia, a autora analisou as designações para os pescadores e os apetrechos de pesca. Nesse estudo de caráter descritivo, procurou investigar como se estruturam os campos conceituais e os campos semasiológicos do léxico da referida comunidade. Através da análise, constatou que algumas formas lexicais evoluíram semanticamente, enquanto outras preservaram o seu significado na comunidade. Além disso, verificou a relação que se estabelece entre o conteúdo linguístico e a realidade extralinguística.

### 1.2.2 As ciências do léxico

Na perspectiva dos estudos linguísticos, o léxico tem sido objeto de análise de diversas disciplinas, sob os mais diferentes enfoques. No entanto, tradicionalmente as disciplinas que têm o léxico como objeto de estudo, com metodologias próprias e tarefas bem definidas são a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. Conforme Biderman (2001b, p. 16), o estudo e a análise da palavra, sua categorização lexical e sua estrutura cabem à Lexicologia. As tarefas

de compilação, classificação e análise das unidades do léxico, bem como sua organização em dicionários, vocabulários técnicos científicos e vocabulários especializados cabem à Lexicografia (BARBOSA, 1990, p. 153). Já a Terminologia se ocupa do estudo das noções e termos usados nas línguas de especialidade. Trata-se de uma disciplina cuja teoria se fundamenta “em la primera orientación, en la que la naturaliza del concepto, las relaciones conceptuales, la relación término-concepto y la atribución de términos a los conceptos ocupan um lugar clave<sup>5</sup> (CABRÉ, 1993, p. 32).

Embora a Lexicografia e a Terminologia se ocupem da identificação de unidades lexicais e da elaboração de dicionários, há diferenças entre ambas no que tange ao repertório lexical. Enquanto a Lexicografia se ocupa do léxico geral, no qual as unidades lexicais são mais heterogêneas, a Terminologia trata de subconjuntos do léxico de uma língua e se limita ao universo referencial, restringindo-se apenas a um domínio específico do conhecimento humano.

Para mostrar a diferença entre as duas disciplinas, Biderman (2001b, p. 161) propõe o seguinte quadro contrastivo:

<b>Lexicografia</b>	<b>Terminologia</b>
unidades léxicas mais heterogêneas (quanto à forma e à função): palavras de significação e palavras instrumentais	unidades léxicas relativamente homogêneas: substantivos (maioria), adjetivos, verbos e alguns advérbios
mais abrangente	circunscrita a um domínio
não se restringe ao universo referencial	centrada no universo referencial
relaciona-se com todas as funções da linguagem: função referencial, f. emotiva, f. conativa, f. fática, f. poética, f. metalinguística	relaciona-se com a função referencial

Como se observa, a Lexicografia é mais abrangente do que Terminologia, permitindo o tratamento de itens lexicais diversificados. O presente estudo, de natureza sociodialetal, objetiva, como já referido, a construção do vocabulário da pesca na Ilha de Itaparica, a partir do levantamento e inclusão de itens lexicais considerando a sua heterogeneidade. Dessa forma, define-se como um trabalho de caráter lexicográfico, não terminológico.

Como presente estudo se fundamenta nos pressupostos teóricos da Lexicologia e da Lexicografia, cabem algumas considerações sobre tais disciplinas.

<sup>5</sup> “na natureza do conceito, nas relações conceituais, na relação termo-conceito e a atribuição de termos aos conceitos ocupam uma posição chave”.

### 1.2.3 Os estudos lexicológicos

A Lexicologia, ciência antiga que se ocupa da descrição do léxico de uma língua, trata da análise de itens lexicais, sua categorização e estruturação, considerando a sua dimensão significativa. Segundo Vilela (1994, p. 10), pode abarcar a etimologia, a formação de palavras, a importação de palavras, a morfologia, a fonologia e a sintaxe, apresentando, ainda, uma relação particular com a semântica.

Para Coseriu (1979), a Lexicologia é o “ramo da linguística que estuda a estrutura do vocabulário da língua, sua composição, variedade, origem, mudanças históricas e adaptação às condições sociais da comunidade respectiva”. Nesse sentido, Matoré (1953) afirma que a Lexicologia é uma disciplina sociológica que tem como material linguístico as palavras. Assim, ao tratar das bases em que se fundamenta essa disciplina, ele postula que

la lexicologie se fondera non pas sur des formes isolées, mais sur des ensembles de notions, la structure et les relations étant expliquées par les faits sociaux, dont les faits de vocabulaire sont à la fois le reflet et la condition.<sup>6</sup> (*id. ibid.* p. 94).

Como uma das disciplinas que tem o léxico como objeto de estudo, a principal tarefa da Lexicologia é estudar sua estruturação, seu funcionamento, as mudanças e variações, além de delimitar e definir a palavra. No entanto, por ser o léxico um sistema aberto e em constante expansão, torna-se muito complexa, ainda que possível, a sua sistematização e formalização em regras. Assim, no percurso que realizam no intuito de cumprir suas tarefas, os lexicólogos se deparam com diversos entraves. A definição e delimitação da *palavra*, por exemplo, tem sido uma das tarefas mais complexas, não havendo, dessa forma, um consenso entre eles. Para Biderman (2001a), este se constitui um problema teórico com sérias consequências em outros campos, principalmente na prática lexicográfica. Sobre esta questão, Dubois e outros (1999, p. 376) assinalam que o

estudo lexicológico moderno ainda trabalha, às vezes, a partir da noção de “palavra”. Ele define, então, a palavra como unidade de significação, caracterizada pela não-separabilidade dos diversos elementos que a realizam foneticamente e definida por suas possibilidades de comutação na unidade linguística que lhe é imediatamente superior, sintagma ou frase. O estudo lexicológico tomará por critério o rendimento funcional; a palavra será considerada uma unidade de significação realizada por fonemas e sempre identificável como tal, em função de suas possibilidades de comutação numa frase para formar novas frases.

---

<sup>6</sup> “a lexicologia se fundamentará não sobre formas isoladas, mas sobre conjuntos de noções, a estrutura e as relações sendo explicadas pelos fatos sociais, dos quais os fatos do vocabulário são ao mesmo tempo o reflexo e a condição.”

A *palavra* sempre foi considerada uma unidade operacional básica pela teoria gramatical clássica, e os estudos morfológicos e sintáticos se fundamentaram nesse pressuposto. No entanto, o conceito de *palavra* sempre provocou muitas inquietações ao longo dos tempos, resultando em diversas posições radicais. Alguns sugeriram até mesmo que o termo fosse banido da Linguística ou substituído, devido a sua imprecisão e falta de definição ideal. Muitos linguistas como Bloomfield (1933), Hockett (1959) e Harris (1968) (*apud* BIDERMAN, 2001a) tomaram o morfema como o elemento básico de análise linguística, ignorando a palavra em seus estudos. Em contrapartida, outros linguistas suscitaram algumas propostas para a definição e delimitação de *palavra*. Para Biderman (2001a), o conceito de *palavra* pode ser explicitado a partir da teoria relativista de Sapir-Whorf. Conforme essa teoria, o mundo e a realidade social são traduzidos pela língua segundo um modelo próprio, o qual expressa, através de suas categorias gramaticais e léxicas, uma concepção de mundo que lhe é peculiar. Dessa forma, considerando que “cada língua recorta a realidade diferentemente e molda essa realidade em categorias linguísticas e mentais que lhe são exclusivas, então o conceito de palavra não tem valor absoluto” (BIDERMAN, 2001a, p. 114). Para a autora, por ser uma unidade psicolinguística que se concretiza no discurso com uma individualidade e por se situar entre o morfema e o sintagma, a palavra só pode ser identificada, delimitada e conceituada no interior de cada língua.

Vários são os critérios utilizados pelos linguistas para a definição e delimitação da palavra. No entanto, Biderman (2001a) aponta três como fundamentais: o fonológico, o gramatical e o semântico. Utilizando-se do critério fonológico, é possível verificar se a palavra se caracteriza imperfeitamente como sequência fonológica recorrente ao mesmo significado e, dessa forma, reconhecer segmentos coesos fonicamente. Através do critério gramatical, podem-se identificar as formas linguísticas manifestas nesses segmentos. Nele dois critérios atuam ao mesmo tempo: a classificação gramatical da palavra em função de seus marcadores e a função exercida por ela na sentença, explicitando as relações paradigmáticas e sintagmáticas. Por fim, através do critério semântico, pode-se identificar a unidade léxica expressa no discurso, visto que uma forma léxica não pode ser analisada esvaziada de sua significação.

Biderman (2001a, p. 154) ressalta a importância de se considerarem os três critérios na determinação das unidades léxicas. Para a autora, o linguista deverá operar simultânea e sucessivamente com os três. Nessa perspectiva, uma das definições mais antigas e que abarca os três critérios é a de Meillet (1926): “Un mot est défini par l’association d’un sens donné à



um ensemble donné de sons susceptible d'un emploi gramatical donné"<sup>7</sup> (*id. ibid.*, p. 30). Muitos linguistas, no entanto, tem se limitado a um só critério, o que tem resultado definições diversas para *palavra*.

Outra questão que tem gerado controvérsias nos estudos lexicológicos diz respeito à designação da unidade lexical. Pottier (1974), por exemplo, sugeriu o termo *lexia* para denominá-la. Recorrendo ao critério lexical, afirma: "Une lexie naît d'une habitude associative"<sup>8</sup> (POTTIER, 1974, p. 266). De acordo com o autor, a *lexia* "est l'unité lexicale mémorisée. Elle appartient à un catégorie (forme du signifié) ou des classes superiores"<sup>9</sup> (*id. ibid.*, p. 265). O autor propõe quatro tipos de *lexias*: *lexia* simples, *lexia* composta, *lexia* complexa e *lexia* textual. Para ele, a *palavra*, menor unidade lexical, denominar-se-ia *lexia* simples. Esta se refere à "palavra" tradicional em vários graus, como *coroa*, *barco*, *rede*, *siri*. A *lexia* simples, de acordo com a sua visão, pode se unir a outro por hífen e formar outra unidade lexical, a qual ele denomina *lexia* composta. Para Pottier (1974), esse tipo de *lexia* é o resultado de uma integração semântica que se manifesta formalmente, como *agulha-branca*, *alto-mar*, *cação-de-escamas*. As *palavras* derivadas ou as compostas por prefixação, como *arrastar*, *caçonete*, *embarcar*, *espanar* também integram esse grupo. O autor afirma ainda que toda uma sequência pode se unir e formar um novo item lexical, como é o caso de "em si mesmo", do português, que deu origem ao item *ensimesmar-se* e "por Dios!", do espanhol, que deu origem a *por Dios*. A *lexia* complexa corresponde a uma sequência de *palavras*, separadas por espaços, sem hífen, em via de lexicalização, em graus diversos, como *bater pé de vara*, *boca do rio*, *carro de mão*, *mar aberto*, *maré grande*. As siglas também fazem parte desse grupo. De acordo com Pottier (1974), um tipo de *lexia* complexa pode chegar ao nível de um enunciado ou de um texto, o que se denomina *lexia* textual. Trata-se de charadas, dos provérbios e das tiradas.

Para delimitar ou determinar as *lexias*, Pottier (1974) apresenta quatro critérios, os quais, como o próprio autor admite, não são claramente suficientes: a) não autonomia de um componente: *Esubgalhar* → *os olhos*; b) não comutabilidade de um componente: *Peso-pesado* (caminhão) não se opõe a *um peso leve*; c) não separabilidade de um componente: *É uma mesa redonda/ Mesa redonda* (conferência); d) particularidade da estrutura interna: *Ter medo/ Fazer justiça/ Tomar coragem*.

<sup>7</sup> "Uma palavra é definida pela associação de um sentido dado a um conjunto dado de sons suscetível de um emprego gramatical dado." (Tradução da autora).

<sup>8</sup> "Uma *lexia* nasce de um hábito associativo." (Tradução da autora).

<sup>9</sup> "A *lexia* é a unidade lexical memorizada. Ela pertence a uma categoria (forma do significado) ou a classes superiores." (Tradução da autora).

No que concerne à lexia complexa e à sequência discursiva variável, para distingui-las, Biderman (2001a) propõe os testes de substituição e de inserção. Através do teste de substituição, verifica-se a possibilidade de substituir um dos componentes da sequência sem alterar-lhe o sentido. Se não for possível, a sequência é uma lexia complexa. Para ilustrar, a autora utiliza as saudações *bom dia* e *boa noite*, as quais não permitem a substituição do adjetivo por outro mais ou menos sinônimo como *ótimo dia* e *ótima noite*. Assim, *bom dia* e *boa noite* já se encontrem, nos termos da autora, lexicalizados como lexemas.

Por meio do teste de inserção, verifica-se a possibilidade de inserir um termo numa sequência discursiva, sem que esta perca os seus traços. Biderman (2001a) mostra que, numa sequência como *dor de cabeça*, não se diria *dor “terrível” de cabeça*, mas sim *“terrível” dor de cabeça* ou *dor de cabeça “terrível”*. Da mesma forma, não seria possível inserir um advérbio em meio aos elementos de *mercado negro* (*mercado “muito” negro*). Assim, para ela, o teste de inserção revela que essas lexias estão lexicalizadas.

Quemada (1987) afirma que “les lexicologues sont les seuls à pouvoir normalizer les denominations des unités qu’ils étudient, en fonction des besoins spécifiques à leur discipline”<sup>10</sup>. No que tange às unidades lexicais, ele propõe uma terminologia baseada nos três planos linguísticos: o discurso, no qual se observam as unidades realizadas em contexto, em situação de enunciação e de comunicação; o código, no qual unidades estereotipadas, padronizadas, marcadas por sua frequência de emprego e um dado uso social se organizam e se associam de forma sincrônica funcional; o sistema, onde são reunidas, organizadas e associadas as unidades abstratas e seus traços virtuais. Nessa perspectiva, as unidades do código se denominam lexias. Estas correspondem à ideia relativamente espontânea que todo usuário faz de sua própria língua. São as unidades lexicais por excelência, as quais se opõem às unidades lexicais (morfemas ou categoremas), cuja regra e significado instrumental não dizem respeito diretamente à lexicologia.

De acordo com Quemada (1987), a lexia é uma unidade de significação estereotipada ou cristalizada (lexicalizada) que, num estado de língua delimitada sincronicamente e, em correlação com o universo sociocultural ao qual pertence, permite denominar uma coisa, uma noção, uma qualidade, uma ação. Assim, para ele, as lexias são elementos constitutivos do léxico, conjunto estruturado de signos lexicais que, a cada etapa da história de uma língua, funcionam simultaneamente. O léxico pode ser considerado a soma organizada de todas as unidades que pertencem à língua global, conjunto sincronicamente estruturado de subconjuntos específicos diassistematicamente marcados. Cada subconjunto do léxico global

---

<sup>10</sup> “Os lexicólogos são os únicos a poder normalizar as denominações das unidades lexicais que eles estudam, em função das necessidades específicas a sua disciplina.” (Tradução da autora).

é regido por normas específicas que determinam o estatuto das lexias que o compõem. Considerando a análise morfológica e semântica, o autor distingue os diversos tipos de lexias de acordo com sua forma e seu significado. Para tanto, propõe as seguintes denominações: *lexias simples*, formadas de um elemento livre; *lexias construídas*, que podem ser *derivadas*, *compostas*, *recompostas*, *acronímicas*, *elípticas*; as *lexias complexas*, que são formadas de elementos ligados ou conjugados; as *lexias monossêmicas* ou *polissêmicas*; as *lexias neutras* e as *lexias marcadas*.

As unidades do discurso, as quais Quemada (1987) denomina *lexes*, *vocábulos* ou *lexoides*, são as unidades concretas, realizadas na enunciação. De acordo com ele, são as mais simples de se observar porque são compreendidas diretamente tal como se apresentam nos enunciados. Entretanto, não são sempre as mais fáceis de se identificar devido à sua grande plasticidade morfossemântica em situação de comunicação. A identificação da *lexe* implica o recurso ao universo do discurso a que eles pertencem, ou seja, ao conjunto de referentes presentes num dado texto e a fração do domínio de experiência que eles delimitam.

Os *lexemas* e *formantes*, unidades do sistema, correspondem aos signos lexicais mínimos, morfológica e semanticamente determinados dentro de conjuntos organizados, referências cronológicas, avaliações normativas e contextos de usos confusos e neutralizados. Nesse sentido, o *lexema* designa toda unidade mínima livre dessa categoria. Dessa forma, Quemada (1987) afirma que, fora de qualquer contexto sócio-histórico definido, *cavalo*, *pequeno*, *noite* são lexemas. Eles se caracterizam por um semantismo mínimo objetivo estável ao qual se podem associar alguns elementos sêmicos subjetivos fundamentais: *forte* para *cavalo*, *baixo* para *pequeno*, *nefasta* para *noite*. Os *formantes* correspondem às unidades lexicais mínimas presas, também denominadas *morfemas lexicais*. Incluem os afixos derivacionais, prefixos e sufixos; os elementos emprestados das línguas clássicas, direta ou indiretamente; são decorrentes da abreviação de lexias construídas ou complexas, o que muitas vezes torna difícil a sua identificação.

No que tange à classificação das lexias, no presente trabalho, adota-se a proposta de Pottier (1974). Para a distinção das unidades lexicais, adotam-se os critérios estabelecidos por Biderman (2001a).

A noção de campo lexical, extremamente importante para este trabalho, pois servirá de base para a elaboração das definições dos itens que constituirão o glossário, é outra questão que ainda gera controvérsias entre os lexicólogos. Conforme Dubois e outros (1999, p. 376):

A lexicologia choca-se com o problema dos campos semânticos. A abordagem linguística da relação entre língua e experiência do mundo é difícil, e os

pesquisadores têm confundido frequentemente campo conceitual (área recortada por um conjunto de conceitos oriunda da experiência: estuda-se, por exemplo, o vocabulário do parentesco, enquanto que o parentesco é, antes de tudo, um conceito socialmente vivido) e campo léxico (área recortada pelas relações privilegiadas entre unidades da língua, constituindo um micro-sistema no interior do sistema geral; por exemplo, o grupo homeoteleuto *père – mère – frère* revela, em francês, uma macroestrutura fônica no interior das relações de parentesco).

Nesse aspecto, é preciso estabelecer uma distinção entre *campo semântico* e *campo lexical*. Geckeler (1976) propõe que o termo *campo léxico* seja empregado apenas nos estudos que tratem exclusivamente de significados léxicos, enquanto o termo *campo semântico*, nos estudos que ultrapassem o nível lexical, visto que o adjetivo *semântico* é mais amplo e abarca questões extralinguísticas. Na perspectiva de Vanoye (1979), *campo semântico* diz respeito ao “conjunto de significações assumidas por uma palavra num certo enunciado”, já o *campo lexical* se refere ao “conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa”. Assim propõe que, tomando um texto ou conjunto de textos, seja feito o arrolamento de todos os itens lexicais ligados a uma noção. Através do reagrupamento desses itens, considerando os opostos, os sinônimos, os associados etc., pode-se alcançar uma definição precisa da noção dentro do referido texto.

Desde a Antiguidade, a organização de itens lexicais em campos tem despertado o interesse da humanidade. Sobre esse aspecto, em *Histoire de la linguistique* (1956), na seção intitulada *Naissance d'une lexicographie*, Mounin (1956) afirma que os sumérios e acádios organizaram uma lista de palavras, a que se denominou “ciências das listas”. Nela os elementos lexicais foram organizados conforme uma classificação semântica. Assim, foram agrupadas nos seguintes campos semânticos<sup>11</sup>: animais, pássaros, divindades, nomes de ofícios e objetos. Sobre essa questão, Mounin (*id.* p. 53) informa:

Des -2700, on trouve des recueils de signes, que fonctionnent déjà partiellement comme des lexiques unilingues: ils énumèrent les signes cunéiformes sumériens à plusieurs sens (par exemple un dessin signifie *bouche, parole, parler, cri, nez*), ainsi que les signes composés (avec le signe *gal*, le signe *ka*, etc.). Le classement de ces signes – ancêtre de nos classifications alphabétiques – est le suivant, parent des classements des caractères chinois: signes à I, puis 2, 3, n... traits horizontaux ; puis à I, 2, 3, n traits obliques; puis à I, 2, 3, n traits verticaux.<sup>12</sup>

Para o autor:

Ces recueils de signes constituent ce qu'on appelle la « science des listes » suméro-akkadienne, qui se présente comme un embryon de classement sémantique à base

<sup>11</sup> Note-se que, embora Mounin (1956) denomine *campo semântico*, trata-se de um campo lexical amplo.

<sup>12</sup> “Desde - 2700, encontram-se os coleções de signos, que já funcionam parcialmente como os léxicos unilíngues; eles listam os signos cuneiformes sumérios com inúmeros sentidos (por exemplo, um desenho significa boca, fala, falar, chorar, nariz), bem como signos compostos (com signo *gal*, o signo *ka*, etc.). A classificação destes signos - anterior à nossas classificações alfabéticas - é a seguinte, subjacente às classificações dos caracteres chineses: sinais com I, em seguida, 2, 3, n ... traços horizontais, em seguida, com I, 2, 3, n traços oblíquos, em seguida, I, 2, 3, n traços verticais.” (Tradução da autora).

linguistique formelle. Catalogues de noms divins, de noms de métiers, de gros bétail, de petit bétail, d'objets déterminés para *kus* (en cuir), *za* (en pierre), *bur* (vases), etc.; ou bien tous les animaux dont le nom dérive du signe chien (lion, chacal, renard, blaireau, loutre, guepardo), du singe âne (dromadaire, chameau, mulet, onagre, cheval), du signe rat, du signe poisson (la tortue y est incluse), du signe oiseau (ici se trouve un sous groupe que réunit les insectes et certains oiseaux, etc.)<sup>13</sup> (*id. ibid.*, p. 53-54).

Mas foi só a partir do século XX que os estudiosos começam a estabelecer com rigor científico os princípios sobre a organização do léxico de uma língua, o que resultou em várias concepções sobre campos, bem como diversas denominações.

Geckeler (1976) informa que, desde o século XIX, o conceito de campo já era discutido em diversos trabalhos linguísticos. Segundo o autor, a ideia de campo linguístico já se encontrava presente no trabalho de Tegnér, em 1874, quando o autor fez uso do termo *campo*, bem como nos estudos de Humboldt (sec. XVII), o qual considerava a *articulação* a característica mais geral e mais profunda de toda língua. Também Baldinger (*apud* GECKELER, 1976) afirma que Abel, em 1885, já havia antecipado o conceito de campo linguístico em seu estudo. Entretanto, embora não tenha usado a terminologia, o primeiro a apresentar de maneira clara e detalhada a ideia de campo foi Meyer, em 1910, em seu trabalho intitulado *Sistemas semânticos*. Para o autor, sistema semântico é o agrupamento de um número limitado de expressões desde um ponto de vista individual (GECKELER, 1976, p. 100). Meyer (1910 *apud* GECKELER, 1976) define três tipos de sistemas: naturais, artificiais (os graus militares) e semiartificiais (linguagem de casa, terminologias profissionais). Tais distinções, conforme Geckeler (1976), de uma forma ou de outra, estabeleceram-se nos estudos posteriores, como os de Weisgerber (1954) e Coseriu (1967).

No que concerne ao domínio de uma língua em particular, o filósofo austríaco Adolf Stöhr, segundo Geckeler (1976), foi o primeiro a falar da relação de campos conceituais e totalidade de campos na obra *Lehrbuch der Logik in psychologisierender Darstellung*, publicada em 1910. O emprego do termo *campo* em sentido linguístico foi registrado em 1919, na obra *Die Ursprünge der Metapher*, de Heinz Werner. Entretanto, Saussure (1916) é considerado o grande precursor da ideia de campo porque, embora não tenha dedicado nenhum capítulo à Semântica em sua obra e não utilize o termo “campo”, os primeiros trabalhos, nesse sentido, foram empreendidos por ele. A respeito disso, Geckeler (1976, p.104), afirma que, em explicações sobre “o valor linguístico”, o mestre genebrino formula

<sup>13</sup> “Essas coleções de signos constituem o que se chama a “ciência das listas” sumério-acadiana, que se apresenta como um embrião de classificação semântica à base linguística formal. Catálogos de nomes divinos, nomes de ofícios, de gados maiores, de gados menores, de objetos determinados por *kus* (de couro) objetos *za* (de pedra), *bur* (vasos), etc.; ou todos os animais, cujo nome deriva do signo cão (leão, chacal, raposa, texugo, lontra, leopardo), do signo asno (dromedário, mula, burro, cavalo), do signo rato, do signo peixe (a tartaruga está incluída), do signo pássaro (aqui se encontra um subgrupo que reúne os insetos e certas aves, etc)”. (Tradução da autora).

ideias que podem ser consideradas pertencentes aos fundamentos da teoria do campo, como, por exemplo, ao afirmar: “Puisque la langue est un système dont tout les termes sont solidaires et où la valeur de l’un ne résulte que de la présence simultanée des autres...”<sup>14</sup> (SAUSSURE, 1916, p. 231). Para Geckeler (1976), as seguintes palavras do “pai da linguística” apontam para o conceito de campo:

Dans l’intérieur d’une même langue, tous les mots qui expriment des idées voisines se limitent réciproquement: des synonymes como « redouteur », « craindre », « avoir peur » n’ont de valeur propre que par leur opposition; si redouter n’existait pas, tout son contenu irait à ses concurrents.<sup>15</sup>

Além disso, quando da análise de “relações associativas”, Saussure (1916) instaura os princípios do pensamento em categorias de campos. A associação *enseignement, instruction, apprentissage, éducation* etc., utilizada pelo autor para ilustrar a relação associativa, revela possíveis componentes de um campo léxico.

Saussure (1916, p. 175) propõe que os campos associativos sejam analisados a partir de um vocábulo. De acordo com o autor, “Un terme donné est comme le centre d’une constellation, le point où convergent d’autres termes coordonnés, dont la somme est indéfinie”<sup>16</sup>. Assim, um campo associativo é formado por uma rede de associações por semelhanças, por contiguidade. Sendo o campo associativo extremamente aberto, as associações não têm limites. Mesmo considerando os vocábulos isoladamente, a sua proposta deu origem a vários estudos sobre os campos linguísticos, tomando como parâmetro a ideia de que cada palavra constitui o centro de uma constelação associativa. Desenvolvendo esses princípios teóricos, Bally (*apud* ULLMANN, 1973, p. 500), por exemplo, postula que um campo associativo é

um halo que circunda o signo e cujas franjas exteriores se confundem com o ambiente... A palavra boi faz pensar: 1) em “vaca, touro, vitelo, chifres, ruminar, mugir” etc.; 2) em “lavoura, charrua, jugo”, etc.; finalmente 3) pode evocar, e evoca em francês, ideias de força, de resistência, de trabalho paciente, mas também de lentidão, de peso, de passividade.

A primeira formulação da ideia explícita de campo foi apresentada por Ipsen (1924 *apud* GECKELER, 1976, p. 102-103). A ideia do mosaico, empregada mais tarde por Trier, em 1931, já se encontra em sua proposição:

<sup>14</sup> “Uma vez que a língua é um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um não resulta tão-somente da presença simultânea dos outros.” (Tradução da autora).

<sup>15</sup> “No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como recear, temer, ter medo só têm valor próprio pela oposição; se recear não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes.” (Tradução da autora).

<sup>16</sup> “Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto onde convergem outros termos coordenados, cuja soma é indefinida.” (Tradução da autora).

Ademais, las palabras autóctonas no están nunca solas en una lengua, senon que se encuentran reunidas en grupos semánticos: con ello no hacemos referencia a un grupo etimológico, aún menos a palabras reunidas en torno a supuestas “raíces” sino a aquellas cuyo contenido semântico objetivo se relaciona com otros contenidos semánticos. Pero esta relación no está pensada como si las palabras estuviesen alienadas a una serie asociativa, sino de tal suerte que todo grupo forme um “campo asociativo” estructurado en si mesmo; como en un mosaico, una palabra se une aqui a la outra, cada una limitada de diferente manera, pero de modo que los contornos queden acoplados y todas juntas queden englobadas en una unidad semântica de orden superior , sin caer en una obscura abstración<sup>17</sup>.

Jolles e Porzig (1934 *apud* GECKELER, 1976), também apresentaram uma proposta de conceito de campo em seus trabalhos, porém os estudos desenvolvidos por Trier (1931 *apud* GECKELER, 1976) sobre os campos linguísticos são considerados de maior importância na Semântica moderna. Sendo fundamentais para a investigação dos campos léxicos, os seus conceitos foram retomados posteriormente por Geckeler, em 1976 e Guiraud e Lyons, em 1980. Partindo da ideia de língua como sistema e da articulação como característica basilar de toda língua, Trier (1931 *apud* GECKELER, 1976) desenvolveu uma proposta para o tratamento do significado lexical a partir de sua teoria do campo léxico. Ele considera o vocabulário de um estado sincrônico de língua uma totalidade semanticamente articulada em campos léxicos, os quais mantêm entre si uma relação de coordenação ou hierarquia, representando um todo articulado, uma estrutura. Nessa perspectiva, cada palavra adquire sua determinação conceitual em um campo léxico, a partir da estrutura do todo. Assim, segundo o autor, o significado de cada uma depende do significado de suas vizinhas conceituais e a compreensão de cada item se dá a partir da existência mental dos conjuntos articulados, em que cada elemento mínimo está geralmente em relação com o todo, embora não de maneira imediata em função da existência de uma escala de sistemas superpostos.

A partir de um estudo diacrônico da língua alemã, Trier (1931 *apud* GECKELER, 1976) comprovou que o vocabulário e a visão de mundo sobre o conhecimento mudaram ao longo do tempo. Tal mudança nos limites de um conceito provocou uma mudança dos conceitos vizinhos e das palavras que os exprimem. Com isso, verificou que as palavras podem ser agrupadas em campos linguísticos, bem como dependem uma das outras dentro desse sistema. Como se observa, a sua proposição se fundamenta nos princípios teóricos desenvolvidos por Humboldt (séc. XVII), no que se refere à noção de articulação, e por Saussure (1916), no que tange à ideia de sistema. De acordo com ele, a segmentação da

---

<sup>17</sup> “Ademais, as palavras autóctones nunca estão sozinhas em uma língua, senão que se encontram reunidos em grupos semânticos: com isso não fazemos referência a um grupo etimológico, ao menos a palavras reunidas em torno de supostas “raízes”, mas àqueles cujo conteúdo semântico objetivo se relaciona com outros conteúdos semânticos. Porém esta relação não está concebida como se as palavras estivessem alienadas a uma série associativa, mas de tal maneira que todo grupo formado um “campo associativo” estruturado em si mesmo; como em um mosaico, uma palavra se une aqui à outra, cada uma limitada de diferente maneira, mas de modo que os contornos permanecem acoplados e todas juntas permaneçam englobadas em uma unidade semântica de ordem superior, sem cair em uma abstração obscura.”(Tradução da autora).

linguagem em campos representaria uma das maiores contribuições à teoria do significado.

Importante notar que a diferença entre campo lexical e campo associativo reside na forma como as unidades lexicais se organizam. Enquanto neste os itens lexicais se estruturam mais evidentemente por fatores extralinguísticos, naquele os itens lexicais se organizam com motivação mais linguística, ou seja, associam-se por componentes de significação.

Por não apresentar uma metodologia própria, a teoria dos campos proposta por Trier (1931 *apud* GECKELER, 1976) gerou diversas críticas e sugestões, em contrapartida, suas ideias deram origem a inúmeros trabalhos. Com o intuito de criar uma semântica estrutural, a partir da ampliação dessa teoria, Coseriu (1967 *apud* GECKELER, 1976) introduz uma terminologia coerente e, sobretudo, o emprego de um método que repousa em bases linguísticas. A proposição de Coseriu (1967) para a delimitação do campo léxico parte do princípio de que “desde el punto de vista práctico un campo se establece por oposiciones simples entre palabras, y termina allí donde una nueva oposición exigiría que el valor unitário del campo (contenido archilexemático) se convierta en rasgo distintivo”<sup>18</sup> (GECKELER, 1976, p. 308). Assim, compreende-se que um campo é uma solidariedade léxica, um paradigma lexical onde se estabelece oposição através de traços distintivos de conteúdos. A concepção de campo léxico apresentada pelo autor não se opõe completamente à de Trier. Para o linguista romeno, campo lexical é um “paradigme constitué par des unites lexicales de contenu (“lexèmes”) se partageant une zone de signification continue et se trouvant en opposition immédiate les unes avec les autres”<sup>19</sup> (COSERIU, 1975, p. 31).

Coseriu (1967 *apud* GECKELER, 1976) apresenta três conceitos fundamentais referentes ao campo lexical: o de arquilexema, lexema e sema. Arquilexema é uma unidade que corresponde a todo o conteúdo de um campo léxico, o qual pode ou não estar expresso em uma unidade léxica. Refere-se a um item lexical que compreende o conjunto de semas pertinentes e comuns a vários itens lexicais. *Embarcação*, por exemplo, é um arquilexema para o campo composto por *barco, jangada, catraia, canoa, saveiro, navio, lancha*. Do ponto de vista do conteúdo, o lexema é toda unidade dada na língua como lexias simples. Sema diz respeito ao traço semântico distintivo (mínimo) na análise do conteúdo. Alguns dos traços distintivos para os componentes do campo lexical das embarcações, por exemplo, são: *movida a vela, movida a remo, movida a motor*.

<sup>18</sup> “desde o ponto de vista prático um campo se estabelece por oposições simples entre palavras, e termina ali onde uma nova oposição exigirá que o valor unitário do campo (conteúdo arquilexemático) se converta em traço distintivo.” (Tradução da autora).

<sup>19</sup> “paradigma constituído de unidades lexicais de conteúdo (lexemas) compartilhando de uma zona de significação contínua e se encontrando em oposição imediata uns com os outros”. (Tradução da autora).



De acordo com Coseriu (1975), a oposição imediata pode se estabelecer entre um arquilexema (expresso ou não) e um lexema, ou entre os arquilexemas. Nesse sentido, um campo pode abarcar outro campo, constituindo uma parte de outro campo, de ordem superior. Dessa forma, as oposições se estabelecem, nos termos do autor, entre lexemas dentro de um microcampo. Por outro lado, todo um microcampo pode se opor, enquanto arquilexema, a um lexema ou a outros arquilexemas dentro de um macrocampo.

Para Coseriu (1975), o campo lexical é uma *estrutura paradigmática primária do léxico*, revelando-se, assim, a estrutura paradigmática por excelência. Nessa perspectiva, utilizando exemplos das línguas românicas, propõe uma tipologia estrutural dos campos lexicais, baseando-se nos seguintes critérios: 1) *o número de dimensões manifestadas pelas oposições de um campo*; 2) *a maneira como as dimensões se combinam entre si no interior do campo*; 3) *o tipo “ôntico” das oposições lexemáticas*; 4) *o tipo de relação entre conteúdo e a expressão dos lexemas (e de suas oposições)*. A partir desses critérios, Coseriu (1975) propõe uma classificação dos campos lexicais sob três diferentes pontos de vista: a) de acordo com a sua configuração; b) de acordo com seu significado objetivo; c) de acordo com sua expressão. Assim, conforme a configuração, há:

a) *campos unidimensionais: antonímico*, que se constitui apenas de dois itens opositivos, como *pequeno – grande*; *gradual*, constituído de oposições graduais, como *frio, morno, quente*; *serial*, que pode ser *ordinal*, como *segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo*, e *não-ordinal*, como *rosa, margarida, tulipa, bromélia*;

b) *campos pluridimensionais: bidimensional (correlativo*, em que se combinam duas oposições “polares”, como *fácil-difícil/leve-pesado*; *não correlativo*, como *branco – cinza - preto*);

c) *multidimensional (hierárquico (correlativo e não correlativo)*, em que as dimensões se apresentam de maneira sucessiva, como *passado, presente, futuro*; e *seletivo (simples e composto)*), como o campo dos assentos, formado por *cadeira, banco, sofá, poltrona*.

Considerando o significado objetivo, distinguem-se os *campos substantivos*, constituídos por oposições substantivas, como o campo das cores: *azul, vermelho, verde, amarelo*; e os *campos relacionais (posicional e não posicional)*, constituídos por oposições relacionais, como por exemplo, o campo dos meses e nomes de parentes.

De acordo com a expressão, há os *campos regulares*, como por exemplo, no campo dos nomes de parentes, a correlação de sexo *pai – mãe, genro – nora* e *irregulares*, como por exemplo, o campo dos nomes das árvores frutíferas, derivadas de nomes de frutas em

espanhol e em português, que apresenta certa irregularidade; os *campos contínuos*, em que não há recursividade e os *campos recursivos*, em que os mesmos itens podem ser incluídos em várias distinções, como as designações para as plantas, por exemplo.

A semântica estrutural ou lexemática se ocupa da definição e descrição da estrutura do significado léxico de uma determinada língua. Seu objeto de estudo são as estruturas léxicas de conteúdo manifestadas em campos conceituais. A estrutura compreende as oposições distintivas, dessa forma, o objeto da semântica estrutural são as *oposições distintivas léxicas de conteúdo*. As estruturas de conteúdo se referem às estruturas lexemáticas cuja identificação requer a distinção entre relações de significado (relações entre os significados dos signos) e relações de designação (relações entre os signos e objetos).

Geckeler (1976) afirma que a percepção das noções de *significação* e *designação* é de fundamental importância para a compreensão da teoria do campo léxico. De acordo com o autor, a significação é um conceito relacional definido como relações no plano do conteúdo. Como os lexemas funcionam em campos léxicos, trata-se, portanto, de relações entre significados. Já a designação se refere à relação de signos linguísticos, em sua totalidade, com os objetos da realidade extralinguística. Para o autor, a diferença entre significação e designação reside nos seguintes aspectos: a) *aparentemente apenas as relações de significação são estruturáveis*; b) *enquanto a designação de determinado objeto é um fato do discurso, a significação é uma ato de língua*; c) *na perspectiva sincrônica, as relações de significação são invariáveis, enquanto as da designação são variáveis*; d) *enquanto a designação pode ser metafórica, a significação, do ponto de vista sincrônico e distintivo, não pode*. Essas distinções se baseiam nas proposições de Coseriu (1967 *apud* GECKELER, 1976), para o qual a *significação* pode ser considerada a “virtualidade” da *designação*. Trata-se de funções linguísticas distintas, pois a significação é conceitual e a designação, material. Por isso a designação por meio da língua constitui algo secundário, visto que só se concretiza através da significação. Para Geckeler (1976), é através das relações designativas que se chega às relações significativas, e o estudo das estruturas léxicas deve ter por base esse fundamento.

No que se refere à organização dos itens lexicais, adota-se a concepção de campo lexical apresentada por Coseriu (1967, *apud* GECKELER, 1976).

#### 1.2.4 Os estudos lexicográficos

A Lexicografia é uma prática antiga e tradicional que surgiu a partir da necessidade de se compreenderem as palavras e expressões que dificultavam a leitura dos textos. Embora na

Antiguidade não se tenham produzido obras lexicográficas no sentido que atualmente se dá a esse termo (BIDERMAN, 1984), para alguns linguistas, a Lexicografia é, dentre as ciências do léxico, o mais antigo dos domínios, cuja origem se encontra na Antiguidade Clássica em que eram compilados glossários e nomenclaturas, como o glossário *Linguae Latinae* (I séc. A.C.), do gramático romeno Varrão, o qual apresentava informações de caráter semântico e etimológico de algumas palavras latinas.

Tradicionalmente considerada como a “arte de compor dicionários”, em meados do século XX, a Lexicografia ganha um novo *status* a partir do momento em que as obras lexicográficas despertam o interesse dos linguistas, tornando-se objetos de investigação da linguística moderna. Sobre essa questão, Seabra (2011, p. 29-30) informa:

Podemos dizer que foi na Espanha, no prólogo escrito por Ramón Menéndez Pidal para o *Diccionario Vox*, dirigido por Samuel Gilli Gaya (1945) e, também, na obra *Introducción a la lexicografía moderna* (1950), de Julio Casares, que se abriram os caminhos para essa transformação, que começa a se consolidar com o congresso realizado em 1960 na Universidade de Indiana (EUA), onde se reuniram linguistas e lexicógrafos. Desde então, paralelamente à prática lexicográfica, foi-se fazendo, cada vez mais presente, com o avanço dos estudos linguísticos, a prática teórica.

Tendo o léxico como objeto de estudo, a Lexicografia pode ser entendida, segundo Borba (2003), sob duas perspectivas: como técnica de montagem de dicionários e como teoria. Enquanto técnica, “ocupa-se de critérios para a seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc.” (BORBA, 2003, p. 15). Como disciplina teórica, “procura estabelecer um conjunto de princípios que permitem descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar informações pertinentes.” (*id. ibid.*).

Para Sanromán (2005, p. 51), “a principal tarefa da lexicografia é registrar factos linguísticos e não legislar sobre os mesmos, abandonando as atitudes normativizadoras, puristas ou até xenófobas da lexicografia tradicional” (*id. ibid.*). De acordo com o autor, o dicionário não reflete a língua enquanto uma abstração, haja vista que o lexicógrafo reúne apenas um repositório de usos já consagrados pela norma ou pelas classes culturalmente prestigiadas. Sobre esse aspecto, Machado Filho (2010, p. 41) salienta que os trabalhos de caráter lexicográfico, principalmente no Brasil, não privilegiam a variação. De acordo o autor,

têm os dicionários de língua, preferencialmente, porém não exclusivamente, utilizado textos escritos, na composição dos corpora, e como condicionador maior, obviamente, a norma-padrão, excluindo do processo de lematização os elementos que consideram os lexicógrafos como erros ortográficos, posição que não se pode

considerar inapropriada na estrita perspectiva metodológica, embora seja em algum grau politicamente incorreta, que se diga, já que veladamente despreza outros usos linguísticos.

Machado Filho (2010), no intuito de promover a difusão da realidade linguística brasileira no que se refere aos usos lexicais e com vistas a instaurar uma Lexicografia Variacional, propõe o aproveitamento da base de dados dos projetos de elaboração de atlas linguísticos na confecção de um dicionário dialetal<sup>20</sup>, o que representa, de acordo com o autor, “uma oportunidade transdisciplinar de bom termo, nomeadamente para o avanço da lexicografia moderna” (*id. ibid.*, p. 42).

No que tange ao termo Lexicografia, este pode se referir tanto à técnica de elaboração de dicionários quanto à sua análise, por isso o seu uso gera certa ambiguidade. De acordo com Dubois e outros (1999, p. 367), trata-se de um termo

tão ambíguo quanto lexicógrafo, que pode designar, ao mesmo tempo, o lingüista que estuda a Lexicografia e o redator de um dicionário. Distinguem-se, assim, a ciência da lexicografia e a prática lexicográfica e, do mesmo modo, o lingüista lexicográfico e o autor de dicionário.

Certo é que, através da Lexicografia, é possível o estudo e a descrição do universo lexical das línguas naturais. Ela oferece o suporte científico para a elaboração dos mais diversos tipos de obras lexicográficas, como os dicionários, glossários e vocabulários. Nesse sentido, como bem afirma Fernandez-Sevilla (1974, p. 15):

Tal como se viene entendiendo y practicando – cuando se practica bien – en nuestra época, la lexicografía es una técnica científica encaminada a estudiar los principios que deben seguirse en la preparación de repertorios léxicos de todo tipo, no sólo diccionarios sino también vocabularios, inventarios, etc. No es labor de aficionados sino profesión a la que se consagran hombres de ciencia de modo preferente o exclusivo, solos o en equipo.<sup>21</sup>

Sobre esse aspecto, Welker (2004) esclarece que a palavra *lexicografia* corresponde a duas atividades diferentes que, como resultado, apresentam produtos distintos. Assim, têm-se

<sup>20</sup> Sob a coordenação do professor Américo Venâncio Machado Filho, encontra-se em andamento o Projeto Dicionário Dialetal Brasileiro (DDB), o qual tem como *corpus* os dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e visa ao “desenvolvimento de um dicionário que possa assegurar a difusão mais ampla do conhecimento da realidade linguística brasileira, no que tange aos usos lexicais, de forma a atender, de maneira econômica e com maior amplitude, o acesso indexado, por parte dos estudiosos da língua e da cultura e da população em geral, aos dados dialetais hoje disponíveis” (MACHADO FILHO, 2010, p. 41).

<sup>21</sup> “Tal como se vem compreendendo e practicando - quando se pratica bem - em nossa época, a lexicografia é uma técnica científica destinada a estudar os princípios que devem ser seguidos na elaboração de repertórios lexicais de todos os tipos, não apenas os dicionários, mas também vocabulários, inventários, etc. Não é trabalho de amador, mas profissão a que se dedicam os cientistas de modo preferencial ou exclusivo, sozinhos ou em equipe.” (Tradução da autora).

a *lexicografia prática* e a *lexicografia teórica*. A elaboração de dicionários é a atividade da *lexicografia prática*, cujos produtos são os dicionários. Segundo Welker (*id.*), não há um consenso no que tange à percepção dessa atividade, a qual já foi concebida como uma ciência, uma técnica, uma prática ou até mesmo uma arte. De acordo com o autor, considerando a definição para ciência ‘Corpo de conhecimentos sistematizados que, adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, são formulados de metódica e racionalmente’, apresentada pelo *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, a *lexicografia prática* não é uma ciência, mas sim uma técnica. A *lexicografia teórica*, também denominada *metalexigrafia*, ocupa-se do estudo dos dicionários. Esta, que tem como produtos os conhecimentos adquiridos e divulgados, para o referido autor, pode ser compreendida com ciência.

Para referir-se à *lexicografia prática*, Wiegand (1983 *apud* WELKER, 2011) utiliza apenas o termo *lexicografia* e, para a *metalexigrafia*, emprega *pesquisa sobre dicionários*. Para ele, enquanto a *lexicografia* é “uma prática científica que tem como objetivo a publicação de dicionários” (*id. ibid.*, p. 31), a *metalexigrafia* abrange quatro subáreas, quais sejam: *história da lexicografia*, *teoria geral da lexicografia*, *pesquisa sobre usos de dicionários* e *crítica de dicionários*. Como disciplina teórica, cabe à metalexigrafia definição das tipologias de obras lexicográficas, o qual tem sido um de seus grandes desafios. Conforme Haensch (1982), a classificação das obras lexicográficas (dicionários, vocabulários, glossários etc.) tem sido uma tarefa muito difícil, a qual está sujeita a muitos problemas práticos e teórico-linguísticos.

Como não há um consenso na definição dos tipos de obras lexicográficas, a utilização, sobretudo dos termos glossário e vocabulário, tem gerado muitas controvérsias. Devido à similaridade dos conceitos, os dois termos, por vezes, são empregados indistintamente. Para Haensch (1982), por exemplo, o termo vocabulário é sinônimo de glossário. Este corresponde ao repertório de palavras, em sua maioria de termos técnicos, que não se pretende ser exaustivo e cuja seleção de palavras é feita ao acaso. A exemplo disto, ele cita o glossário de termos ecológicos espanhol-inglês.

Atendo-se mais ao conceito de dicionário, Haensch (1982), propõe uma classificação para as obras lexicográficas a partir de pares opostos. Assim, há os seguintes tipos: semasiológicas e onomasiológicas; normativas e descritivas; monolíngues e plurilíngues. Como obras onomasiológicas, encontram-se os dicionários pictóricos, ortoépicas, ortográficas, de formação das palavras, de construção e regime (valência), de colocações, de dúvidas e de sinônimos. Os dicionários de fraseologia, modismos, refrões, neologismos, históricos e os dicionários de língua em ordem alfabética correspondem às obras

semasiológicas. As obras que apresentam caráter prescritivo, principalmente aquelas dirigidas aos estudantes, correspondem às normativas. Trata-se de obras descritivas aquelas que mostram o uso do vocábulo. As obras monolíngues referem-se aos dicionários gerais de uma determinada língua. Aos dicionários para aprendizagem de idiomas correspondem as obras bilíngues.

Barbosa (2001), por sua vez, propõe uma classificação de acordo com os níveis de atualização da língua: sistema, norma e fala. Nessa perspectiva, os dicionários de língua, que reúnem todo o universo de lexemas, correspondem ao nível do sistema. No nível da norma, enquadram-se os vocabulários, sejam eles fundamentais, técnico-científicos, especializados, os quais têm como unidade-padrão o vocábulo e constituem-se como *conjuntos-vocabulários*. Ao nível da fala, correspondem os glossários que, conforme Barbosa (1995, p. 3), “apresenta unidades lexicais extraídas de um único texto manifestado e definidas em suas significações específicas, correspondentes a cada palavra-ocorrência, no mais alto nível de densidade sêmica, sem reunir, em um só verbete, duas ou mais palavras-ocorrências com a mesma forma de expressão”.

Ainda no que tange às definições de glossário e vocabulário, Barbosa (1995, p. 4) salienta a necessidade de distingui-los com base num critério qualitativo-quantitativo. De acordo com a autora,

o vocabulário busca ser representativo de um universo de discurso – que compreende, por sua vez, **n** discursos manifestados –, pelo menos; configura uma norma lexical discursiva; glossário pretende ser representativo da situação lexical de um único texto manifestado, em sua especificidade léxico-semântica, em uma situação de enunciação e de enunciado, em uma situação de discurso exclusiva e bem determinada.

Tal como as demais disciplinas das mais diversas áreas do conhecimento humano, a Lexicografia também desenvolveu sua metodologia própria, a qual é denominada por Werner (1982) *Teoria da Lexicografia*. Sobre essa questão o autor afirma:

Muchas disciplinas científicas han desarrollado una metodología científica propia; lo mismo ocurrió con la Lexicografía. El que se dedica a tareas lexicográficas de certa envergadura (sobre todo a la elaboración de diccionarios) necesita amplios conocimientos teóricos sobre las posibilidades y los supuestos metódicos de esta actividad. En estos supuestos metódicos repercuten, por un lado, los conocimientos de todas las ramas de la lingüística, y por outro, las condiciones y exigências de trabajo, prácticas, tecnológicas y socioeconómicas.<sup>22</sup> (*id. ibid.* p. 93).

---

<sup>22</sup> “Muitas disciplinas científicas têm desenvolvido uma metodologia científica própria; o mesmo ocorreu com a Lexicografia. O que se dedica a tarefas lexicográficas de tal envergadura (especialmente a elaboração de dicionários) necessita de amplos conhecimentos teóricos sobre as possibilidades e os pressupostos metodológicos dessa atividade. Nestes pressupostos metodológicos, repercutem, por um lado, os conhecimentos de todos os ramos da linguística, e por outro, as condições e exigências de trabalho, práticas, tecnológicas e socioeconômicas.” (Tradução da autora).

Nessa perspectiva, Borba (2011) aponta as condições necessárias ao trabalho do lexicógrafo. Para ele, como “o profissional que prepara dicionários de língua” e cujo campo de atuação “é a língua como sistema, ao qual ele chega por meio da investigação sistemática de diversos discursos vigentes numa comunidade linguística num dado período” (*id. ibid.* p. 17), o lexicógrafo deve se ocupar do *léxico em circulação*. Nesse sentido, para a elaboração do dicionário, de acordo com Borba (*id.*, p. 17-18), o lexicógrafo

terá que levantar primeiro as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico. Isso quer dizer que o lexicógrafo precisa, em primeiro lugar, conhecer bem as técnicas de análise de línguas, seja no nível fonomórfico, seja no nível sintático-semântico. Complementarmente, ele ainda precisa estar a par de todo um conjunto de princípios e praxes estabelecidas ao longo do tempo pela prática lexicográfica. Como linguista, poderá escolher uma técnica descritiva embasada, por exemplo, numa teoria gramatical que lhe permita construir modelos capazes de dar conta da estruturação adequada dos verbetes de seu dicionário. Como técnico, precisa estar a par dos princípios e normas que orientam a lexicografia. Assim terá elementos para estabelecer critérios de controle de macro e microestruturas.

Os estudos revelam que a não observância a esses parâmetros tem resultado em incoerências e lacunas nas obras lexicográficas. Isquierdo (2007) ressalta que a ausência de informações sobre a macro e microestrutura é um dos problemas apresentados pelos dicionários. Em sua maioria, não se encontram definidos, por exemplo,

objetivos do dicionário, público a que se destina a obra e a extensão da nomenclatura, teoria lexical adotada, estrutura do verbete (tipo de definição, fontes das abonações) e, particularmente, os critérios e as fontes utilizadas para a classificação dos regionalismos (*id. ibid.*, p. 201).

Ferramentas metodológicas de grande importância na construção de uma obra lexicográfica, os conceitos de macro e microestrutura introduzidos por Rey-Debove (1971) contribuíram para o aprimoramento da produção lexicográfica. Na perspectiva de Rey-Debove (1971, p. 21), a macroestrutura pode ser definida como “l'ensemble des entrées ordonnées, toujours soumise à une lecture verticale partielle lors du repérage de l'objet du message”. Já a microestrutura, para Rey-Debove (1971, p. 151), pode ser definida como

l'ensemble des informations ordonnées qui suivent l'entrée; cet ensemble a une structure constante qui répond à un programme et à un code d'information applicable à n'importe quelle entrée (l'ordre des informations permet, au mieux, une consultation interne).<sup>23</sup>

<sup>23</sup> “o conjunto de informações ordenadas após a entrada; esse conjunto tem uma estrutura permanente que responde a um programa e a um código de informações aplicável a qualquer entrada (a ordem das informações permite, na melhor das hipóteses, uma consulta interna).” (Tradução da autora).

A microestrutura diz respeito ao conjunto de itens e indicadores. Os primeiros correspondem às todas as informações fornecidas sobre um determinado lema em um verbete, já o segundo compreende as marcas tipográficas, como itálico, negrito e colorido etc., bem como e não tipográficas, a exemplo de sinais, símbolos, parênteses etc., empregados nos itens presentes na microestrutura. No que tange à sua organização, a microestrutura deve ser padronizada. Sobre esse aspecto, Barbosa (1999, p. 41), afirma que a microestrutura de base se compõe “das ‘informações’ ordenadas que seguem a entrada e têm uma estrutura constante, correspondendo a um programa e a um código de informações aplicáveis a qualquer entrada”. *A entrada e o enunciado lexicográfico* compõem o *verbeta*. Para o registro da *entrada lexical*, também denominada *lema* e *endereço*, não há um modelo pré-determinado. Este varia conforme o projeto lexicográfico, ou seja, a macroestrutura. Os indicadores tipográficos e não tipográficos, que são de responsabilidade do dicionarista, também podem variar.

A *definição*, considerada o eixo central do *verbeta*, refere-se ao enunciado que explicita detalhadamente o conteúdo semântico do *lema*. Explicitando a importância da definição lexicográfica, Murakawa (2007, p. 241-242) afirma:

A definição lexicográfica é (...) a parte essencial na construção do *verbeta*. Segundo Dubois e Dubois (1971, p. 110), o dicionário é a “fonte de estudos lingüísticos”. Ele é testemunha da atitude que uma comunidade adota com relação à sua língua. O dicionário, tendo por objeto a língua e suas realizações, registra as modificações que ela sofre ao longo do tempo. E não apenas isso: é através dele que se conhece a evolução científica, técnica e cultural de uma sociedade. É, portanto na definição enquanto eixo central do *verbeta*, que vamos encontrar a língua e suas realizações, e a evolução científica, técnica e cultural de que falam os lingüistas franceses.

De acordo com Dubois e outros (1999, p. 167), a definição

é a análise semântica da palavra de entrada. Consta de uma série de paráfrases sinónimas da palavra de entrada, constituindo cada paráfrase, distinta das outras, um sentido ou, na terminologia lexicográfica, uma acepção. As definições (ou sentidos) seguidas umas das outras por números, travessões, barras, etc., sucedem-se segundo uma relação histórica ou lógica (às vezes na ordem da frequência na língua).

As discussões em torno da definição têm origem em Platão e Aristóteles e perdura até os dias atuais, sendo tratada por muitos estudiosos, principalmente filósofos, lógicos e semanticistas. Assim, são diversos os tipos de definição propostos, os quais geram certa imprecisão terminológica e confusão no que tange aos conceitos. Com objetivo de elucidar tal questão, em *Brevíssimo glossário lexicográfico*<sup>24</sup>, Machado Filho (2011) distingue os vários

<sup>24</sup> Livremente adaptado de STERKENBURG, Piet van (ed.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.



tipos de definição. Nas palavras do autor, a definição pode ser:

- a) *Analítica: analisa o significado de um item lexical a partir do “genus proximum”, i. e., o hiperônimo, e da “differentia specifica”, i. e., os traços exclusivos de significado desse mesmo item, em relação aos outros semas de um dado campo lexical.*
- b) *Descritiva: expressa sistematicamente, objetivamente e explicitamente o significado e o uso de um determinado item lexical, suas colocações e restrições de seleção, assim como outros padrões sintáticos.*
- c) *Enciclopédica: concentra-se na apresentação do significado de um determinado item lexical, mais especificamente, em função do conhecimento do mundo do que do conhecimento linguístico.*
- d) *Extensional: consiste na enumeração de outros itens integrantes da mesma classe ou campo do “definiendum”.*
- e) *Intensional: especifica as propriedades ou os traços distintivos de um dado item lexical e que o individualiza perante outros integrantes de um mesmo campo lexical.*
- f) *Lexicográfica: apenas o “genus proximum” e a “differentia specifica” compõem a codificação da informação de um dado item lexical.*
- g) *Lógica: procura dar conta de todos os traços de significado depreensíveis de um determinado item lexical, a partir de seu “genus proximum” e de todos os traços sêmicos em oposição ou não em um mesmo campo lexical.*
- h) *Sentencial: ultrapassa a formulação sintática de uma frase.*

Sem pretensões de empreender uma discussão em torno dos diversos tipos de definição, convém explicitar que tradicionalmente se costuma opor a *definição lógica*, também denominada *definição real*, à *definição lexicográfica*, com base no pressuposto de que a *definição lógica* trata das coisas do mundo real e a *definição lexicográfica* trata das palavras.

A definição sinonímica, que se constitui por meio de “alegados equivalentes semânticos”<sup>25</sup>, ou seja, diz-se que a palavra definida significa o mesmo que alguma outra palavra, é um tipo de definição refutado por alguns linguistas, a exemplo de Weinreich (1984, p. 115), que afirma:

---

<sup>25</sup> Anotações de aula da disciplina *Léxico da língua portuguesa*, ministrada pelo Prof. Américo Venâncio Machado Filho, no Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, no semestre 2007.I.

Sinônimos perfeitos são, porém, raros em língua naturais, especialmente na maioria não-hipertrofiada, e são um meio de descrição ineficiente e não fidedigno. Por outro lado, o arrolamento linear de sinônimos não-perfeitos de um termo não limita efetivamente seu significado. Portanto, o método, embora comum em dicionários elegantes, deveria ser descartado.

O exemplo e a abonação são elementos essenciais na microestrutura de um dicionário de língua. O exemplo corresponde a exemplo propriamente dito, que é de autoria do próprio lexicógrafo. Trata-se de uma sentença elaborada especialmente para ilustrar o emprego de um determinado item lexical. Já aquela extraída de um livro ou de um determinado *corpus* se denomina abonação. Para quem consulta o dicionário, os exemplos e as abonações funcionam como modelos de codificação. Por isso, devem ser realmente ilustrativos do uso das unidades lexicais.

Os elementos referentes à macro e microestrutura serão abordados no capítulo 5, em que serão apresentados os critérios adotados para a elaboração do vocabulário da pesca na Ilha de Itaparica- BA.

Como este estudo trata de uma análise do léxico dos pescadores da Ilha de Itaparica-BA, cujo resultado final será um vocabulário, busca-se, com base na Lexicologia, o registro e a descrição desse léxico, revelando a experiência cultural e as transformações históricas e sociais pelas quais a comunidade linguística em estudo passou. Através da Lexicografia, por outro lado, com sua arte e técnica, objetiva-se organizar sistematicamente esse léxico, o que resultará no vocabulário geral dos pescadores da Ilha de Itaparica.

## 2 OS CAMINHOS DA ARTE: BREVE HISTÓRICO DA PESCA

O ato de capturar peixes ou outros seres aquáticos, como crustáceos, moluscos, equinodermos (estrelas-do-mar, ouriços-do-mar, pepinos-do-mar) etc. em rios, lagos e mares para a sobrevivência, por esporte ou com o objetivo de comercializar constitui o que se pode denominar, em linhas gerais, de pesca.

Como se sabe, assim como a caça e a agricultura, a pesca é uma atividade praticada desde o período pré-histórico, em que o homem, buscando os meios necessários para a sua sobrevivência, recorria ao meio aquático para conseguir sua alimentação. Nesse período, por ainda não ter desenvolvido as formas tradicionais de cultivo e criação de animais, o homem dependia basicamente da pesca e da caça para sobreviver. No entanto, antes de praticar a pesca com os equipamentos específicos, o homem primitivo já colhia moluscos, o que pode ser comprovado através dos achados de restos de cerâmicas usadas no preparo do alimento, cascas de ostras e mexilhões na Escandinávia.

Os primeiros artefatos relacionados à atividade da pesca surgiram no período Paleolítico superior, de que são exemplos, as lâminas de osso pontiagudo nos dois extremos e os grandes arpões em osso de rena. Nesse período, a importância do peixe para o homem foi registrada através da arte rupestre, nas representações de cenas de pesca. Sobre esse aspecto, Dias (2007, p. 1) afirma:

Há vestígios da existência de pesca em lugares arqueológicos do período do Paleolítico, há cerca de 50 mil anos atrás sendo a pesca, juntamente com a caça, uma das primeiras profissões do homem. No Sul dos continentes Africano e Europeu há pinturas rupestres datadas de há 25000 anos atrás representando peixes e cenas de pesca. Depósitos de conchas e de restos de ossos – conhecidos por “kitchen middens” encontrados no litoral um pouco por todo o mundo, usados pelos arqueólogos para identificar locais de assentamento de populações nos primeiros dias da civilização, revelam a utilização de bivalves para a alimentação.

No período Neolítico, o homem desenvolveu novas técnicas de pesca. Por isso, nessa época, surgiram o anzol, a rede, pesos de rede e flutuadores. Já na Idade do Bronze, além da pesca com redes de pesos e flutuadores, também é registrada a pesca a linha, com uso de anzol de cobre e bronze (cf. Figura 1).

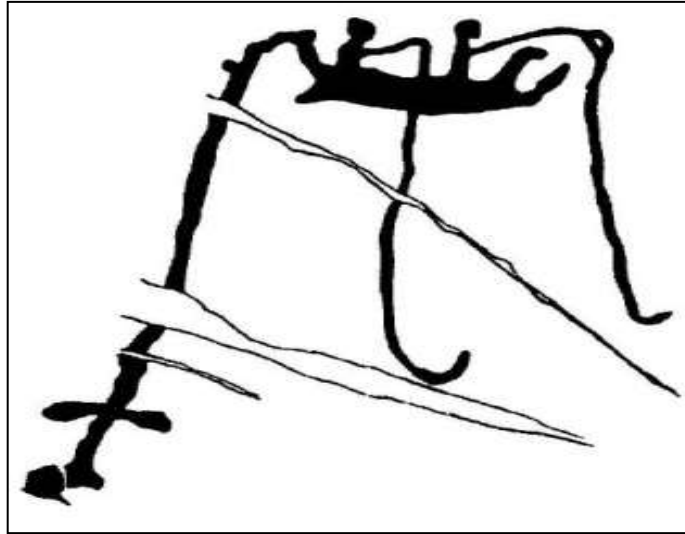


Figura 1: Pesca de anzol (gravura em rocha, da Idade do Bronze Nórdica. In: Fernö & Olsen, 1994 (*apud* DIAS, 2007)).

No Crescente Fértil<sup>26</sup>, região do Oriente Médio onde surgiu a agricultura e que marca o início da história, os canais de irrigação, além de servirem para a rega dos terrenos áridos, também forneciam peixes. Nessa área, a pesca teve grande importância, visto que os peixes eram usados em trocas comerciais. A Figura 2 permite visualizar a região aproximada do Crescente Fértil:



Figura 2: Mapa da região do Crescente Fértil.  
Fonte: Site Treino de História. Disponível em: <<https://www.treinodehistoria.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Na região do Egito, praticava-se a pesca à linha, em pequenos barcos, ou a pesca com rede de arrasto, conforme demonstram várias representações da atividade da pesca,

<sup>26</sup> Compreende atualmente Israel, Cisjordânia e Líbano e partes da Jordânia, da Síria, do Iraque, do Egito, do sudeste da Turquia e sudoeste do Irã.

pescadores e os equipamentos de pesca (cf. Figuras 3 e 4).



Figura 3: Quadro considerado o mais antigo que representa a pesca com cana e linha, em 2000 a.C.

Fonte: Site Pesca & Mar. Disponível em: <<http://www.pescamar.paginas.sapo.pt>>. Acesso em 15 set. 2011.



Figura 4: Pintura retratando pescadores na tumba de Mereruka em Sacará, Egito.

Fonte: Site Wikipedia. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em 15 set. 2011.

De acordo com Lourenço (2010), as principais técnicas de pesca durante a Antiguidade eram:

- a) a pesca com anzol, que era realizada de duas formas: 1) através de uma cana de matéria vegetal flexível e resistente, em que um fio de linho ou de crinas de cavalo, geralmente de cor neutra, era envolvido à ponta da cana e no anzol, ligando-se um flutuador em cortiça ou casca de pinheiro, para dar o sinal de captura do peixe, além

- de um pequeno peso de chumbo; 2) em uma embarcação como apoio, com anzóis de tamanho considerável em que se utilizava uma chumbada pesada. Pequenos insetos, moluscos, vermes, vísceras de peixe e eram utilizados como isca nesse tipo de pesca;
- b) a pesca com rede, praticada em todo o Mediterrâneo na época clássica, era realizada de diversas formas: 1) através da técnica do arrasto, que consistia num retângulo largo colocado verticalmente na água formando uma grande bolsa no centro, sendo a rede puxada por dois barcos, a fim de arrastar todos os peixes para a bolsa central; 2) com o uso de uma pequena rede com pesos de chumbo afunilados lançada diretamente na água de um lugar elevado perto do mar;
- c) a *rypoché*, um tipo de pesca em que se utilizava um rede de mão para capturar pequenos peixes, ostra e mexilhões;
- d) a pesca com navas, que consistia em uma armadilha geralmente de forma alongada, feita com vime ou esparto, com pequenos compartimentos estreitos, para onde o peixe era atraído através de uma isca. A armadilha era presa em uma corda no fundo do mar, tendo uma boia na superfície para indicar a sua localização;
- e) pesca de candeio/arpão e tridente, em os peixes eram atraídos à superfície pela forte luz de archotes<sup>27</sup> e quando se aproximavam eram atingidos pelos arpões ou tridentes.
- f) *almadraba*<sup>28</sup>, técnica que consistia em conduzir os peixes a uma rede até a câmara do copejo e, uma vez dentro do cerco, os barcos se afastavam até os peixes virem à superfície da água, onde eram atingidos por tridentes e arpões (cf. Figura 5).
- g) pesca por envenenamento, que consistia no uso de substâncias venenosas ou entorpecentes extraídas de determinadas plantas, cujos subprodutos eram espalhados na água, provocando a morte ou a incapacidade dos peixes, que vinham à superfície da água e eram facilmente capturados;
- h) currais de pesca, que consistiam em construções artificiais de forma circular ou

<sup>27</sup> *Fecho breado que se acende para iluminar, em geral ao ar livre.* (FERREIRA, 1999).

<sup>28</sup> *Armação de pesca de atum.* (FERREIRA, 1999).

semicircular, feitas com blocos de pedra ou escavados na rocha, onde os peixes e crustáceos eram encurralados quando da subida da maré.



Figura 5: Pescador com um arpão de duas cabeças em uma pintura de parede no túmulo de Usheret Tebas, Dinastia XVIII, por volta de 1430 a.C.

Fonte: Wikimedia. Disponível em: <<http://www.wikimedia.org>>. Acesso em: 15 set. 2011.

Praticada a pé em regiões costeiras, nos tempos primitivos, a pesca era uma atividade individual que consistia em recolher moluscos, crustáceos e peixes, um a um, como se dá nos dias atuais. Posteriormente, surgem os instrumentos de arremesso, como as lanças, setas e arpões utilizados na captura de espécies isoladas. Com a criação das barragens e armadilhas, a pesca se volta para a captura de peixes em maior volume. O aperfeiçoamento das barragens deu origem às redes, que se tornaram mais finas com a obtenção dos fios de sisal, em seguida, o algodão e, atualmente, o fio sintético.

A partir do Cristianismo, o homem passou a considerar o peixe uma refeição nobre, provocando o aumento do seu consumo e o estabelecimento da pesca marítima. Na Idade Média, o peixe passou a ser usado como moeda de troca entre os senhores feudais e os camponeses. Foi a partir do século IV que a pesca teve impulso, quando os monges passaram a fabricar redes apropriadas para a pesca marítima. Já no século VII, a atividade pesqueira se tornou muito popular e o consumo de peixe se consolidou na Europa. Foi nesse período que surgiu a pesca da baleia, cuja carne se consumia como alimento e seu óleo era utilizado como combustível para iluminação das casas e ruas, como lubrificante, e na fabricação de sabão.

Embora nos dias atuais se perceba um melhoramento nos processos de captura do peixe, com uso de equipamentos modernos feitos com materiais mais resistentes e de melhor qualidade, ao longo do tempo, a pesca sofreu poucas alterações, pois os equipamentos e os processos de captura de peixes de que se dispõe atualmente são os mesmos ou muito

semelhantes àqueles usados na Antiguidade. Equipamentos como rede, linha, anzol, arpão, flutuadores, pesos, por exemplo, foram registrados há cerca de 10.000 anos a.C.

A pesca de linha de mão inicialmente era praticada sem anzol. Posteriormente, passou a ser praticada com *anzóis direitos* e, depois, com *anzóis curvos* feitos de pedra, osso, madeira e metal. A fim de capturar o peixe em melhores condições e com mais facilidade, o homem passou a utilizar as embarcações, as quais foram aperfeiçoadas ao longo do tempo, permitindo a prática da pesca, antes limitada às zonas costeiras, em regiões de alto-mar, distanciando-se cada vez mais.

Conforme Dias (2007, p. 3), foi a revolução industrial que promoveu o grande desenvolvimento da pesca. Para o autor,

o florescimento da indústria pesqueira, em especial devido à motorização – o aparecimento do barco a vapor (1840-1900) e à descoberta e divulgação de novos métodos de conservação do pescado - para além da salga, da seca e da fumagem - tais como a refrigeração e a congelação e à expansão da pesca para regiões cada vez mais afastadas da costa. A motorização permitiu também um grande desenvolvimento nos equipamentos de convés para manipulação das artes de pesca (aladores de rede e de cabos, paus de carga, guinchos, etc) tornando possível operar com redes cada vez maiores e longos aparelhos de anzol ou teias de armadilhas.

Atualmente diversos métodos de captura têm favorecido a pesca: a pesca elétrica, pesca com bombas sugadoras, pesca com luzes elétricas de várias cores que são colocadas a certa profundidade e a pesca com máquinas de colheita. Além disso, outros fatores têm contribuído muito para o desenvolvimento dessa atividade: a utilização da eletrônica na pesca tanto na navegação quanto na localização dos peixes, através de sondas e sonares<sup>29</sup>; o uso das imagens de satélite para identificar as zonas com condições ambientais propícias para a concentração de determinadas espécies.

## 2.1 A PESCA NO BRASIL

Com grandes rios e afluentes favorecendo a pesca, no Brasil, essa atividade já se havia estabelecido entre os indígenas antes de os portugueses aqui chegarem, bem como as tribos indígenas já tinham desenvolvido seus métodos próprios para a confecção de canoas e equipamentos para a captura de peixes. Os peixes, crustáceos e moluscos sempre tiveram grande importância na alimentação dos indígenas. Como se sabe, os indígenas se alimentavam basicamente da caça, da pesca e de frutos e raízes, mas, muito diferente dos povos da

<sup>29</sup> *Técnicas e equipamentos para detectar objetos imersos em água e determinar-lhes a posição e a velocidade, utilizando a emissão de pulsos de ultra-sons e recepção e identificação do eco* (FERREIRA, 1999).



Antiguidade, os indígenas utilizam flecha e arco para a captura dos peixes. Em *Viagem à terra do Brasil*, Léry informa a respeito das técnicas utilizadas pelos índios:

Terminado direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada tucom. Também penetram no mar e nos rios em jangadas, a que chamam de piperis: são feitas de cinco ou seis paus redondos. Quando o tempo está bom e os selvagens pescam separadamente, parecem de longe, tão pequenos se vêem, macacos ou melhor rãs, aquecendo-se ao sol em achas de lenha solta na água (...) (LÉRY, 1980, p. 148-149).

Referindo-se ao modo como os indígenas pescavam, em *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*, Sousa também informa: “Pesca este gentio com uns espinhos tortos que lhe servem de anzoos com que matam muito peixe, e á flexa, para o que são mui certos, e para matarem muita caça” (SOUSA, 1851, p. 347). E mais adiante completa:

Não pescam estes índios nos rios á linha, porque não tem anzoos; mas para matarem peixe, colhem uns ramos de umas ervas como vides, mas mui compridos e brandos, e tecem-nos como rede, os quaes deitam no rio, e tapam-no de uma parte á outra; e uns tem mão n’esta rede e outros batem a agua em cima, d’onde o peixe foge e vem-se decendo até dar n’ella, onde se ajunta; e tomam ás mãos o peixe pequeno, e o grande matam ás flechadas sem errarem uma (SOUSA, 1851, p. 353) .

Através do processo de colonização, a pesca se desenvolveu significativamente no Brasil. Sua influência, no que concerne ao aspecto socioeconômico do país, revela-se mediante a formação de várias cidades a partir de núcleo de pescadores ao longo do litoral brasileiro. Conforme Diegues (1983), três diferentes culturas contribuíram para a pesca no Brasil: a) a cultura indígena, com o preparo do peixe para a alimentação, a produção de jangadas e canoas, as flechas, os arpões e as tapagens; b) a cultura portuguesa, com os anzóis, pesos de metal, redes de arremesso e de arrasto; c) e a cultura negra, com a variedade de cestos e demais utensílios empregados na captura dos peixes.

Outro fator que também contribuiu significativamente para esse desenvolvimento foi a introdução da pesca da baleia no início do século XVII, principalmente na Bahia, São Paulo e Santa Catarina, onde foram instaladas as armações de pesca. Introduzida pelos bascos de Biscaia, era uma atividade desenvolvida sobretudo pelos escravos africanos, os quais aprenderam a técnica do uso do arpão manual, lançado de um bote a remo para a captura da baleia. De acordo com Ellis (1969), a partir de 1614, a pesca da baleia passou a ser monopolizada pela Coroa Portuguesa, que exercia o controle sobre os impostos e o destino do produto da pesca. Tendo o óleo como principal produto, a indústria baleeira teve seu apogeu até 1789, quando houve uma queda na produtividade em função do processo de extinção das

baleias, bem como a concorrência com as indústrias inglesa e norte-americana. No século XIX, as armações de pesca começam a desaparecer, sendo completamente desusadas em meados do século XX.

De acordo com Diegues (1983), a partir do início do século XX, com a introdução de novas técnicas pelos pescadores portugueses e espanhóis, como a pesca de linha de fundo com caícos<sup>30</sup>, a pesca de camarão com arrasto de portas e a pesca de sardinha com traineiras, bem como o surgimento das primeiras empresas de conservação de pescado, inaugurou-se uma nova fase da pesca no Brasil, que se reflete no modo de organização dessa atividade. Nesse período, também foram criadas as Colônias de Pescadores, uma dos meios de intervenção do Estado na atividade pesqueira.

Nos anos 60, com a criação da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), houve a modernização e industrialização da pesca, o que gerou um aumento na produção do pescado, que passou de 300 mil para 900 mil toneladas por ano. Ainda com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor pesqueiro no país, nos anos 70, foi criado o Curso de Engenharia de Pesca, sendo ofertado inicialmente pela Universidade Federal de Pernambuco. No final dos anos 80, com o declínio da pesca, a decadência de algumas empresas e denúncias de desvio de recursos, a SUDEPE foi extinta. Assim as políticas destinadas à atividade pesqueira passaram a ser de competência do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis). Em 2003, foi criado o MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), o qual tem como objetivo formular, coordenar e implementar políticas e diretrizes para o desenvolvimento das atividades de pesca e aquicultura no Brasil.

A exploração do pescado no litoral brasileiro se dá de forma artesanal e industrial. Com o intuito normatizar essa prática e permitir aos pescadores a inscrição no RGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira), através da Instrução Normativa nº 2, publicada em 25 de janeiro de 2011, o MPA estabelece no Art. 2º:

Para efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - Aprendiz de Pesca: indivíduo com mais de 14 e menor de 18 anos que atua de forma desembarcada ou embarcada como tripulante em embarcação de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, assim como as normas da Autoridade Marítima;

II - Pescador Profissional: pessoa física, brasileiro nato ou naturalizado, assim como o estrangeiro portador de autorização para o exercício profissional no País, desde que atendam os requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa e que exerçam a pesca como atividade principal e com fins comerciais, fazendo dessa atividade sua

---

<sup>30</sup> Pequeno bote de fundo chato e duas proas.

profissão e principal meio de vida, podendo atuar na pesca artesanal ou na pesca industrial, da seguinte forma:

- a) Pescador Profissional na Pesca Artesanal: aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com AB menor ou igual a 20 (vinte); e
- b) Pescador Profissional na Pesca Industrial: aquele que, na condição de empregado, exerce a atividade de pesca profissional em embarcação de pesca com qualquer AB.

Cumprindo todas as normas e inscrito no RPG, o pescador terá direito ao Seguro Defeso, um benefício pago ao que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies.

De acordo com o MPA, dos 970 mil pescadores registrados, em setembro de 2011, 957 mil eram pescadores e pescadoras artesanais, distribuídos 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. Ainda de acordo com o MPA, do total do pescado produzido por ano no país, em torno de 1 milhão e 240 mil produzidos, cerca de 45% provém da pesca artesanal. A participação dos pescadores nas organizações sociais, o alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, o desconhecimento da legislação, os mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca representam, conforme o referido órgão, os maiores desafios da pesca artesanal no Brasil.

## 2.2 A PESCA NA BAHIA

Com 1.183 km de extensão, a costa litorânea do Estado da Bahia abriga 347 comunidades de pesca, das quais 173 se localizam na Baía de Todos os Santos. Apresentando uma produção acima de 120 mil toneladas de pescado por ano, de acordo com a Bahia Pesca<sup>31</sup> (2013), é o terceiro maior produtor de pescado do país, ocupando o segundo lugar no Nordeste, conforme dados estatísticos de 2009. Em função das “características da plataforma continental que possui uma faixa de litoral bastante estreita e de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água” (BAHIA PESCA, 2013), a atividade pesqueira é majoritariamente artesanal, limitando-se às zonas mais próximas à costa litorânea.

---

<sup>31</sup> Empresa criada em 1982, vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri), que tem como finalidade fomentar a aquicultura e a pesca, com implantação de projetos sustentáveis levando em consideração aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Atua na atração de investimentos, desenvolvimento científico, tecnológico, criação de polos produtores e fortalecimento das cadeias produtivas.

Desenvolvida em um contexto de pobreza e marginalização social, na Bahia, a pesca representa uma atividade de subsistência, cuja finalidade é prover a alimentação das famílias, sendo a produção total ou parcialmente destinada à venda. Envolve a captura de peixes e extração de mariscos. A primeira é realizada principalmente pelos homens, que utilizam embarcações de médio e pequeno porte, bem como os mais diversos apetrechos para a obtenção do pescado. A segunda é realizada majoritariamente pelas mulheres e crianças nas coroas, nos mangues e nas praias.

No que tange aos meios de locomoção, os pescadores baianos utilizam embarcações relativamente simples, como canoa, bote, jangada, saveiro etc. São embarcações que se caracterizam de forma diversa, conforme a área de operação, da modalidade de pesca e da espécie a ser capturada. De acordo com o cadastro realizado pelo IBAMA (2008), em 2006, a frota pesqueira reunia 11.429 embarcações, classificadas nas seguintes categorias: barco a vela, bote a remo, bote de alumínio, bote motorizado, canoa a motor, canoa a remo, jangada, saveiro. Dentre elas, a canoa a remo foi a embarcação de maior representatividade (68,3%), seguida do bote a remo (10,6%) e do saveiro (6,6%).

Para a captura de peixes e crustáceos, em sua maioria, os pescadores usam instrumentos muito simples, confeccionados nas próprias comunidades de pesca. Trata-se de apetrechos de baixo impacto ambiental, como redes de emalhar, rede de arrasto, jereré, gaiola, linhas e anzóis, munzuá, tarrafa etc. Conforme o *Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil*, “no estado da Bahia cinquenta e cinco aparelhos de pesca são utilizados nas pescarias realizadas nos 347 locais de desembarque existentes no estado” (IBAMA, 2008, p. 344). Para a extração de determinados mariscos, os pescadores fazem uso de instrumentos como colher, faca, facão, peixeira, fisga etc., com os quais mulheres e crianças escavam a lama ou a areia no período da baixa-mar para coletar manualmente os mariscos, tais como sururu, chumbinho, rala-coco, lambreta, ostra etc.

Segundo a Bahia Pesca, a comercialização do pescado ocorre ainda de maneira informal, sem fiscalização de órgãos estaduais ou municipais. Geralmente destinada ao mercado local, em sua maioria, a produção é vendida através de atravessadores, pequenos comerciantes, feirantes etc., o que normalmente resulta em pouco lucro para os pescadores.

A fim de incentivar e promover desenvolvimento da pesca no Estado, bem como melhorar as condições de trabalho dos pescadores, muitas ações vêm sendo implementadas ao longo dos últimos anos. Uma delas foi a criação dos cursos de graduação em Engenharia da Pesca na Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Paulo Afonso-BA), em 1997, e na Universidade Federal do Recôncavo - UFRB (Cruz das Almas-BA), em 2004. Tais cursos têm como objetivo “proporcionar aos estudantes uma formação técnico-científica para o

desenvolvimento e aplicação de métodos e técnicas de localização, captura, beneficiamento e conservação de organismos aquáticos, assim como para projetar fazendas de cultivo de peixes, crustáceos e moluscos, e desenvolver e aplicar técnicas de engorda e reprodução em cativeiro” (KRUG; SALES, 2013). Além disso, de acordo com a Bahia Pesca (2013), vários “programas, atividades e projetos articulados às dimensões econômica, social, ambiental e geográfica” vêm sendo propostos desde 2009, com vistas à “estruturação da cadeia produtiva do pesca, através do desenvolvimento da gestão, mercado, infraestrutura e equipamentos”. São eles: rede de comercialização de pescados da Bahia (Bahia Pesca, EBAL); melhorias nas instalações das colônias de pescadores; implantação de infraestrutura de apoio ao atracamento e desembarque de pescado (píer, trapiches); reestruturação das unidades de sinalização náutica de apoio a navegação (faróis); implantação de novos equipamentos de auxílio a navegação (GPS); capacitação em gestão social envolvendo: associativismo, cooperativismo; proposição de acordos coletivos (ordenamento pesqueiro); capacitação técnica em tecnologias de pescado e navegação.

### 2.3 A PESCA NA ILHA DE ITAPARICA

No que se refere à origem da pesca na Ilha de Itaparica, não há informações precisas. Como já explicitado, a pesca foi uma atividade estabelecida entre os indígenas muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil e, certamente não foi diferente em Itaparica. Em *Itaparica: história e tradição*, no texto em que trata da pesca e seus problemas na Ilha, Osório (1979, p. 398-399) informa que os

primitivos habitantes de Vera Cruz, atraídos pela abundância dos peixes nas desovas da Concha Grande e nos lameiros de Iguatuba, desceram de suas colinas, em 1602 e vieram estabelecer-se na povoação dos Menezes, à beira dos apicuns, onde fundaram as suas Armações de Pesca.

No século XVI, de acordo com Ott (1944), os índios compunham a maioria dos pescadores do Recôncavo baiano. A influência indígena nessa atividade fica evidente ao se consultar os dicionários e verificar que a etimologia de muitos itens lexicais que designam as espécies de peixes, crustáceos e moluscos no português brasileiro, como *acari*, *acará*, *aracanguira*, *bijupirá*, *caramuru*, *caranha*, *guaricema*, *guaiamu*, *piramutamba*, *pititinga*, *pitu*, *siri*, *sururu*, tem por base o tupi.

A pesca de baleia que, conforme Frei Vicente de Salvador (1954) foi introduzida pelo

biscainho Pedro de Urécha, teve início no século XVII, quando foram construídas as primeiras armações na Ilha, um empreendimento que se expandiu consideravelmente até o século XVIII (ELLIS, 1969). De acordo com Osório (1979), na safra de 1768, foram pescados 146 madrijos<sup>32</sup> e 33 baleotes<sup>33</sup>. Essa atividade era praticada principalmente pelos escravos vindos da África.

Outra atividade pesqueira que também gerou altos lucros na Ilha foi a pesca do xaréu. Nas armações de Pirapitingas, os pescadores chegavam a capturar, na safra, cem toneladas de peixe. Sobre a pesca de botos e tubarões para a fabricação de azeite, o referido autor informa que a esta foi introduzida, em Cacha Pregos, por um açoriano de nome Antônio Morais, nos meados do século XIX.

Em Itaparica, a aprendizagem da pesca se dá ainda na adolescência, por volta dos 15 anos, quando os pais começam a levar os filhos em suas pescarias, a fim de aprenderem o ofício, como revela a fala do informante:

Ah, eu pesco desde os quinze anos, tem bastante tempo, porque já vem de sangue mesmo; meu pai pescava e eu gostava. Eu tinha antigamente a pesca como um esporte, um lazer mesmo, entendeu? Aí, quando eu descobri que tinha valor comercial o pêxe, aí eu comecei a trabalhá em cima disso também. Aí, aos pouquinhos, eu fui juntando um dinhêrinho da pesca e tudo... comprei dois barcos. Tenho dois barcos hoje, tenho um com motô, tenho um outro menó. Eles ficam tudo aqui pertinho. Aí eu comecei a gostá do ramo e... mas não só por isso que eu vou deixá de trabalhá em outros lugares. Geralmente eu faço isso quando não tem outra opção, aí eu começo a pescá. (M1A-I).

Percebe-se que os pescadores da faixa etária 3 têm muito orgulho de sua profissão e desejam que os filhos se tornem pescadores, conforme se observa no discurso do informante:

O meu filho é pescadô também, profissional. E com fé em Deus, pelo que eu vejo, vai seguir o mesmo caminho, até a morte (M2A-I).

Apesar disso, os pais se preocupam em oferecer aos filhos uma educação formal, com o objetivo de assegurar-lhes uma formação profissional, pois não têm perspectiva na pesca. Embora todos afirmem gostar da profissão, eles a consideram uma profissão muito “dura”, devido às condições de trabalho, à falta de apoio dos órgãos oficiais e ao baixo rendimento em decorrência da própria escassez do pescado que já não garante mais o sustento das famílias. Dessa forma, desejam que os filhos tenham outras oportunidades de trabalho, a partir de uma formação profissional.

<sup>32</sup> Forma não preferencial de “madríja”, ‘termo empregado por baleeiros para designar a fêmea adulta de uma baleia’. (HOUAISS, 2001).

<sup>33</sup> O mesmo que “baleato”, ‘filhote de baleia que ainda não desmamou’ (HOUAISS, 2001).

Conforme a modalidade, como antes referido, a pesca pode ser industrial ou artesanal. Entende-se por pesca industrial aquela em que são utilizadas embarcações de grande porte, equipadas com radares, sonares e redes muito potentes, empregando-se técnicas sofisticadas para apreensão do pescado, como arrasto, sucção e rede de deriva. A sua atividade demanda longos períodos de tempo em alto-mar e o produto final destina-se aos mercados nacional e internacional. Já a pesca artesanal pode ser compreendida como aquela em que se utilizam embarcações de pequeno e médio porte, muitas delas desprovidas de motor. Nesse tipo de pesca, são utilizadas técnicas rudimentares para captura do pescado, como linhas, anzóis e redes simples. Destina-se ao autoconsumo e ao comércio local e requer poucas horas junto à costa. Considerando a mão-de-obra, os tipos de embarcação e apetrechos utilizados, bem como os ambientes em que os pescadores desenvolvem a sua atividade, verifica-se que o tipo de pesca praticado na Ilha de Itaparica, assim como em todo o estado da Bahia, é artesanal<sup>34</sup>.

Como já exposto anteriormente, por se tratar de pesca artesanal, o pescado destina-se ao consumo da comunidade local. Geralmente é vendido, pelo próprio pescador, aos moradores e donos de restaurantes da localidade. Conforme o volume, também é vendido a atravessadores que o levam para ser comercializado na capital. Para o transporte do pescado, geralmente se utiliza um carro de mão, coberto com folhas de jornal ou bananeira onde os peixes são expostos. Quando transportados para a capital, normalmente são acondicionados em caixas de isopor ou cubas.

No que se refere aos apetrechos utilizados na pesca em Itaparica, embora alguns pescadores mais jovens utilizem instrumentos mais modernos, como o *jigue*, a *rapala* e *sabique*, a maioria dos pescadores ainda utiliza os instrumentos usados nos séculos passados, como a *linha*, a *rede*, o *jereré*, o *puçá*, o *munzuá*, a *tarrafa*, muito deles confeccionados pelos próprios pescadores, como se observa por meio das Figuras 6 e 7:

---

<sup>34</sup> De acordo com a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, *no Estado da Bahia a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, explorando ambientes próximos à costa, pois as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas relativamente simples e sua produção tem como finalidade a obtenção de alimento, sendo total ou parcialmente destinada ao mercado*. Disponível em: <[http://www.bahiapesca.ba.gov.br/?page\\_id=26](http://www.bahiapesca.ba.gov.br/?page_id=26)>. Acesso em: 28 mar. 2013.



Figura 6: Confecção de rede por pescador da comunidade de Jiribatuba, Vera Cruz, Ilha de Itaparica.  
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1181, obtida em 18/07/2012.



Figura 7: Confecção de rede por pescador da comunidade de Cacha Pregos, Vera Cruz, Ilha de Itaparica-BA.  
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1199, obtida em 19/07/2012.

Em sua maioria, os pescadores ainda preservam técnicas de captura de peixes empregadas pelos seus antepassados. O mesmo se dá no que se refere às embarcações, pois se verifica que a maior parte dos pescadores utiliza a *canoa*, a *catraia* e o *barco a remo* (cf. Figura 8), típicos das comunidades mais antigas de pesca.





Figura 8: Embarcações utilizadas pelos pescadores da Ilha de Itaparica - BA.

Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1193, obtida em 18/07/2012.

De acordo com os pescadores, na Ilha de Itaparica, encontra-se uma variedade de espécies de peixes, os quais aparecem em abundância no período do verão. Assim, os peixes mais pescados na região do município de Itaparica são: *caranha*, *xaréu*, *aracanguira*, *beijupirá*, *cavala*, *arraia*, *vermelho*, *pintado*. Já nas localidades do município de Vera Cruz, de acordo com os pescadores, são: *tainha*, *robalo*, *carapeba*, *vermelho*, *cabeçudo*, *chumberga*, *cacunda*, *avoador*, dentre outros.

No que se refere à relação e à divisão do trabalho, observa-se que existe uma hierarquia, visto que “há sempre um chefe da pescaria”, geralmente aquele que sabe os lugares mais propícios à pesca, aquele que indica tais lugares. Este acompanha todas as etapas do trabalho e “se ele não puder ir, não há pescaria”. Também é o responsável pelo pagamento. Assim, após contabilizar o que foi capturado e vendido, ele divide o lucro em partes iguais e cada pescador recebe o seu *quinhão*. Além disso, reserva uma parte dos lucros para as despesas do barco, é o chamado *quinto do barco*.

Até o século XX, a pesca se constituiu numa atividade muito rentável na Ilha de Itaparica. Através da pesca de linha, nos principais pontos de pesca, era possível um rendimento de 15 quilos de peixe por hora, em média, o que atualmente equivaleria a uma renda de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) por hora, considerando o preço de R\$ 15,00 (quinze reais) o quilo do peixe. No que se refere à pesca de camarão, era possível obter de 500 a 1000 quilos diariamente (OSÓRIO, 1979). Nos dias atuais, no entanto, os pescadores têm enfrentado a escassez de algumas espécies, antes encontradas em abundância na Ilha, como atesta o informante:

Ah, antigamente era mais fácil, tinha muito pêxe... mais fácil mehmo. Antigamente só faltava enchê as canoa de pêxe. Saía pra pescá de duas rede... eu mehmo, pai e os minino aí, ô, era fácil, fácil. Pegava cem quilos, duzentos e cinquenta quilos de pêxe. Duzentos quilos de pêxe era num instante, era um tapa... mas hoje, pra pegá vinte quilos, trinta quilos de pêxe, a gente cansa, passa o dia todo aí.... tudo mais difícil aí. (M3A-V).

A escassez de peixe causa profundos impactos na economia local. De acordo com os pescadores, antigamente, mesmo dispondo apenas de embarcações simples e de pequeno porte, conseguia-se sustentar famílias com o lucro resultante da pesca. Nos dias atuais, embora contem com embarcações motorizadas e de médio porte, é preciso recorrer a outras atividades para complementar o orçamento doméstico. No entanto, embora se encontre em decadência, a pesca ainda se constitui no principal meio de subsistência das famílias mais carentes, funcionando com uma atividade complementar, aliada a outras atividades da economia familiar. A falta de uma formação profissional, bem como a oportunidade de um trabalho formal, tem levado muitos moradores a recorrerem a essa atividade como fonte de sobrevivência, o que resulta no considerável aumento do número de pescadores na localidade. Para muitos, essa é uma das causas da escassez de peixe. A fala da informante, ao comparar a pesca na atualidade com a pesca em tempos passados, revela tal fato:

Antigamente era boa, antigamente era ótima. Agora tá... mais ou menos, que tá um pouco difícil... agora tá um pouco difícil a pesca... tá faltano tudo agora, não tá mais de quantidade que era antes porque agora os habitante cresceram mais. E agora tá mais difícil porque todo mundo quer pescá, pescá, pescá. (F1A-V)

Outros atribuem a decadência à exploração indiscriminada, à degradação do ambiente e à pesca predatória, como *pescada de bomba*, como revela o discurso do pescador:

Hoje, no caso... no caso, caiu cem por cento porque de primeiro era mais fácil. Hoje através das bomba, acabou um bocado, qué dizê, a pesca acabô um bocado, qué dizê, através da bomba, diminuiu um bocado. Porque a bomba tanto mata o grande quanto mata o pequeno, mata a disova. Aí não tem como, né, crescê.

(...)

É o pêxe miúdo... ele fica des'tamanho e vai crescono, né, qué dizê, no caso, ele joga no caso, pra o grande, pra bomba matá o grande e, de junto, com dez, quinze metro, tá o pequeno. Aí não guenta, que a bomba atinge meio metro de distância, aí mata. Pêxe fraco, não guenta, né? (M3A-V).

Atualmente, para os pescadores, a profissão não é promissora devido à escassez do pescado, bem como a falta de apoio das autoridades no que tange às políticas públicas de incentivo à pesca. Isso se constata por meio do depoimento de um dos informantes:

O que eu posso falá, meu Deus? Eu... por causo da pesca, que tá um pouco escassa,

e eu já sempre fui mestre de obra, hoje eu sou mestre de obras. Agora, nas hora vaga, vou pescá.

(...)

Falta de apoio, né, falta de apoio ao pescadô. [Filho intervém] É... a profissão de pescador, como meu filho tá falano, é uma profissão que tá quase em extinção. Como eu mehm... eu... eu... se eu pudesse, eu pescava direto, mas como não tem o pescado, eu prefiro ir pro outro lado de profissão, outra profissão.

(...)

Se tivesse o apoio governamental, certo? Seria uma boa profissão... e rentável. (M2A-I).

Assim, acreditam que a pesca não tem futuro na localidade, a não ser que as autoridades tomem alguma medida. Como atualmente a pesca não garante a renda familiar, para complementá-la, os pescadores desenvolvem outras atividades, na área da construção civil, como mestre-de-obras, pedreiros ou ajudantes, bem como no comércio informal.

### 3 PREPARANDO AS ARTES DE PESCA: DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como se sabe, um dos aspectos mais importantes em qualquer trabalho de investigação linguística diz respeito à definição de sua metodologia. No que refere especificamente à pesquisa de caráter dialetal, Cardoso (2010, p. 89) afirma que esta “se fundamenta em um tripé básico: rede de pontos, os informantes e os questionários, cujo estabelecimento se molda sob diferentes perspectivas, orientadas por procedimentos teóricos também variados”. Nesse sentido, a autora aponta alguns critérios fundamentais na determinação da localidade a ser investigada, na seleção dos informantes e na elaboração e aplicação do questionário linguístico.

No que tange à escolha da localidade, além das características linguísticas, deve-se levar em consideração a sua localização geográfica, sua história, bem como aspectos sociodemográficos. No que concerne aos informantes, é preciso atentar para a definição do número ideal, a identificação, a idade, o sexo e a escolaridade dos indivíduos selecionados. Já no que se refere à elaboração e à aplicação do questionário, faz-se necessária uma adequação à área pesquisada, levando em consideração as características regionais (*id.*, p. 91).

No presente capítulo, busca-se descrever as fases que compõem a pesquisa, os motivos que determinaram a escolha da localidade e os princípios que orientaram a seleção dos informantes, bem como o processo de elaboração do questionário linguístico, explicitando ainda os critérios utilizados para a análise do *corpus*.

#### 3.1 A LOCALIDADE

Referindo-se à área a ser submetida à pesquisa dialetal, Ferreira e Cardoso (1994, p. 24), afirmam:

A determinação da área a ser submetida à investigação dialetal define-se em razão de sua situação geográfica, de sua história, das interferências de que tem sido objeto, do tipo de povoamento que nela se processou, da situação econômica atual e passada, da sua relação com as demais áreas a serem pesquisadas (quando for o caso), da sua situação demográfica, enfim, pode ter com base um conjunto de caracteres que a demarcam e a distinguem de outras áreas.

Ainda sobre essa questão, as autoras destacam a importância da realização de um estudo socioeconômico e geográfico-histórico da localidade, visando, dentre outros aspectos, à história da área, desde a sua fundação, bem como às diferentes fases de seu

desenvolvimento; à antiguidade da região, que permitirá situá-la no processo de povoamento do território nacional; à natureza do desenvolvimento econômico, que possibilitará posicioná-la na região, distinguindo-a como mais difusora ou receptora das mudanças (*id.*, p. 26). Atentando-se para esses fatores e considerando sua possível influência na constituição do léxico dos pescadores, procura-se, então, empreender um estudo sobre a Ilha de Itaparica, localidade escolhida para a investigação linguística.

Situada na Baía de Todos os Santos, região metropolitana de Salvador, a Ilha de Itaparica, fica a 14 Km de capital em linha reta por mar, através do Sistema *Ferryboat*<sup>35</sup>, e a 285 Km pela BR 324 e BR 101. Com extensão de 35 km de comprimento por 21 km de largura, a Ilha de Itaparica, de acordo com o Censo 2010, possui 58.292 habitantes, distribuídos em dois municípios: Itaparica, com 20.725 habitantes; e Vera Cruz, com 37.567 habitantes. O município de Itaparica é formado pelos povoados de Porto dos Santos, Mangueiros, Amoreiras, Ponta de Areia e Itaparica, sede do município, que possui o mesmo nome da cidade e da própria ilha. Vera Cruz, por sua vez, é composto por Mar Grande (sede do município) Penha, Barra do Gil, Coroa, Barra do Pote, Conceição, Barra Grande, Tairu, Aratuba, Berlinque e Cacha Pregos. No entorno de Itaparica, estão Salvador, Jaguaripe e Salinas da Margarida. As Figuras 9 e 10 permitem verificar a localização da Ilha em relação a Salvador, capital da Bahia, bem como as localidades que a compõem.



Figura 9: Localização da Ilha de Itaparica em relação a Salvador.

Fonte: ArcGIS. Disponível em: < <http://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

<sup>35</sup> Embora sejam empregadas indistintamente as formas *Ferry-boat* e *Ferry Boat* para designar o sistema de transporte marítimo, adotamos, neste trabalho, a forma *Ferryboat*, grafia considerada correta conforme Houaiss (2001).



Figura 10: Ilha de Itaparica destacada do seu entorno.

Fonte: Projeto Galeão Utrecht. Disponível em: <<https://www.utrecht.com.br>>.

Acesso em: 12 ago. 2011.

A Ilha de Itaparica teve como primeiros habitantes os índios Tupinambá<sup>36</sup>. Sua ocupação e povoamento se confundem, segundo Castelucci Jr. (2008), com próprio processo de povoamento da capital, Salvador, e, consequentemente, do país. O primeiro povoado da ilha surgiu na contracosta em 1560, na localidade que hoje se denomina Baiacu, onde foi erguida a primeira igreja da Ilha de Itaparica, em homenagem a Nosso Senhor de Vera Cruz, na então Vila do Senhor da Vera Cruz, que deu origem ao nome do município de Vera Cruz.

No que tange à origem do nome da Ilha, há algumas controvérsias. Para Sampaio (1901, p. 132), o nome tem origem no tupi *itá-pari*, que significa “cercado feito de pedra”, “recinto de pedra”, “fechado de pedra”. Já Osório (1979, p. 196) considera este uma variação da palavra *Caparica*, que denomina um povoado localizado à margem do Tejo, em Portugal. Para ele, a Ilha fez os portugueses se recordarem da Caparica de Portugal, como se observa a seguir:

Os expedicionários que vieram, na expedição de 1501, fazer o reconhecimento das terras descobertas por Pedro Álvares Cabral, o navegador “que contava na sua parentela os nomes ilustres de Nuno Álvares Pereira, o Condestável, Afonso de

<sup>36</sup> No que se refere à flexão de número, adota-se aqui a “Convenção para a grafia dos nomes tribais”, assinada pelos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, que determina que “os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados”. Tal “Convenção” foi publicada na *Revista de Antropologia* (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, p. 150-152).

Albuquerque e Gonçalo Velho Cabral, descobridor dos Açôres, “ao chegarem, em 1º de novembro de 1501, à Baía de Todos os Santos, em cujas terras próximas, se havia de levantar, mais tarde, a Cidade do Salvador, sentiram-se deslumbrados. A entrada da barra, da mesma Baía, lhes pareceu a fôz de um grande rio. Lembraram-se saudosos do Têjo distante, e na configuração da terra encontrada, viram Lisbôa, diante dos seus olhos maravilhados. Contemplando embevecidos, a Ilha fronteira, recordaram-se da Caparica de Portugal, com aquelas mesmas elevações e aquelas mesmas planuras. Daí o nome que a saudade evocara, e que, na sua língua, o povoador primitivo, não soube repetir. Taparica, é recordação e é saudade.”<sup>37</sup>

Para Macedo (*apud* OSÓRIO, 1979), o nome atribuído à Ilha deriva do nome do chefe da tribo indígena à época do descobrimento, *Taparica*, pai da índia Paraguaçu, esposa de Diogo Álvares, o Caramuru. Essa hipótese pode ser corroborada através de vários registros. Em muitos documentos do período colonial, há evidências que *Taparica* foi o nome primitivamente atribuído à Ilha. Na obra *Imagem da Virtude*, o padre Antônio Franco, por exemplo, informa que o padre José de Anchieta se encontrava em missão na Aldeia de Vera Cruz, na Ilha de *Taparica*, em 1578, quando recebeu a notícia de sua nomeação a Provincial dos Jesuítas no Brasil, conforme se observa neste trecho:

Estas, & outras semelhantes razoes tam fora estiveram de mudar o parecer do Padre Geral, que logo despachou patente, pella qual o mandava ser Provincial. Andava elle em missam na **Ilha Taparica** três legoas da Bahia: estando ouvindo de confissan huma India enferma lançada em huma rede, que tinha junto ao fogo, para melhor a ouvir, se sentou em hum madeiro, que servia de tijaõ. (FRANCO, 1719, p. 269).

No *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, também fica evidente, em muitos trechos, que inicialmente a Ilha foi designada *Taparica*, como se verifica a seguir:

(...) ordenaram de mandar chamar Francisco Pereira mandando-lhe prometter toda a paz e boa amizade, o qual recado foi d'elle festejado, e embarcou-se logo com alguma gente em um caravelão que tinha, e outro, em que vinha Diogo Alvares de alcunha Caramurú, grande língua do gentio, e partiu-se para Bahia, e querendo entrar barra dentro lhe sobreveio muito vento e tormentoso, que o lançou sobre os baixos da ilha de **Taparica**, onde deu á costa; salvou-se a gente toda d'este naufragio, mas não das mãos dos Tupinambás, que viviam n'esta ilha, os quais se ajuntara, e á traição mataram a Francisco Pereira e a gente do seu caravelão, do que escapou Diogo Alvares com os seus, com boa linguagem. (SOUSA, 1851, p. 53)

A Bahia se estende da ponta do Padrão ao morro de Tinharé que demora um do outro nove ou dez léguas, ainda que o capitão da capitania dos Ilheos não quer consentir que se estende senão da ponta da ilha de **Taparica** á do Padrão: mas está já averiguado por sentença que se estende a Bahia da ponta do Padrão até Tinharé, como já fica dito; a qual sentença se deu por haver duvida entre os rendeiros da capitania dos Ilheos e da Bahia, sobre a quem pertenciam os dízimos do pescado, que se pescava junto a este morro de Tinharé, o qual dizimo se sentenciou ao

<sup>37</sup> Palestra de Ubaldo Osório na Prefeitura Municipal de Itaparica, em 1931, em que defende que o topônimo Itaparica é uma corruptela de Caparica (OSÓRIO, 1979).

rendeiro da Bahia, por se averiguar entender-se a Bahia do morro para dentro, com na verdade se deve de entender. (*id.*, p. 127)

A barra principal da Bahia é a da banda de leste, a que uns chamam barra da cidade e outros de Santo Antonio, por estar junto d'ella da banda de dentro em um alto uma sua hermidia; a qual barra tem de terra a terra duas leguas, e tanto dista da ponta do Padrão á terra de **Taparica** como á ponta, onde está o curral do Cosme Garção, que é mais sahida ao mar. (*id.*, p. 128).

Da ilha dos Frades á de **Taparica** são quatro leguas. Da cidade á ilha de Maré são seis leguas, e haverá outro tnatado da mesma cidade á ilha dos Frades. De maneira que da ponta da ilha de **Taparica** até á dos Frades, e á ilha de Maré, e d'ella á terra firme contra o rio de Matoim, e d'esta corda para a cidade, por todo este mar até á boca da barra, se póde balraventear com náos de todo o porte sem acharem baixos nenhuns, como se afastarem da terra um tiro de berço. (*id.*, p. 129).

D'esta terra á ilha de Fernão Vaz é perto de uma legua, e entre esta ilha e a de Taparica e a terra firme, fica quase em quadra uma hahia de uma legua, onde se mette a barra que se chama de Jaguaripe, de que se fez já menção. (*id.*, p. 146).

Na ponta d'esta ilha de **Taparica** defronte da barra de Jagoaripe está uma ilheta junto a ella, que se diz de Lopo Rebello, que está cheia de arvoredo, donde se tira muita madeira. E d'aqui para dentro é povoada **Taparica** de alguns moradores, que vivem junto ao mar, que lavram cannas e mantimentos, e criam vaccas, e d'aqui até Tamarãtiba serão duas léguas da costa d'esta ilha, entre a qual e a ilha de Tamarãtiba haverá espaço de um tiro de falcão. (*id.*, p. 149).

Em *História do Brasil* (1954), Frei Vicente do Salvador afirma que os holandeses, em 1600, incendiaram o engenho de Duarte Osquer<sup>38</sup>, ao desembarcarem para fazer provisão de água, na Ilha de Taparica, como se lê a seguir:

Dali se tornaram ás suas náus, donde reformados de mais gente, e munições se foram a ilha dos Frades para tomarem aguada, de que estavam faltos, o qual entendido por André Fernandes, que os tinha em espreita, se embarcou com a sua gente em seis lanchas, e entrando por outro boqueirão, que está entre a ilha de Cururupiba, e a terra firme, e se não navega si não de maré cheia, por não serem sentidos, desembarcaram da outra parte da ilha dos Frades, a tempo que também ali chegava Álvaro Rodrigues da Cachoeira com o seu gentio, e assim foram todos juntos, atravessando a ilha pelos matos até perto de uma legua junto a praia, aonde havia saído uma batelada de holandeses a povoar a água, e por acharem salobra se tornaram, e os nossos os deixaram ir, ficando escondidos na cilada, entendendo que iam por mais gente para tornarem a buscar outra fonte, o que eles não fizeram, antes a foram buscar à ilha de **Taparica**, e desembarcando em terra puseram fogo em um engenho, que ali estava de Duarte Osquis, sem lhe valer ser também flamengo, posto que casado com portugueza, e antigo na terra, mas logo chegaram os nossos capitães André Fernandes Margalho, e Álvaro Rodrigues, e os cometeram com tanto ânimo, que mataram cinqüenta, e fizeram embarcar os mais, e recolherem-se à sua armada, que também logo se fez a vela, e despejou o porto, que havia cinqüenta e cinco dias tinha ocupado. (p. 376)

Em uma carta apologética escrita ao Conde de Ericeira, o Padre Antônio Vieira informa sobre a notícia transmitida ao rei D. João IV, pelo padre Filippe Franco, de que o general Sigismund von Schkoppe<sup>39</sup> havia se fortificado na Ilha de Taparica, como atesta o trecho a seguir:

<sup>38</sup> Mercador flamengo que residia na Bahia.

<sup>39</sup> Militar alemão que serviu ao exército holandês e teve participação relevante durante toda a ocupação holandesa no Nordeste do Brasil.



O meu intento era, que vindo as fragatas de Hollanda, tivesse sua magestade duas armadas, uma que ficasse em Portugal, e outra que fosse socorrer a Bahia; e não se passassem seis mezes, quando el-rei muito de madrugada me mandou chamar de Carcavellos, onde estava convalescente, a Alcantara. Fui, e as palavras com que sua magestade me recebeu foram: *Sois propheta. Hontem á noite chegou caravella da Bahia com um padre chamado Filippe Franco, e traz por novas ficar Sigismundo fortificado em Taparica. Que vos parece que façamos?* Respondi: *O remedio, senhor, é muito facil. Não disseram a vossa magestade os ministros que aquelle negocio era muito crú? Pois os que então acharem cru, cozam-no agora* (VIEIRA, 1854, p. 173).

Através do mapa extraído das cartas de João Teixeira Albernaz, produzido em 1640 e cujo original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, também é possível constatar que a ilha foi inicialmente denominada Ilha de Taparica, como se verifica na Figura 11.



Figura 11: Mapa da Terra de Santa Cruz.

Fonte: Cartas de João Teixeira Albernaz. Ed. fac-simile: Grafispaço - Centro Editorial Gráfico. [s.l.: s.n.], D.L. 2000.

Disponível em: <<https://www.digitarq.dgarq.gov.pt>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

O registro da denominação Itaparica só foi verificado em documentos oficiais a partir do início do século XIX, período em que, de acordo com Queiroz (2001), provavelmente ocorreu a mudança do topônimo *Ilha de Taparica* para *Ilha de Itaparica*, o qual figura até os dias atuais.

Do século XVI até o século XIX, a Ilha foi palco de diversas batalhas. Em 1587, foi invadida por corsários ingleses, sob o comando de Robert Withrington, mas estes, de acordo com Osório (1979), foram decapitados por Antonio Álvares Caapara que, para demonstrar a sua façanha, enviou as cabeças de cinco destes à Junta que substituiu o Governador Teles

Barreto. Nos anos de 1600, 1622 e 1624, os holandeses também invadiram a Ilha. Depois, em 1647, como vingança pela derrota sofrida em Penedo, os holandeses invadiram novamente a Ilha e edificaram um forte a que se denominou Forte de São Lourenço. Foi em Itaparica que, durante a Guerra da Independência (1822-1823), João das Botas, comandante das forças navais libertadoras, combateu as embarcações portuguesas que invadiram a Baía de Todos os Santos. Por algumas semanas, a Ilha foi sede provisória do Governo da Bahia durante a Sabinada, que aconteceu entre os anos de 1837 e 1838.

Por ser a maior ilha da colônia, em 1763, Itaparica despertou o interesse da Coroa e, portanto, foi incorporada aos seus bens por ordem do governo. Nesse período, havia diversos estaleiros que serviam de empório de construções navais da colônia, motivo pelo qual, na localidade, foi instalada a primeira quilha<sup>40</sup> da Marinha de Guerra no Brasil. Embora em meados do século XIX, Itaparica contasse com cinco destilarias de aguardente e nove fábricas de cal, a sua maior atividade econômica foi a pesca da baleia, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Por isso, antes de denominar-se Itaparica, também foi denominada de Arraial da Ponta das Baleias. Em *História da América Portuguesa*, Rocha Pita (1976), assim a descreveu:

Está situada a ilha de Itaparica fronteira à cidade da Bahia para o poente, em distância de três léguas, que tem de largura a sua enseada; estende-se em forma prolongada com sete de comprimento, três de largura e dezoito de circuito; faz duas pontas, uma para a barra de Santo António e outra para o rio Paraguaçu, que por ali vai correndo ao mar; esta é a que chamam das Baleias, por estar nela a fábrica daquela pescaria e ser o porto para onde as levam depois de arpoadas para se beneficiarem. É toda fértil, tem alegres vistas, saudáveis ares, formosos arvoredos, em maior número os dos coqueiros, que de longe formam o mesmo objeto que as oliveiras; abunda de excelentes águas, de todo o gênero de plantas, frutas e sementeiras; colhem-se nas suas ribeiras saborosos pescados e mariscos. Tem duas magníficas igrejas paroquiais, outros formosos templos e boas capelas particulares; teve alguns engenhos, que já não existem, mas permanecem outras fazendas de grande rendimento e muitas casas de suntuosa arquitetura.

Os moradores da cidade atravessando o golfo em curiosas embarcações, vão a ela não só na monção das baleias, a verem sua pescaria, mas a lograrem a amenidade daquele país, tão habitado e assistido de gente inumerável, que não havendo na ilha fundações de vilas, é toda ela uma povoação continuada, sem ter porção alguma menos culta ou mais ásperas. Nas suas praias se acha âmbrá-gris em sumo grau perfeito, e dele tem ido muito a Portugal e se gasta não pouco na Bahia. O primeiro conde da Castanheira D. Antonio de Ataíde a pediu ao governador Tomé de Souza em sesmaria, com outra ilha pequena que lhe fica próxima para a parte sudoeste, na boca do rio Jaguaripe, e lhas confirmou el-rei D. João III com título de capitania; o conde e seus sucessores a dividiram em várias datas por muitos colonos, que pagam competentes foros; hoje existe nos marqueses de Cascais como herdeiros daquela ilustríssimas casa. (PITA, 1976, 148-149)

Sendo uma das primeiras donatárias do Brasil, durante o governo de Tomé de Souza, a

<sup>40</sup> Diacronismo antigo que significa 'peça da estrutura da embarcação, disposta longitudinalmente na parte mais inferior e à qual se prendem todas as grandes peças verticais da ossada que estruturam o casco'. (HOUAISS, 2001).

Ilha de Itaparica foi doada a D. Antônio de Ataíde, o primeiro Conde de Castanheira. Em 1608, fundou-se a primeira freguesia, a de Bom Jesus da Venerável Vera Cruz de Itaparica ou simplesmente Vera Cruz. Conforme Freire (*apud* CASTELUCCI JR., 2008), em 1814, essa freguesia foi subdividida, dando origem a outra que se denominou Santíssimo Sacramento de Itaparica. Entretanto, para Osório (1979), muito antes disso, em 1643, já existia uma freguesia no outro extremo da ilha que se chamava Santo Amaro do Catu, hoje denominado Jiribatuba. Em 1831, criou-se o município de Itaparica, compreendendo todo o território da Ilha, a que foi denominado primeiro Distrito. No entanto, sua Câmara só foi instalada em 1833, quando Itaparica foi emancipada de Salvador e elevada à categoria de vila, passando a denominar-se *Denodada Villa de Itaparica*.

Já na segunda metade do século XIX, tem-se como o segundo Distrito o povoado de Manguinhos; o terceiro, a povoação de Jaburu; o quarto, Vera Cruz; e o quinto Santo Amaro do Catu. Nesse período, cada distrito tinha como autoridade um subdelegado, os quais eram auxiliados pelos inspetores de quarteirão e juizes de paz, submetidos à jurisdição da comarca de Nazaré. A partir de 1890, Maragogipe<sup>41</sup> passou a exercer jurisdição sobre Itaparica. Em 1962, Itaparica foi elevada à categoria de cidade. Posteriormente, foi desmembrada em dois municípios: Vera Cruz e Itaparica.

No que se refere à economia, na Ilha de Itaparica, inicialmente se desenvolveu a plantação de cana-de-açúcar. Posteriormente, por volta de 1556, deu-se início à criação de gado bovino e à cultura de trigo em Mar Grande, no Engenho de Ingá-Açu. Em 1566, o português Francisco de Antônio Nunes<sup>42</sup> ampliou suas plantações nas terras da igreja e instalou, nas proximidades do Tiquaruçu, uma casa de farinha e o segundo engenho de açúcar na Ilha de Itaparica. Já em 1592, no governo de D. Francisco de Souza, foram instalados os primeiros estaleiros da construção naval. Mas a economia foi impulsionada, em Itaparica, a partir de 1603, no governo de Diogo Botelho, 11º governador geral do Brasil, que recebeu um regimento através do qual deveria utilizar marinheiros na pesca da baleia<sup>43</sup>, bem como plantar coqueiros em toda a costa brasileira. Na Bahia, foram instaladas, assim, as primeiras armações<sup>44</sup> de pesca para tratamento das baleias, em Ponta da Cruz, na Ilha de Itaparica.

<sup>41</sup> De acordo com as regras estabelecidas pelo Acordo de Convenção Ortográfica, realizado pela Academia Brasileira de Letras e a Real Academia de Ciências de Lisboa, em 1943, as palavras de origem tupi, tradicionalmente escritas com "G", passaram a ser grafadas com "J", com exceção dos nomes próprios dos estados e municípios que, pela tradição secular das suas ortografias, foram desobrigados a seguir as normas do referido acordo. Por isso, neste trabalho, adota-se a grafia do topônimo com "G", e por estar assim registrada na Lei Provincial nº 389, publicada em 8 de maio de 1850, a qual eleva a então vila de Maragogipe, bem como no Índice de Nomes Geográficos (2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>42</sup> Serralheiro que veio com Tomé de Souza e trabalhou na construção da cidade de Salvador; foi um dos primeiros cultivadores das terras de Itaparica.

<sup>43</sup> Embora a expressão *pesca da baleia* seja empregada para designar a *baleação* ou *caça à baleia*, tal denominação se constitui uma incorreção semântica, pois implica que a baleia seria um peixe e não, um mamífero.

<sup>44</sup> Estabelecimento onde se armavam os equipamentos necessários à retirada das partes da baleia que seriam utilizadas.

Conforme Frei Vicente do Salvador, a pesca da baleia foi introduzida pelo biscainho Pedro de Urecha<sup>45</sup>, como se observa a seguir:

Era grande a falta que em todo o estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim pera reboque dos barcos e navios como pera se alumiar os engenhos, que trabalham toda a noite e, si houverem de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasta e os negros lhe são muito affeiçoados, não bastara todo azeite do mundo. Algum vinha de Cabo Verde e de Biscaia por via de Vianna; mas era tão caro e tão pouco, que muitas vezes era necessário usarem do azeite doce misturando-lhe dest'outro amargoso e fedorento pera que os negros não lambessem os candeeiros êra uma pena como a de Tantalos padecer esta falta, vendo andar as baleias, que são a mesma graxa, por toda esta bahia, sem haver quem as pescasse. Ao que acudiu Deus, que tudo rege e provê, movendo a vontade de um Pedro de Orecha, biscainho, que quizesse vir fazer esta pescaria. Este veio com o governador Diogo Botelho, do reino no anno de 1602, trazendo duas náus a seu cargo de biscainhos com os quaes começou a pescar e, ensinados os portuguezes se tornou com ellas carregadas sem da pescaria pagar direito algum; mas já hoje paga, e se arrenda cada anno por parte de Sua Magestade a uma só pessoa por seiscentos mil réis pouco mais ou menos, para lustre de Ministros (SALVADOR, 1954, p. 288).

A partir de 1714, no governo do vice-rei D. Antônio de Noronha, foram instalados cinco estaleiros na povoação da Ponta das Baleias, em Itaparica, onde trabalhavam diariamente vinte carpinteiros, quinze aprendizes, cinco ferreiros e dez calafates. Tais estaleiros tiveram grande influência na vida econômica da Ilha até o final do século XIX, pois se vendiam muitas embarcações anualmente (OSÓRIO, 1979).

Do século XVII ao XVIII, a Ilha teve como principal atividade econômica a pesca da baleia. Essa atividade era de tamanha relevância, que os contratos para pesca e aproveitamento da baleia eram feitos por seis anos. Além de abastecer a Bahia e outras capitânicas, o azeite produzido era exportado anualmente para Biscaia (ELLIS, 1969).

Outros fatores que também contribuíram para a economia foram a introdução, em 1757, das canas de Angola na agricultura e a construção de mais um engenho na Ilha, o qual foi um dos mais movimentados naquela época. Além disso, em 1795, por determinação do governador, houve a intensificação da cultura da mandioca na localidade, tornando esta a base principal da alimentação dos nativos e colonos.

Da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, a indústria da cal também foi de grande relevância para a economia na Ilha, que contava, no ano de 1854, com cerca de 29 fábricas. Essa atividade, entretanto, tem sua origem desde os primórdios da colonização, quando foram fundadas as primeiras caieiras. Na construção da cidade de Salvador, durante o governo de Tomé de Souza, por exemplo, foi utilizada a cal fabricada em

<sup>45</sup> Também denominado Pedro de Orecha, forma encontrada em *História do Brasil (1550-1627)*, de Frei Vicente do Salvador.

Mar Grande.

No século XIX, destacou-se pela produção de gêneros alimentícios, abastecendo os principais centros urbanos da região. Havia sítios e fazendas onde se cultivavam milho, feijão, dendê, cana, raízes, mandioca, bem como se colhiam piaçava e madeira. Na fazenda de nome Bom Despacho, onde hoje se encontra o terminal marítimo de mesmo nome, havia muitas plantações de coqueiros, amendoeiras, mangueiras e limoeiros. Além de fornecer os gêneros alimentícios produzidos na localidade, os comerciantes importavam produtos alimentícios de outras regiões, o que tornava os portos situados em Mar Grande e na Vila Itaparica muito movimentados, visto que as embarcações de outras cidades ou vilas passavam por Itaparica antes de chegarem à capital, levando os produtos de primeira necessidade. Por isso tornou-se, naquela época, entreposto comercial entre capital e interior, sendo rota quase obrigatória das embarcações provenientes do Baixo Sul e do Recôncavo continental.

Com a decadência da pesca da baleia e dos estaleiros navais, a economia se voltou para outras atividades, como a extração do petróleo, o engarrafamento de água mineral e o fabrico de artefatos de vidro, de barro e de tecido. Nesse período, teve grande importância Agenor Gordilho, dono da fábrica de tecido *São Benedicto*, a primeira no Brasil a usar o gás do petróleo produzido na mesma região de instalação. Com grande desenvolvimento, a fábrica garantiu emprego e renda para a comunidade, estabilizando a economia do município.

Em *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*, Castelucci Jr. (2008) mostra que uma das atividades que garantiam o sustento das famílias, principalmente dos escravos libertos naquela época era o transporte de água em barris, no lombo de burros ou em canoas, para o abastecimento da vila e das casas dos senhores mais abastados. Além da Fonte da Bica, construída em 1842 e cuja água possui propriedades medicinais em sua composição, existia um fonte a que se denomina hoje Itororó, na contracosta, onde os canoeiros iam buscar água potável para abastecer a vila. Em 1937, a Fonte da Bica foi oficializada como Estância Hidromineral. Com isso, a partir de 1939, outra atividade econômica começou a se desenvolver. Por iniciativa do governo do estado da Bahia, que passou a divulgar os seus atributos naturais e a promovê-la como a primeira Estância Hidromineral do país, destacando as propriedades terapêuticas das águas, a Ilha passou a ser um dos pontos mais visitados na Bahia. Isso impulsionou o turismo na localidade.

Nesse período, embora o acesso fosse através de saveiros, um tipo de transporte limitado pelas condições do mar e climáticas, a Ilha de Itaparica passou a ser frequentada pela alta sociedade baiana, pois a sua costa voltada para Salvador permitia o acesso rápido e direto da capital. Pessoas, então, de maior poder aquisitivo começaram a construir casas de veraneio na Ilha, dando início ao seu processo de urbanização. Para atender ao aumento do fluxo

turístico, foram construídos também muitos restaurantes, hotéis e pousadas, o que contribuiu para a geração de novos empregos para a população local.

A partir de 1942, deu-se início à exploração de petróleo na Ilha de Itaparica, no poço aberto na antiga *Roça do Padre João da Costa*. Para Valverde<sup>46</sup>, Itaparica era uma região de petróleo e de gás, cuja produção, não havia dúvidas, seria próspera, pois se tratava de uma unidade geológica como a mais importante região de Candeias. Apesar de sua exploração ter iniciado no século XX, em Itaparica, o petróleo já havia sido descoberto acidentalmente em 1889, quando da exploração de minérios no terreno de propriedade de um senhor chamado Monsão, conforme notícia divulgada pelo *Diário de Notícias*, em 10 de outubro de 1889 (OSÓRIO, 1979).

Na década de 70, três fatores contribuíram para o apogeu do turismo em Itaparica: em 1970, a construção da ponte João das Botas, mais conhecida como a Ponte do Funil, que liga a Ilha de Itaparica à Ilha de São Gonçalo, permitindo o acesso rodoviário da população do Recôncavo à Ilha; em 1972, a implantação do Sistema *Ferryboat* que, oferecendo um transporte mais ágil e de qualidade para os padrões da época, contribuiu para o aumento do fluxo de veranistas, transformando Itaparica no destino de férias da população soteropolitana; em 1979, a inauguração do *Club Med*, uma rede internacional de *resorts* voltada à classe média alta, promoveu uma nova dinâmica na Ilha. Tal empreendimento, no entanto, ao contrário do que se esperava, não contribuiu significativamente para a economia local, visto que, por se tratar de um *resort*, seus hóspedes se voltam para as atividades internas e pouca interação com a comunidade. Além disso, não houve absorção de mão-de-obra local proporcionalmente à dimensão do empreendimento, que tem em sua maioria funcionários oriundos de outros estados e alguns de Salvador.

Dos anos 70 aos 80, muitos loteamentos e condomínios surgiram na Ilha, a qual passou a receber veranistas de todas as classes sociais, tendo como principal propulsor o Sistema *Ferryboat* que contribuiu efetivamente para a sua popularização. Com isso, os veranistas de maior poder aquisitivo se afastaram da Ilha, que passou a ser frequentada majoritariamente por pessoas de baixa renda. Embora, durante muitos anos, Itaparica tenha se destacado como balneário de repouso e de saúde, há quase duas décadas, vem enfrentando um processo de decadência, para o qual muitos fatores contribuíram, como a política do turismo voltada para o Litoral Norte, a partir da construção da BA-009, conhecida como Estrada do Coco, que tornou mais acessíveis as praias do Litoral Norte, ainda não tão exploradas quanto as praias da Ilha de Itaparica. Além disso, a indiferença do poder público no que tange aos problemas ambientais como queimadas, desmatamentos, lixo, falta de esgotamento sanitário,

---

<sup>46</sup> Importante técnico do petróleo na Venezuela (OSÓRIO, 1979, p. 457).

exploração do setor imobiliário em áreas inapropriadas e a falência do Sistema *Ferryboat* também foram fatores que levaram os referidos veranistas a abandonarem a Ilha.

Praticamente esquecida pelos turistas, que representavam muito na economia local, a Ilha enfrenta a crise e o abandono, sendo palco de violência e saques no comércio e nas embarcações locais. Como não há uma atividade econômica através da qual sua população possa se estruturar, com uma produção agropecuária incipiente e as atividades industriais elementares, restava-lhe apenas como alternativa o turismo que, por sua vez, encontra-se em plena decadência.

A ausência de infraestrutura e de saneamento básico evidencia a carência de grande parte da comunidade local vinculada às condições sociais e econômicas, que têm a pesca artesanal como principal atividade. Embora se encontre em posição geográfica favorável e mesmo sendo uma ilha, a pesca não é uma atividade que representa lucro para a localidade, como já fora nos séculos XIX e XX, pois o desmatamento e a destruição dos manguezais provocaram o enfraquecimento dessa atividade econômica. Além disso, a pesca também enfrenta outros problemas, pois a escassez de algumas espécies marítimas em função do uso de explosivos e outras pescas predatórias achataram a renda dos pescadores, diminuindo a qualidade do produto e esfriando a economia local. No entanto, muitas famílias ainda encontram sua fonte de subsistência nos rios, bem como nos manguezais onde extraem os pescados e os mariscos.

A agricultura de subsistência, a pecuária extensiva, a produção artesanal, especialmente a pesca, constituem atualmente a base da economia local. Sem qualquer infraestrutura para receber os turistas e com o comércio decadente e sem segurança, a pesca, principalmente de mariscos é o único meio de sobrevivência da maioria dos moradores de Itaparica.

### 3.1.1 Os pontos da pesquisa

Seguindo a metodologia do ALiB<sup>47</sup>, para a seleção das comunidades da Ilha a serem

---

<sup>47</sup> Projeto nacional de caráter interinstitucional, lançado em Salvador, em 1996, durante o Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, na Universidade Federal da Bahia. Orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Linguística e de natureza pluridimensional, esse projeto procura levantar as variações diatópicas, diagenéricas, diastráticas, diageracionais, diafásicas, aliando fatores de natureza diatópica a fatores sociolinguísticos. Para a elaboração e execução desse projeto, foi criado um Comitê Nacional constituído por representantes de atlas linguísticos já publicados e em andamento. São integrantes desse comitê em 2015: Suzana Alice Cardoso (Diretora Presidente), Jacyra Andrade Mota (Diretora Executiva), Abdelhak Razky, Aparecida Negri Isquerdo, Felício Wessling Margotti, Maria do Socorro Aragão e Vanderci Aguilera.

pesquisadas, levaram-se em consideração os critérios históricos, geográficos e culturais, bem como a sua tradição na atividade pesqueira. Com base em tais critérios, foram selecionadas as seguintes comunidades: Baiacu, Barra do Gil, Cacha Pregos, Jiribatuba e Mar Grande, no município de Vera Cruz; e Amoreiras, Itaparica (sede) e Ponta de Areia, no município de Itaparica.

Vera Cruz é um município mais extenso do que Itaparica e, conseqüentemente, abriga um maior número de comunidades de pesca. Em função disso e a fim de que recobrir toda a extensão territorial de Vera Cruz na recolha dos dados, foram selecionadas 5 comunidades desse município. Em contrapartida, apenas 3 de Itaparica. Embora não seja esta uma divisão proporcional, o número de informantes de cada localidade é equivalente.

### 3.1.1.1 O município de Vera Cruz

O município de Vera Cruz, que foi criado pela Lei Estadual nº 1773, de 30/07/1962, compõe-se dos distritos de Mar Grande, onde fica localizada a sede, Barra do Gil, Jiribatuba e Cacha Pregos. Localizado na Região Metropolitana de Salvador, conforme o Censo 2010, como antes visto, possui 37.567 habitantes distribuídos numa área de 299,734 km<sup>2</sup>. Em seu entorno, encontram-se: Itaparica, ao norte; Jaguaripe, ao sul; Salvador e Oceano Atlântico, ao leste; Jaguaripe e Salinas da Margarida, ao oeste. Em seu bioma, predomina a Mata Atlântica. Com uma economia voltada para a agropecuária, indústria e serviços, o município conta com 20 estabelecimentos de saúde, sendo 17 municipais e 3 privados; 62 escolas de ensino fundamental, 46 de ensino pré-escolar e 3 de ensino médio.

A comunidade de Baiacu se localiza na contracosta, no município de Vera Cruz, e se constitui a maior vila de pescadores da Ilha de Itaparica. Seu nome tem origem em *mbaya'ku*, redução do tupi *gwambaya'ku* que, conforme Houaiss (2001), é uma ‘designação comum a vários peixes teleósteos, tetraodontiformes, encontrados em ambientes marinhos ou de água doce, que possuem o corpo coberto por escamas, espinhos ou placas ósseas’. A comunidade de Baiacu, antiga Vila do Senhor de Vera Cruz, originou-se em 1560, a partir do primeiro povoamento iniciado pelos jesuítas na Ilha. Nela se ergueu a segunda igreja do Brasil, a Igreja do Senhor de Vera Cruz, construída por escravos, com tijolos cerâmicos, óleo de baleia e cal produzidos na própria localidade. Em Baiacu, a economia é voltada para a pesca de mariscos e outros frutos do mar. Devido à forte influência fluvial nessa região, formaram-se extensos e



ricos manguezais, de onde os moradores extraem os mariscos para serem vendidos na Ilha ou em Salvador, bem como para o seu próprio consumo, como se verifica na fala do informante:

O destino dessas pesca é a costêra mehmo. Compra aqui pra vendê lá fora. Eles compra aqui... porque sempre as mulé... tem uma porção delas aqui que sempre compra mercadoria aqui. Ela já trata o pêxe, já faz os pacotinho, já leva. De manhã cedo ela viaja, chega mei'dia; às vez, chega de tarde. Vende tudo lá fora na costêra. Vai até em Santo Antônio de Jesus, vão vendê... o pessoal daqui. (M3B-V)

Em Baiacu, fica localizada a Colônia de Pescadores Z-11, como se vê na Figura 12.



Figura 12: Colônia de Pescadores Z-11, em Baiacu, Vera Cruz, na Ilha de Itaparica-BA.  
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1195, obtida em 20/08/2012.

Situada no município de Vera Cruz, Barra do Gil é uma antiga vila de pescadores, onde atualmente há muitas casas de veraneio, pousadas, bares, quiosques e barracas de praia. Com apenas um quilômetro de extensão, Barra do Gil se caracteriza por suas águas calmas e cristalinas, seus coqueirais, bem como uma barreira de recifes que torna o ambiente favorável à pesca de polvo e lagosta, atraindo muitos praticantes da pesca de mergulho por apneia.

Localizada no município de Vera Cruz, no extremo sudeste da Ilha de Itaparica, Cacha Pregos<sup>48</sup> é uma pequena vila de pescadores e mariscadoras que fica a 20 km da BA 001 (rodovia que dá acesso a Ilha), portanto é a comunidade mais isolada da Ilha de Itaparica. Por se situar entre o oceano e a foz do rio Jacuípe, suas praias apresentam variações entre águas

<sup>48</sup> Grafia conforme o Índice de Nomes Geográficos (2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

claras e escuras. Sendo uma das maiores concentrações urbanas de Itaparica, Cacha Pregos conta com uma boa infraestrutura turística. Nela se encontram muitos estaleiros de saveiros e escunas. Em Cacha Pregos, situa-se a Colônia de Pescadores Z-10.

Há duas versões para a origem do nome dessa localidade. A mais difundida está relacionada à própria atividade pesqueira e tem origem numa variante local do verbo *catar* que deu origem a *cachar*. De acordo com essa versão, nas marés baixas, formavam-se piscinas rasas onde ficavam retidos grandes cardumes de peixe-prego, o que tornava a pesca mais fácil, não sendo necessário o uso de apetrechos, apenas as mãos. Assim, quando se perguntava para onde a pessoa ia, respondia-se: “Vou para o lugar onde dá para cachar peixes-pregos”. Com o uso corrente, *Cachar Pregos* transformou-se em *Cacha Pregos/Cacha Prego*. Outra versão, que gira em torno de uma lenda, tem origem na variante de *Caixa Pregos*. De acordo com a lenda, na localidade foi encontrada uma caixa contendo uma baixela de ouro e prata, a qual pertencia a um senhor abastado que costumava utilizá-la para tomar chá de pétalas de rosas. A pessoa que encontrou a caixa a repôs no mesmo lugar cheia de pregos enferrujados e outros objetos sem valor, a fim de evitar que o dono desconfiasse que a havia encontrado. De acordo com a lenda, a referida caixa fora escondida por um pirata francês denominado *Zurcouf* ou *Macrif*.

Pertencente ao município de Vera Cruz, a localidade de Jiribatuba<sup>49</sup> está situada no extremo sudeste da contracosta da Ilha, próximo à Ponte do Funil. Composta basicamente de pescadores e marisqueiras, sua comunidade tem como principais fontes de renda o comércio, o turismo e as atividades inerentes à pesca. Em Jiribatuba, encontra-se a Igreja de Santo Amaro de Catu, uma importante edificação religiosa do século XVIII, bem como a Sociedade Filarmônica Lira Santamarense, com uma escola de música e uma pequena biblioteca, ambas mantidas com recursos oriundos da própria comunidade. Seu nome tem origem no tupi *yeri'wa* 'tipo de palmeira' + *tüwa* 'muito, abundancial' (HOUAISS, 2001). Antes de denominar-se Jiribatuba, a localidade já foi denominada Santo Amaro do Catu, Santo Amaro de Itaparica e São Lourenço. Nela se encontra a Colônia de Pescadores Z-8.

Sede do município de Vera Cruz, Mar Grande compreende os povoados de Jaburu, Gamboa, Ilhota e Duro, no qual se encontra o atracadouro de onde chegam as lanchas que saem de Salvador. Em Mar Grande, encontram-se importantes pontos turísticos da Ilha, como uma fonte de água doce no Tereré e a Capela de Santo Antônio dos Velásquez, construída no século XVII, um patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre a capela e o povoado de Jaburu, encontra-se o Moinho de

<sup>49</sup> Grafia conforme o Índice de Nomes Geográficos (2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ventos das Mercês, cuja estrutura se assemelha aos moinhos típicos de Portugal, principalmente os da região de Lisboa, Sintra e Ericeira. Como está localizado no topo de uma colina, do moinho, é possível apreciar a Baía de Todos os Santos. Mar Grande tem uma economia voltada para o turismo e o comércio local.

### 3.1.1.2 O município de Itaparica

Originariamente criado pelo decreto imperial de 25/10/1831, o município de Itaparica possui como norma vigente de criação a Lei Estadual nº 628, de 30/12/1953. Compõe-se dos distritos de Amoreiras, Bom Despacho, Manguinhos, Misericórdia, Mocambo, Porto dos Santos, Ponta de Areia e Itaparica, a sede. Com uma área de 118.040 km<sup>2</sup>, de acordo com o Censo 2010, Itaparica possui 20.725 habitantes e uma economia voltada para agropecuária, indústria e serviços. No que se refere à educação, a localidade conta com 13 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 21 de ensino fundamental e 3 de ensino médio.

Sendo palco de importantes batalhas, dentre elas, a luta pela independência da Bahia, Itaparica possui um rico patrimônio histórico. Nela se encontram a Capela de Nossa Senhora da Piedade, construída em 1622; a Fonte da Bica (cf. Figura 13), a única de água hidromineral à beira mar das Américas, construída em 1842; o Forte de São Lourenço (cf. Figuras 14 e 15), construído pelos holandeses em 1647 e reconstruído pelos portugueses no século XVIII; a Igreja de São Lourenço, construída em 1711.



Figura 13: Fonte da Bica, em Itaparica – BA.  
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto n° 1598, obtida em 04/09/2012.



Figura 14: Forte de São Lourenço, Itaparica – BA.  
 Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1624, obtida em 04/09/2012.



Figura 15: Forte de São Lourenço, Itaparica – BA (vista da praia).  
 Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1642, obtida em 04/09/2012.

Situada a 5,5 km da sede de Itaparica, a comunidade de Amoreiras se caracteriza por uma pequena faixa de areia na praia e por uma grande quantidade de cascalho. Seu nome tem origem no latim vulgar *mora* (do latim clássico *morum*, *i* ‘fruto da amoreira’) + *-eira*, que designa, de acordo com Houaiss (2001), ‘plantas de diferentes gêneros das famílias das moráceas e rosáceas, cujos frutos são conhecidos como amora’. Embora tal denominação induza a pensar que a paisagem local seja composta por tais árvores, são as amendoeiras que predominam na localidade. Uma das características mais marcantes da comunidade é o comércio de peixes frescos e crustáceos na praça principal que fica de frente para a praia, bem como na própria orla (cf. Figura 16). Em Amoreiras, fica localizada a Colônia de Pescadores Z-12.



Figura 16: Comércio de peixes frescos e crustáceos na orla de Amoreiras, em Itaparica – BA.

Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Foto nº 1538, obtida em 31/08/2012.

Com uma extensão de 3,5 km, Ponta de Areia é uma das praias mais preferidas pelos veranistas. Trata-se de uma praia recomendável para o banho por apresentar água morna e rasa, poucas ondas e sem pedras. Para receber os inúmeros turistas que a visitam, a localidade conta com diversos hotéis, pousadas, restaurantes, mercados etc. Sendo a praia mais próxima da capital, Ponta de Areia tem a melhor infraestrutura da Ilha, dispondo inclusive de um píer de onde partem muitos barcos a passeios.

### 3.2 QUESTIONÁRIO: ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* deste trabalho se constituiu a partir da aplicação de um questionário linguístico entre os pescadores da Ilha de Itaparica. A fim de atender aos objetivos da pesquisa, no período de abril a junho de 2012, estabeleceu-se contato com pessoas envolvidas na pesca artesanal, com as quais se manteve uma conversa informal, no intuito de minimizar qualquer efeito negativo em função da presença de um estranho na comunidade. De acordo com Tarallo (1999), numa pesquisa sociolinguística, os primeiros contatos do pesquisador com os informantes, bem como sua entrada na comunidade, deve se estabelecer “através de terceiros, ou seja, de pessoas já devidamente aceitas pela comunidade” (*id.*, p. 27). Por isso recorreu-se aos presidentes e representantes das colônias de pescadores da localidade, os quais foram de fundamental importância na seleção dos informantes que atendiam ao perfil da pesquisa. Nesse período, cadastraram-se os informantes utilizando a ficha de abordagem,

conforme o modelo usado para o ALiB (Ver ANEXO - Ficha do informante), com o objetivo de selecionar aqueles que atendessem às variáveis sociolinguísticas inerentes à pesquisa. Além disso, observou-se o falar dessas pessoas, a fim de proceder à elaboração do questionário linguístico, o qual contempla diferentes aspectos relacionados à pesca (Ver APÊNDICE A - Questionário linguístico).

No período de julho a setembro de 2012, deu-se início à aplicação dos inquéritos entre os informantes selecionados. As entrevistas, que foram realizadas na casa dos informantes ou no local da pesca, tiveram cerca de 30 minutos de duração e foram registradas em câmera digital com gravador de voz. Quando realizadas no local da pesca, as entrevistas possibilitaram visualizar parte do processo da pescaria, bem como compreender melhor o manejo dos apetrechos inerentes a essa atividade. Após a aplicação do inquérito, procedeu-se ao preenchimento da ficha do informante definitiva, em que foram registradas as impressões sobre os sujeitos da pesquisa e as circunstâncias em que as entrevistas foram realizadas.

Durante a aplicação dos inquéritos, a fim de que se tornassem mais claras ao informante, muitas perguntas sofreram adaptações. Além disso, quando da inclusão de um novo dado pelo informante durante a entrevista, novas perguntas foram incorporadas ao questionário. Dessa forma, em alguns trechos das entrevistas, as perguntas sofreram alterações em sua estrutura, bem como na ordem em que se encontram no questionário.

Após a aplicação dos inquéritos, estes foram transcritos e digitados em editor de texto Winword, com salvamento também no Bloco de Notas, em arquivo TXT e codificação UNICODE, em versão Windows XP 2007. Seguindo ainda a metodologia do ALiB, para a transcrição dos inquéritos, adotou-se a transcrição grafemática, considerando os seguintes critérios:

- a) as formas consagradas pelo uso comum foram transcritas de acordo com a sua realização pelo falante;
- b) as variações morfossintáticas foram transcritas conforme realizadas pelo falante;
- c) os nomes dos informantes foram transcritos apenas pelas iniciais maiúsculas e, para identificá-los, utilizou-se a codificação que se compõe de: indicação do sexo (F para o feminino e M para o masculino); indicação da faixa etária (1 para a faixa etária de 20-30; 2 para a faixa etária de 35-55; 3 para faixa etária + 60); identificação do informante (inf. A, inf. B e inf. C) e localidade (I = Itaparica; V = Vera Cruz).
- d) as respostas foram transcritas na ordem em que ocorreram, mesmo quando respondidas fora de ordem;
- e) os casos de hesitação foram indicados com reticências: uma pausa menor foi indicada

- por ...; uma pausa maior foi indicada por (...);
- f) incompreensão de algum termo foi indicada por (?);
- g) foram utilizadas as normas de pontuação em vigor.
- h) os números foram escritos por extenso;
- i) as interjeições foram transcritas conforme os recursos ortográficos disponíveis; os elementos fáticos tiveram a grafia uniformizada, como: ah, eh, êh, ahn, ehn, uhn, tá, viu, né;
- j) os casos de elisão foram indicados com apóstrofo;
- k) os segmentos não perceptíveis foram indicados com interrogação entre parênteses, seguidos da(s) hipótese(s) de segmento. Exemplo: mesm(? = mesmo/mesma);
- l) os risos foram indicados com as palavras “risos” ou “rindo” entre parênteses;
- m) os comentários figuram entre dois parênteses;
- n) as citações figuram entre aspas, com a mesma fonte utilizada para a transcrição;
- o) a entoação enfática não foi registrada graficamente;
- p) foram representadas graficamente: apagamento de consoantes finais, como em cantá, colhê, melhó; em formas contractas, como pro (para o), dum (de um), pr’eu (para eu), pr’ocê, co’as (com as): apagamento de sílabas em formas como em tá (está), tiver (estiver), sobia (assobia), sabo (sábado); acréscimo de sílabas, como em avoar (voar), Quilara (Clara), fazeri (fazer); iotização ou despalatalização da lateral, como em mulé / muié (mulher), culé / cuié (colher), fio (filho); aspiração de consoantes fricativas, em coda silábica (mehmo, dehde), ou em posição inicial de sílaba (a hente, fahendo); desaparecimento (assimilação) de consoantes, em formas gerundivas como fazeno (fazendo), cantano (cantando) ou em outros casos, como tamém (também); redução de ditongos, como em: fêra (feira), caxa (caixa), otro (outro), cantô (cantou).

Utilizando o programa WordSmith Tools 4.0 (SCOTT, 2007), foram identificadas as lexias que caracterizam o léxico dos pescadores, bem como suas variantes, a partir da fragmentação dos dados. Em seguida, procedeu-se à análise do comportamento das unidades lexicais, lematização das unidades, a fim de compor o vocabulário. Após a extração dos signos lematizados, por frequência e por ordem alfabética, utilizou-se o concordanciador, a fim de observar o comportamento das unidades lexicais, na composição de lexias complexas e para conhecimento de possíveis campos dessas unidades.

Ainda para a análise do *corpus*, foram adotados os seguintes procedimentos:



- a) seleção das lexias peculiares ao campo da pesca artesanal;
- b) definição das lexias a partir da aceção predominante na comunidade;
- c) consulta às seguintes obras lexicográficas para identificar as lexias dicionarizadas: *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes Silva (1948), *Dicionário Aurélio eletrônico – Século XXI*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999), *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, de Antônio Houaiss (2001), e *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (1986), *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete (2013), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado (1967);
- d) pesquisa da origem etimológica das lexias;
- e) recorrência às gravações dos inquiridos, sempre que necessário, para esclarecimento de dúvidas.

Para a sistematização e análise, cada lexia foi registrada em ficha lexicográfica (Ver Apêndice B), a qual se compõe dos seguintes itens:

- a) número da ficha, seguido da lexia selecionada, sua classificação morfológica, segundo o contexto em que se encontra inserido no *corpus* e as variantes que a mesma apresenta;
- b) número de ocorrências da lexia no *corpus*;
- c) classificação da lexia conforme a proposta de Pottier (1974);
- d) abonação (contexto em que ocorre a lexia na fala do informante);
- e) campo lexical no qual a lexia está inserida;
- f) definição da lexia nos dicionários gerais e etimológicos.

Em seguida, as lexias foram agrupadas por campos lexicais, conforme a perspectiva de Coseriu (1967), com o objetivo de proceder à análise léxico-semântica.

### 3.3 OS INFORMANTES

Integram essa pesquisa os moradores da Ilha de Itaparica, entre os quais foi aplicado um questionário com perguntas que contemplam o processo de pesca artesanal. Em A



*pesquisa sociolinguística*, Tarallo (1999) chama a atenção para os critérios na escolha dos informantes a serem entrevistados. Assim, sugere:

Nos estudos de comunidade estabeleça parâmetros rígidos para a seleção de informantes, como por exemplo: somente serão entrevistados aqueles indivíduos que ou tenham nascido na comunidade em questão ou a ela tenham chegado até os 5 anos de idade. Com isso você evitará que a escolaridade do informante em uma outra comunidade, ou sua interação com falantes de outro centro até a fase crítica da adolescência tenham reflexo sobre a marca sociolinguística do grupo estudado (TARALLO, 1999, p. 28)

Procurando atender a esses critérios, foram selecionados 36 informantes naturais de oito localidades da Ilha ou residentes nelas há, pelo menos, um terço de sua vida. Tais informantes pertencem a famílias com tradição na pesca artesanal e desempenham diferentes funções na atividade pesqueira. Por ser essa uma atividade desenvolvida por homens e mulheres desde a adolescência até a terceira idade, foram selecionados informantes do sexo masculino e feminino, de três diferentes faixas etárias.

No que tange à escolaridade, esta variável não foi estabelecida como critério para a seleção dos informantes devido à dificuldade de se encontrar pescadores que tenham concluído o Ensino Fundamental. Os pescadores, quando não analfabetos, em sua maioria, só frequentaram a escola até o nível Fundamental I e, dos que deram continuidade aos estudos, poucos concluíram o Ensino Médio. No que se refere à faixa etária 3, por exemplo, não foram encontrados informantes que tivessem esse nível de escolaridade. Assim, em sua maioria, o grupo se compõe de pescadores analfabetos ou com o Ensino Fundamental I incompleto.

Nos Quadros 1 e 2, encontram-se devidamente distribuídos e identificados, por localidade, faixa etária e sexo, os informantes que integram a pesquisa.

FAIXA ETÁRIA	SEXO						TOTAL
	MASCULINO			FEMININO			
F1 (20-30)	M1A-V	M1B-V	M1C-V	F1A-V	F1B-V	F1C-V	6
F2 (35-55)	M2A-V	M2B-V	M2C-V	F2A-V	F2B-V	F2C-V	6
F3 (+ 60)	M3A-V	M3B-V	M3C-V	F3A-V	F3B-V	F3C-V	6
TOTAL	9			9			18

Quadro 1: Informantes residentes em Vera Cruz, distribuídos conforme faixa etária e sexo.

FAIXA ETÁRIA	SEXO						TOTAL
	MASCULINO			FEMININO			
F1 (20-30)	M1A-I	M1B-I	M1C-I	F1A-I	F1B-I	F1C-I	6
F2 (35-55)	M2A-I	M2B-I	M2C-I	F2A-I	F2B-I	F2C-I	6
F3 (+ 60)	M3A-I	M3B-I	M3C-I	F3A-I	F3B-I	F3C-I	6
TOTAL	9			9			18

Quadro 2: Informantes residentes em Itaparica, distribuídos conforme faixa etária e sexo.

### 3.3.1 Perfil dos informantes

Num estudo de carácter dialetal, delinear claramente o perfil do informante é de fundamental importância. Ferreira e Cardoso (1994, p. 27) afirmam que tal medida visa a “um perfeito controle de variáveis que permitem, com menor margem de desvios, a intercomparação dos dados recolhidos”. De acordo com as autoras, há uma série de pontos a serem controlados, como:

naturalidade, com precisão local do nascimento; grau de escolaridade; profissão, domicílios e período de permanência em cada um deles; viagens efetuadas e duração de cada uma; naturalidade dos pais e do cônjuge; profissão dos pais e do conjuge; outras atividades que desempenha; estado civil; número e idade dos filhos. A estes se acrescentam outros que, pela natureza da área, precisem ser mantidos sob controle, com os que passam a exigir regiões demarcadas pelo contacto linguístico e pela existência de grupos bilíngües (*id.*, *ibid.*).

Para melhor compreensão do fenómeno linguístico objeto deste trabalho, buscou-se traçar o perfil dos informantes, a partir dos dados coletados na ficha de abordagem (Ver ANEXO – Ficha do informante), bem como as particularidades e impressões captadas no momento de interação face a face entre informante e inquiridor. Assim, buscou-se registrar informações concernentes a suas vidas, à função que desempenham no meio social em que vivem, bem como à relação que estabelecem com os demais membros da comunidade.

Os Quadros 3 e 4 permitem verificar a identificação dos informantes conforme a codificação estabelecida, suas iniciais em maiúsculas, bem como os dados coletados na ficha do informante (idade, local onde reside, estado civil, naturalidade, profissão e escolaridade).

<b>Informantes residentes em Vera Cruz</b>	
<b>Codificação</b>	<b>Dados</b>
M1A-V	EXG. Masculino. 24 anos. Cacha Pregos, Vera Cruz. Casado. Aratuba, Vera Cruz. Marisqueiro e pedreiro. 7º ano (Ens. Fund. II).
M1B-V	MSCC. Masculino. 28 anos. Baiacu, Vera Cruz. Solteiro. Itaparica. Pescador. 3º ano (Ens. Fund. I).
M1C-V	MAL. Masculino. 23 anos. Mar Grande, Vera Cruz. Solteiro. Mar Grande, Vera Cruz. 3º ano (Ens. Médio).
M2A-V	ACCD. Masculino. 41 anos. Jiribatuba, Vera Cruz. Solteiro. Salvador. Pescador e ajudante de pedreiro. 5º ano (Ens. Fund. II)
M2B-V	RR. Masculino. 38 anos. Cacha Pregos, Vera Cruz. Casado. Cacha Pregos, Vera Cruz. Pescador e pedreiro. Ensino Médio.
M2C-V	APLC. Masculino. 52 anos. Mar Grande, Vera Cruz. Casado. Mar Grande, Vera Cruz. Pescador e administrador. 4º ano (Ens. Fund. I).
M3A-V	ACSS. Masculino. 64 anos. Jiribatuba, Vera Cruz. Casado. Jiribatuba, Vera Cruz. Pescador e pedreiro. 5º ano (Ens. Fund. II).
M3B-V	JGS. Masculino. 64 anos. Baiacu, Vera Cruz. Convivente. Córrego do Mourão, Jijoca de Jericoacoara, CE. Pescador, segurança e ajudante. 1º ano (Ens. Fund. I).
M3C-V	ASJ. Masculino. 65 anos. Barra do Gil, Vera Cruz. Viúvo. Barra do Gil, Vera Cruz. Pescador e motorista. 5º ano (Ens. Fund. II)
F1A-V	TSP. Feminino. 21 anos. Jiribatuba, Vera Cruz. Convivente. Jiribatuba, Vera Cruz. Mariscadora. 3º ano (Ens. Médio).
F1B-V	VCB. Feminino. 28 anos. Baiacu, Vera Cruz. Convivente. Baiacu, Vera Cruz. Mariscadora e secretária da colônia. Ensino Médio.
F1C-V	MSC. Feminino. 30 anos. Barra do Gil, Vera Cruz. Convivente. Barra do Gil, Vera Cruz. Mariscadora e faxineira. 5º ano (Ens. Fund. II).
F2A-V	EBS. Feminino. 36 anos. Jiribatuba, Vera Cruz. Solteiro. Jiribatuba, Vera Cruz. Mariscadora. 5º ano (Ens. Fund. II).
F2B-V	CSS. Feminino. 36 anos. Cacha Pregos, Vera Cruz. Casada. Cacha Pregos, Vera Cruz. Mariscadora e vendedora. Analfabeta.
F2C-V	MJGF. Feminino. 52 anos. Barra do Gil, Vera Cruz. Convivente. Pernambuco. Pescadora e representante distrital da colônia. Ensino Médio.
F3A-V	MRSS. Feminino. 65 anos. Cacha Pregos, Vera Cruz. Viúva. Maragogipinho. Mariscadora. Analfabeta.
F3B-V	MJG. Feminino. 62 anos. Baiacu, Vera Cruz. Convivente. Baiacu, Vera Cruz. Mariscadora. Pré-escolar.
F3C-V	BEPL. Feminino. 65 anos. Mar Grande, Vera Cruz. Casada. Mar Grande Vera Cruz. Mariscadora. 1º ano (Ens. Fund. I)

Quadro 3: Identificação dos informantes de Vera Cruz.

<b>Informantes residentes em Itaparica</b>	
<b>Codificação</b>	<b>Dados</b>
M1A-I	ES. Masculino. 30 anos. Itaparica. Solteiro. Itaparica. Pescador, garçom e caseiro. 2º ano (Ens. Médio).
M1B-I	GGN. Masculino. 20 anos. Ponta de Areia, Itaparica. Solteiro. Ponta de Areia, Itaparica. Pescador e repositor. 8º ano (Ens. Fund. II).
M1C-I	LCS. Masculino. 30 anos. Amoreiras, Itaparica. Convivente. Amoreiras, Itaparica. Pescador. 4º ano (Ens. Fund. I).
M2A-I	JCT. Masculino. 53 anos. Itaparica. Casado. Arembepe, Camaçari. Pescador e mestre de obras. 4º ano (Ens. Fund. I).
M2B-I	ETN. Masculino. 38 anos. Ponta de Areia, Itaparica. Casado. Pescador e pedreiro. 7º ano (Ens. Fund. II).
M2C-I	RPS. Masculino. 54 anos. Amoreiras, Itaparica. Convivente. Amoreiras, Itaparica. Pescador e vendedor. 1º ano (Ens. Médio).
M3A-I	RSC. Masculino. 63 anos. Itaparica. Casado. Itaparica. Pescador. 3º ano (Ens. Fund. I).
M3B-I	LCC. Masculino. 69 anos. Ponta de Areia, Itaparica. Viúvo. Ponta de Areia, Itaparica. Pescador e mestre de escuna. 1º ano (Ens. Fund. I).
M3C-I	RN. Masculino. 75 anos. Amoreiras, Itaparica. Viúvo. Amoreiras. Pescador. 5º ano (Ens. Fund. II).
F1A-I	JAM. Feminino. 29 anos. Itaparica. Convivente. Itaparica. Mariscadora e garçonete. 3º ano (Ens. Fund. I).
F1B-I	MSL. Feminino. 24 anos. Ponta de Areia, Itaparica. Solteira. Ponta de Areia, Itaparica. Mariscadora, estudante, vendedora. 1º ano (Ens. Fund. II).
F1C-I	IS. Feminino. 27 anos. Amoreiras, Itaparica. Convivente. Amoreiras, Itaparica. Mariscadora e faxineira. Ensino Médio.
F2A-I	LPS. Feminino. 37 anos. Itaparica. Convivente. Itaparica. Mariscadora e vendedora. 3º ano (Ens. Fund. I).
F2B-I	NS. Feminino. 46 anos. Ponta de Areia, Itaparica. Convivente. Salvador. Pescadora e faxineira. Ensino Médio.
F2C-I	MGS. Feminino. 55 anos. Amoreiras, Itaparica. Convivente. Terra Nova. Mariscadora e faxineira. 8º ano (Ens. Fund. II).
F3A-I	IMNM. Feminino. 61 anos. Itaparica. Casada. Itabaianinha. Pescadora. 1º ano (Ens. Fund. I).
F3B-I	MPL. Feminino. 72 anos. Ponta de Areia, Itaparica. Viúva. Mariscadora. 5º ano (Ens. Fund. II).
F3C-I	RCS. Feminino. 80 anos. Amoreiras, Itaparica. Convivente. Mariscadora. Analfabeta.

Quadro 4: Identificação dos informantes de Itaparica.